



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Aspectos do cotidiano das classes populares do
bairro de Cruz das Armas (João Pessoa, 1964-1985):
entre vestígios impressos e digitais**

Ricardo Vicente Ferreira Filho

João Pessoa – PB
2025

RICARDO VICENTE FERREIRA FILHO

**Aspectos do cotidiano das classes populares do
bairro de Cruz das Armas (João Pessoa, 1964-1985):
entre vestígios impressos e digitais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

João Pessoa - PB

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

F383a Ferreira Filho, Ricardo Vicente.

Aspectos do cotidiano das classes populares do bairro de Cruz das Armas (João Pessoa, 1964-1985) : entre vestígios impressos e digitais / Ricardo Vicente Ferreira Filho. - João Pessoa, 2025.

144 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História local - João Pessoa. 2. Criminalidade.
3. Lazer. 4. Cotidiano. 5. Cultura histórica. 6. Cruz das Armas - Bairro. I. Oliveira, Tiago Bernardon de.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(813.3)(043)

Aspectos do cotidiano das classes populares do bairro de Cruz das Armas (João Pessoa, 1964-1985): entre vestígios impressos e digitais

Ricardo Vicente Ferreira Filho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Defendida em 28 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
(PPGH-UFPB – Orientador)

Prof. Dr. Elio Chaves Flores
(História/UFPB – Examinador Externo)

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas
(História/UEPB – Examinador Externo)

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino
(PPGH-UFPB – Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo período de pesquisa e escrita de uma dissertação de mestrado, agradecer às pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para esse processo é um dos momentos mais satisfatórios para quem desenvolveu um trabalho que, por vezes, é solitário.

Sendo assim, inicio esses agradecimentos homenageando a pessoa mais importante para a escrita deste trabalho: minha mãe, Fernanda. Sem ela, seu amor, esforço, carinho, apoio e dedicação, sequer o projeto desta pesquisa teria sido concebido.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, que, mesmo diante do meu “talento” em ser telegráfico, orientou-me de forma que eu pudesse desenvolver melhor minhas ideias ao longo desta dissertação.

Agradeço à minha companheira, Rayane, por todo o seu apoio, amor e escuta nos momentos em que permanecer na pós-graduação já não era uma certeza.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, com os quais desenvolvi laços que levarei para toda a vida, em especial Ana Laura, Alanna, Victor, Isadora, Cláudio, Lala e Pedro.

Agradeço aos meus amigos desde os tempos de escola, Ítalo e Wini, pelas conversas e momentos de descontração em tempos de estresse.

Agradeço ao meu padrasto, Fernando, que, mesmo sem os laços de sangue, sempre me apoiou nos estudos.

Agradeço aos professores Paulo Giovani, Tiago Bernardon, Fernando Pureza, Monique Cittadino, Cláudia Cury e Ana Veiga pelo compartilhamento do saber e pelo compromisso em entregar um curso de pós-graduação do mais alto nível acadêmico.

Agradeço a Danilo Felipe, criador da página *Cruz das Armas Velha Guarda*, pela permissão e colaboração para a escrita deste trabalho. Sem ele e sua atitude de compartilhar a história de Cruz das Armas sob a ótica dos moradores, definitivamente esse trabalho não existiria.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em História por possibilitarem meu acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade.

.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado em História tem por finalidade investigar aspectos do cotidiano das classes populares do bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, durante a ditadura militar brasileira. A pesquisa se insere no campo da cultura histórica, procurando perceber como moradores e ex-moradores do bairro, através de diversas mídias, constroem e difundem memórias e narrativas sobre sua comunidade. O trabalho parte da premissa de que a ausência de registros historiográficos formais sobre o bairro, especialmente durante o período ditatorial, não impede a construção de uma história a *contrapelo* baseada nas experiências em situações concretas da realidade. Nesse sentido, este estudo busca analisar aspectos da vida cotidiana como engajamento político, a criminalidade, as festividades e as relações de vizinhança a partir da análise de registros contemporâneos feitos em redes sociais por moradores e ex-moradores; e de notícias publicadas no jornal *A União* entre 1964 e 1985. Dessa forma, pretende-se contribuir para a historiografia local com uma interpretação de dinâmicas de um bairro que tem como característica principal a presença da classe trabalhadora e uma grande importância política, econômica, social e cultural para a cidade de João Pessoa.

Palavras-chaves: História local – João Pessoa; Criminalidade; Lazer; Cotidiano; Cultura Histórica; Cruz das Armas - Bairro.

ABSTRACT

This Master's Dissertation in History aims to investigate aspects of the daily life of the working-class residents in the Cruz das Armas neighborhood in João Pessoa during the Brazilian military dictatorship. The research falls within the field of historical culture, seeking to understand how current and former residents of the neighborhood construct and disseminate memories and narratives about their community through various media. The study starts from the premise that the absence of formal historiographic records about the neighborhood, especially during the dictatorial period, does not prevent the construction of a “history from below” based on experiences within the concrete situations of reality. In this sense, this study seeks to analyze aspects of daily life – such as political engagement, criminality, festivities, and neighborly relations – through the analysis of contemporary records made by residents and former residents on social media, and news published in the newspaper *A União* between 1964 and 1985. Thus, it intends to contribute to the local historiography with an interpretation of the dynamics of a neighborhood characterized primarily by the presence of the working class and holding significant political, economic, social, and cultural importance for the city of João Pessoa.

Keywords: Local History – João Pessoa; Criminality; Leisure; Daily Life; Historical Culture; Cruz das Armas - Neighborhood.

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 – Comentários sobre os “Amarelos” em publicação no <i>Facebook</i>	20
Imagen 2 – Comentários relatando incidente em que os “Amarelos” participaram em publicação no <i>Facebook</i>	21
Imagen 3 – Comentários de pessoas defendendo e acusando a índole dos “Amarelos”	22
Imagen 4 – Comentários elogiosos aos “Amarelos” em publicação no <i>Facebook</i>	22
Imagen 5 – Postagem com fotografia relembrando a antiga mercearia do pai do atual (2024) governador da Paraíba, João Azevedo.	24
Imagen 6 – Comentários de ex-moradores do bairro de Cruz das Armas sobre as boas lembranças que tem do local.	24
Imagen 7 – Postagem com um texto que faz alusão a juventude vivenciada por um ex-morador do bairro de Cruz das Armas.....	27
Imagen 8 – Fotografia do Club Internacional de Cruz das Armas.....	27
Imagen 9 – Postagem relembrando um ex-morador local já falecido.	28
Imagen 10 – Postagem de um morador de Cruz das Armas relembrando as pessoas do bairro.....	29
Imagen 11 – Comentário em postagem do Facebook de um morador insatisfeito com a atual situação que alguns locais de Cruz das Armas se encontram.	30
Imagen 12 – Página inicial do <i>site</i> da Paróquia São José Operário.	32
Imagen 13 – Fotografia recente (meados da década de 2010) da Paróquia São José Operário	32
Imagen 14 – Capa do vídeo produzido pela TV Câmara sobre o bairro de Cruz das Armas.	35
Imagen 15 – <i>Frame</i> do vídeo sobre Cruz das Armas mostrando a situação do Teatro da Juventude.....	36
Imagen 16 – <i>Frame</i> da entrevista com um ativista do bairro	36
Imagen 17 – Página 5 do jornal <i>A União</i>	67
Imagen 18 – Ialorixá Zete Farias.....	108
Imagen 19 – Festa comemoração ao dia de Iemanjá.....	110
Imagen 20 – Presidente da Federação de Cultos Africanos da Paraíba, Carlos Leal..	112
Imagen 21 – Construção da Primeira Igreja Congregacional em Cruz das Armas	115
Imagen 22 – Crianças em frente a Primeira Igreja Congregacional em Cruz das Armas	116
Imagen 23 – Sede da Associação Portuguesa de Cruz das Armas	132
Imagen 24 – Time de futebol feminino Onze de Outubro.....	133

Sumário

Introdução.....	10
1. Apontamentos teóricos-metodológicos: cultura histórica e cotidiano.....	16
1.1 Cruz das Armas e a Cultura Histórica	19
1.2. Memória, Consciência Histórica, Cultura Histórica e Cultura Historiográfica ...	40
1.3 Questões teóricas sobre o conceito de cotidiano	48
2. A criminalidade na imprensa.....	59
2.1 Notícias criminais nas páginas do jornal <i>A União</i>	65
2.2 “Anormais”, maconheiros, amantes e “marginais mirins”: a estigmatização dos indivíduos e os problemas sociais da vida cotidiana	76
2.2.1 “ <i>Anormais</i> ”.....	76
2.2.2 <i>Maconheiros</i>	82
2.2.3 <i>Amantes</i>	85
2.2.4 “ <i>Marginais Mirins</i> ”	89
2.3 Cruz das Armas nas páginas policiais.....	93
3. Lazer e cotidiano em Cruz das Armas.....	97
3.1 Preâmbulo	97
3.2 Um bairro de fé: a religiosidade de Cruz das Armas	99
3.2.1 <i>A Paróquia São José Operário</i>	99
3.2.2 <i>Por onde andam os terreiros?</i>	104
3.2.3 <i>A Primeira Igreja Congregacional de João Pessoa</i>	113
3.3 Lazer e sociabilidade em Cruz das Armas	118
3.3.1 A Festa das Hortênsias	120
3.3.2 <i>Blocos, troças e escolas de samba</i>	125
3.3.3 <i>O São João em Cruz das Armas</i>	130
3.3.4 <i>Hoje tem jogo na Graça!</i>	131
3.3.5 <i>Bares, danceterias e outros</i>	135
Considerações finais	138
Anexo 1.....	140
Referências	141
Fontes e Acervos.....	141
Bibliografia	141

Introdução

Nesta dissertação, buscamos explorar um tema que, à primeira vista, pode parecer trivial, mas que, ao olharmos mais de perto, revela-se profundo e repleto de significados: a história do cotidiano de um bairro a *contrapelo*. Partindo de uma perspectiva que valoriza a memória coletiva e a consciência histórica, pretendemos mostrar como as narrativas construídas por agentes sociais diversos, mesmo que não sejam historiadores profissionais, contribuem significativamente para a compreensão do passado e para a construção de uma *história vista de baixo*.

Nosso ponto de partida é a reflexão sobre a cultura histórica, entendida como um campo aberto e em constante movimento, onde diferentes vozes se encontram para dialogar sobre o passado. É dentro desse campo que se situam as narrativas dos moradores de Cruz das Armas, em João Pessoa, cujas memórias não apenas registram os acontecimentos, mas também interpretam e ressignificam suas vivências à luz das experiências contemporâneas. Essa interação entre memória e história é crucial para a formação de uma identidade coletiva que, por sua vez, sustenta a continuidade cultural e social do bairro.

Ao considerar as experiências e as representações dos moradores de Cruz das Armas, percebemos que o cotidiano é mais do que um simples pano de fundo para os eventos históricos. Ele é, na verdade, o palco principal onde se desenrolam as ações e as interações que definem a vida em comunidade. Nesse sentido, seguimos a visão de E. P. Thompson (2021), para quem as experiências vividas pelos sujeitos, embora moldadas por condições materiais específicas, também são interpretadas e ressignificadas de maneiras que escapam às simplificações estruturalistas. Assim, o cotidiano se torna um espaço de criação, resistência e transformação.

A cultura histórica, como argumenta Elio Flores (2007), não se limita à produção acadêmica. Pelo contrário, ela se enriquece com as narrativas que emergem de diversos suportes, como literatura, cinema, *blogs*, redes sociais, vídeos e publicações de jornalistas e memorialistas. É justamente essa pluralidade de fontes e perspectivas que nos permite acessar uma visão mais abrangente do passado, incorporando vozes que muitas vezes são silenciadas nas narrativas oficiais. Essas vozes trazem à tona aspectos do cotidiano que, de outra forma, permaneceriam invisíveis.

Nas páginas que seguem, vamos examinar como as histórias contadas por esses moradores oferecem uma perspectiva única sobre o bairro de Cruz das Armas durante o período da ditadura militar no Brasil. Essas narrativas, longe de serem apenas registros passivos do passado, são ativas e engajadas, refletindo as tensões e os conflitos que marcaram a vida no bairro. A partir dessa análise, compreendemos como a memória atua como um elemento de resistência, desafiando as versões hegemônicas da história e reivindicando espaço para outras interpretações.

A memória coletiva, entendida como um processo contínuo de construção e reconstrução do passado, é fundamental para a formação da consciência histórica, que, como Rüsen (2007) sugere, é a capacidade de reconhecer o passado como um componente essencial da vida contemporânea. Essa consciência permite que os moradores de Cruz das Armas situem-se dentro de uma continuidade histórica, reconhecendo-se como parte de um processo maior que molda suas identidades e ajuda a orientar suas práticas no presente. Essa consciência histórica, por sua vez, alimenta o desejo de preservar e transmitir essas memórias às futuras gerações.

A relação entre memória e consciência histórica é complexa e multifacetada. Enquanto a memória tende a ser subjetiva e emocional, a consciência histórica busca uma compreensão mais ampla e crítica do passado. No entanto, ambas se complementam, pois é através da memória que os indivíduos e as comunidades constroem suas identidades e reconhecem seu lugar no fluxo do tempo. Ao registrar e compartilhar suas memórias, os moradores de Cruz das Armas não apenas preservam seu passado, mas também contribuem para a formação de uma narrativa histórica que reflete suas experiências e perspectivas.

Entendemos que a cultura histórica, ao incorporar essas memórias e narrativas, desempenha um papel crucial na construção de uma história mais inclusiva e diversa. Segundo Flores (2007), a cultura histórica abrange as narrativas (orais, escritas, cinematográficas, fotográficas etc.) produzidas por não-historiadores profissionais inseridos nos mais variados contextos sociais. Essa inclusão de múltiplas vozes enriquece a narrativa histórica, proporcionando uma visão mais complexa do passado. É nesse contexto que se insere a importância de valorizar as histórias contadas pelos próprios moradores de Cruz das Armas. No entanto, não podemos ignorar os desafios e as limitações de se trabalhar com essas narrativas. A subjetividade das memórias pode, por vezes, dificultar a construção de uma narrativa histórica coerente e confiável. É aqui que

entra a cultura historiográfica que oferece as ferramentas necessárias para a análise crítica dessas narrativas, permitindo-nos separar os fatos das interpretações e construir uma história que seja ao mesmo tempo rigorosa e representativa das experiências vividas.

A cultura historiográfica, portanto, não se opõe à cultura histórica, mas a analisa e explica, além de buscar dialogar – mesmo que possa se opor – e contribuir com a cultura histórica de uma determinada comunidade, sociedade ou grupos sociais, religiosos, culturais ou políticos. Ela nos permite contextualizar as memórias e narrativas dentro de um quadro teórico mais amplo, que leva em consideração as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram o bairro de Cruz das Armas durante o período em questão. Assim, ao mesmo tempo em que valorizamos as vozes dos moradores, buscamos também situá-las dentro de um contexto histórico mais amplo, que nos permite compreender as forças que moldaram suas experiências e narrativas.

Dando continuidade a essa contextualização mais ampla, passamos a examinar as fontes que sustentam nossa análise. Para contemplar os aspectos que almejamos, optamos por três tipos de fontes. A primeira é o jornal *A União*, periódico oficial do estado da Paraíba, que, dado o extenso recorte temporal analisado, forneceu informações sobre a visão hegemônica da criminalidade, da cultura, do comportamento e do lazer das classes populares de Cruz das Armas e de outros bairros de João Pessoa. Entendemos que, embora vinculado ao poder público em período ditatorial, o periódico também atuou como facilitador e agente da cultura histórica que molda consciências a partir da produção dos jornalistas em apresentar suas versões dos fatos, visto que, para garantir a popularidade dos impressos, é necessária uma “relação circular com o real”, de modo que as notícias dialoguem com o cotidiano da população, mesmo quando reforçam estigmas (ZICMAN, 1985).

Segundo Zicman (1985), nosso primeiro passo foi estabelecer um *corpus* segundo critérios de categorização do conteúdo: selecionamos páginas de notícias policiais, culturais e esportivas, com ênfase nos dois primeiros, pois se relacionavam às políticas públicas de segurança e de financiamento cultural. Observamos termos recorrentes e sua frequência, sobretudo adjetivos em matérias policiais – “desordeiros”, “anormal”, “erva maldita”, “marginal mirim” etc. – definindo nossa análise como “intra-jornal”, ao identificar tendências no discurso do *A União*.

Adotamos, ainda, a compreensão de que “os jornais comunicam ideias e valores, e através destes buscam agir sobre a sociedade, representando certos interesses” – não um

único setor, mas um campo de interesses onde diversos fatores interagem (BARROS, 2021, p. 425). Nesse sentido, analisamos também notícias, como, por exemplo, relacionadas aos indivíduos presos por embriaguez: de que modo essa informação se torna relevante para o público? Que mensagem o jornalista quer transmitir? Qual o público-alvo? Como discutiremos no segundo capítulo, o jornal procurou funcionar como porta-voz da disciplinarização, orientando comportamentos e delineando punições para desvios de conduta.

Dada a escassez de informações mais detalhadas sobre o cotidiano de Cruz das Armas em *A União*, além dos interditos que nos impediram de acessar processos criminais e realizar entrevistas para História Oral previstas no projeto inicial desta dissertação, recorremos a fontes digitais – *blogs*, *sites*, vídeos e páginas em redes sociais. Essas fontes nos permitiram identificar formas de consciência histórica e narrativas diversas, desde as mais organizadas (*blogs*, *sites* e vídeos) até as mais espontâneas (página do *Facebook* “Cruz das Armas Velha Guarda”).

Sobre essas fontes, destacamos duas observações metodológicas. Primeiro, apesar de sua importância, seu uso ainda é pouco comum entre historiadores, em razão da escassa discussão teórico-metodológica e do caráter efêmero das publicações na internet. Para Fábio Chang de Almeida (2011), as fontes digitais são equiparáveis a quaisquer outras, exigindo análise crítica e comprometimento historiográfico. O ciberespaço é um espaço de sociabilidade: *blogs* como diários virtuais e redes sociais como espaços de relação, onde perfis compartilham informações pessoais e formam comunidades de interesse.

Em segundo lugar, dada a volatilidade dessas publicações, cabe ao historiador criar bases de dados que comprovem as fontes e aplicar o método do cruzamento de dados. Assim, distinguimos fontes digitais primárias – exclusivas (existentes apenas na internet, como sites e redes sociais) e digitalizadas (originais físicos agora disponíveis *on-line*, como jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional) – das não-primárias, que incluem teses, dissertações e artigos científicos disponíveis em sites de repositórios acadêmicos.

Dito isso, de que forma as fontes digitais ganham importância nesta dissertação? Compartilhamos a compreensão do historiador Giliard da Silva Prado ao dizer que:

Com o uso dos recursos digitais para difundir suas memórias sobre o passado na web, cada indivíduo passou a ter condições de escrever tanto sobre sua própria história quanto sobre a história de sua família, de sua

comunidade, de sua cidade ou região. [...] As demandas relativas à expressão das memórias coletivas, à afirmação identitária e, em alguns casos à promoção e preservação do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade são particularmente acentuadas nas localidades e entre os grupos sociais que não estão contemplados ou não se veem devidamente representados nas narrativas dos historiadores, o que indica a existência de lacunas a serem sanadas por uma produção historiográfica (PRADO, 2021, p. 19).

Sobre esse aspecto é necessário entender que as pessoas de uma determinada comunidade virtual preferem o contato direto no que tange ao compartilhamento de fotos, vídeos e relatos, sem a intermediação do historiador. Nesse sentido, é importante que o historiador se faça presente nas redes sociais tendo em vista o olhar crítico e metodológico que se tem acerca daquele conteúdo produzido. Ou seja, a partir dessa presença, de uma postura metodológica de seleção de temas, frequência de assuntos, perfil dos membros de uma comunidade virtual e um cruzamento de informações com outros materiais, é possível utilizar das fontes digitais como conteúdo metodológico para narrativa historiográfica.

Em nossa pesquisa, adotamos a perspectiva benjaminiana da figura do “trapeiro”. Longe de ser um colecionador alheio à realidade, essa imagem representa aquele que recolhe os resíduos, as sobras, os fragmentos desprezados pela historiografia tradicional. Assim, buscamos justamente os rejeitos — informações que, à primeira vista, parecem não possuir grande relevância histórica, mas que, a partir de uma leitura a contrapelo, revelam-se como registros de experiências coletivas que, embora diluídas pelas transformações econômicas, sociais e culturais da contemporaneidade, permanecem vivas. Esses fragmentos, ao serem resgatados, nos permitem contar a história de um bairro popular para além dos estigmas que lhe foram atribuídos ao longo do tempo.

Nos capítulos que seguem, vamos explorar como essas diferentes formas de produção e transmissão da história contribuem para a construção de um texto historiográfico que, embora dialogando com a historiografia acadêmica, não se limita a ela. Queremos mostrar que, ao incorporar as narrativas dos moradores de Cruz das Armas, é possível escrever uma história que não apenas registra eventos, mas que também comprehende as vivências e as resistências dos sujeitos que habitaram e habitam esse espaço. Essas narrativas nos oferecem uma janela para o cotidiano, permitindo-nos ver como os eventos históricos foram vividos e interpretados por aqueles que estavam à margem das narrativas oficiais.

Assim, o primeiro capítulo é dedicado aos apontamentos teórico-metodológicos que fundamentam nossa análise, abordando conceitos como cultura histórica, memória, consciência histórica e cotidiano. Este capítulo estabelece as bases conceituais que nos permitem entender a importância das narrativas cotidianas e seu papel na construção da história.

No segundo capítulo, vamos nos debruçar sobre como a imprensa – mais especificamente o jornal *A União* – abordou a questão da criminalidade na cidade de João Pessoa e em Cruz das Armas, a fim de compreender qual o papel das narrativas policiais na estigmatização dos indivíduos das classes populares.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos um caleidoscópio do cotidiano do bairro de Cruz das Armas, no qual analisaremos a fala dos moradores acerca das experiências de lazer e sociabilidade. Dessa forma, será abordado sobre a religiosidade, as festas populares, o futebol e os espaços de sociabilidade dos moradores para além da estigmatização.

Por fim, nos limites estabelecidos pela Resolução CONSEPE/UFPB n. 57/2025¹, informo que foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial para parcial revisão linguística (programa Microsoft Copilot, modo Smart GPT-5) e tradução do Resumo para língua inglesa (DeepSeek, v. 3.2).

¹ https://www.prgp.ufpb.br/wp-content/uploads/sites/305/sites/305/2025/10/Resolucao_Integridade-em-trabalhos-academicos_Consepe_n_57.2025.pdf.

1. Apontamentos teóricos-metodológicos: cultura histórica e cotidiano

Entre 1964 e 1985, ou seja, durante o período da ditadura, o bairro de Cruz das Armas passou por um processo de crescimento populacional, tornando-se o mais populoso da capital paraibana, João Pessoa. O bairro é berço de inúmeros pontos de sociabilidade da classe trabalhadora, possuindo, à época, cinemas, estádio de futebol, danceteria, paróquia, fábrica, batalhão do Exército, escolas, cemitério e mercado público.

O projeto que motivou o desenvolvimento desta dissertação objetiva compreender aspectos do cotidiano do bairro como parte fundamental para o entendimento das dinâmicas históricas da classe trabalhadora em João Pessoa.

O desafio de analisar historicamente o cotidiano das classes populares do bairro de Cruz das Armas representou uma necessária adequação ao projeto de pesquisa original apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), em diálogo com sua área de concentração *História e Cultura Histórica* e com a linha de pesquisa *História e Regionalidades*.

Consideramos que o encontro com os debates sobre cultura histórica foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa, visto que, no campo da historiografia profissional propriamente dita², não há escritos sobre o bairro em questão e seus moradores, incluindo o período da ditadura — recorte temporal desta dissertação. Por outro lado, existem materiais produzidos por moradores, ex-moradores, entidades situadas no bairro e até um documentário produzido pela Câmara Municipal que remetem à memória e formas de consciência histórica.

Nesse sentido, o cerne desta primeira parte é analisar a produção e transmissão de narrativas históricas sobre o bairro de Cruz das Armas através de outros meios e agentes sociais, tais como jornalistas, *blogs*, *sites*, vídeos e páginas em redes sociais. Aliás, esta última — mais especificamente uma página na rede *Facebook* — será a mais importante para nós, pois nela encontramos pontos de vista de moradores e ex-moradores do bairro e sua difusão em termos amplos, voltados a um público não especializado em História ou

² Como se verá mais adiante, há alguns escritos de outras áreas, notadamente a Sociologia, mas nada específico da área de História.

nos procedimentos do ofício historiográfico. Além disso, funciona como uma ferramenta de expressão da memória e da consciência histórica, aspectos fundamentais para nossa análise.

Compreendemos, com apoio de diversos historiadores dedicados a estudos sobre diferentes temporalidades e regiões do globo — como Carlo Ginzburg (2006) e Jim Sharpe (1992) — que a escassez da conservação e/ou da produção de fontes pelas classes populares constitui um obstáculo recorrente para quem busca investigar historicamente esses grupos sociais.

Lembremos que nosso recorte temporal corresponde ao período ditatorial brasileiro da segunda metade do século XX, o que representa, consequentemente, um fator de impasse para a produção e preservação de qualquer tipo de manifestação cultural de cunho contestatório. Sobre a repressão instaurada com o golpe de 1964, Monique Cittadino afirma:

O fundamento da Segurança Interna repousava na necessidade que o país tinha, diante da suposta ameaça comunista que o rondava, de reforçar suas estruturas internas de controle e repressão social. Assim, os inimigos do Brasil eram de 2 ordens: o inimigo externo, ou seja, o comunismo e sua capacidade de infiltrar-se no país e o ‘inimigo interno’, qualquer indivíduo que pudesse eventualmente estar envolvido com os interesses comunistas. Com isto, qualquer cidadão transformava-se, aos olhos dos novos dirigentes, em um inimigo potencial do Estado (CITTADINO, 2016, p. 49-50).

Dito isso, são raros os registros mantidos por instituições de preservação da memória que tenham origem nas classes populares nesse período. Ainda assim, é de conhecimento geral que o bairro de Cruz das Armas teve intensa atividade política.

O maior exemplo dessa atividade foi um comício realizado na véspera do golpe³ — evidenciando que a escolha do bairro não foi aleatória. Além de ser um local com presença massiva da classe trabalhadora pessoense, nele residiam membros das Ligas Camponesas, funcionavam aparelhos ligados à atividade comunista liderados pelo

³ “[...] Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais.” (NUNES, 2009, p. 8.)

militante da Aliança Libertadora Nacional Emilson Ribeiro, e ocorriam ações promovidas pela Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)⁴.

Apesar da escassez de conservação documental e de produção historiográfica — que, de certo modo, poderia nos desencorajar — entendemos que o leque de possibilidades para a compreensão do cotidiano das classes populares se abre a partir do momento em que adotamos “a proposta de não estudar a ‘cultura produzida pelas classes populares’, e sim a ‘cultura imposta às classes populares’”, numa perspectiva de interação em que os grupos menos favorecidos interagem com essa cultura “*imposta*” de forma não passiva. Ou seja, nós, enquanto historiadores que buscamos interpretar as formas de representação presentes no cotidiano das classes populares, não devemos “jogar a criança fora junto com a água da bacia”. Isto é, a partir de uma leitura *a contrapelo* das fontes produzidas pelas classes dominantes, é possível observar aspectos das experiências históricas dos grupos subalternizados (GINZBURG, 2006, p. 14-16).

Dito isso, por mais que essas produções culturais da classe dominante eventualmente ofereçam uma visão parcial, subjetiva e mais ou menos distorcida do cotidiano desses grupos sociais, elas ainda constituem elementos valiosos para refletirmos sobre tais experiências — como festas, feiras, comércio, cinema, esportes, problemas de infraestrutura, água, esgoto, moradia, aluguéis, transporte, saúde, educação, segurança etc.

Nosso objetivo principal é analisar formas de produção e reprodução da vida social, nas quais identificamos algumas especificidades que envolvem as representações de indivíduos externos e internos ao cotidiano do bairro, os estigmas, as formas de sociabilidade, o trabalho, a criminalidade e questões políticas. Com essa proposição, buscamos encontrar um ponto de congruência entre “os critérios de validade científica da história” e “as tendências que colocam em questão esses critérios” (DIEHL, 2002, p. 55).

Ao analisar as especificidades supracitadas, não pretendemos enveredar pelo campo do anedótico, do grotesco, da mera curiosidade ou pelo reducionismo. Tampouco objetivamos realizar uma análise estrutural que reduza as representações das classes populares a simples reproduções das ideias dominantes. Em outras palavras, almejamos

⁴ De acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, a CEPLAR foi uma experiência de educação popular ligada ao Juventude Católica Universitária (JUC) que contava com apoio do governo do estado e da UFPB na tentativa de reduzir os fortes índices de analfabetismo na Paraíba. Tinha atuação junto às camadas populares de João Pessoa, principalmente nos bairros como Ilha do Bispo, Torrelândia, Cruz das Armas, Santa Júlia e Varadouro.

compreender as dinâmicas sociais nas quais é possível estabelecer relações entre os mais simples “microcasos” do cotidiano e as “macroquestões” que envolvem a política local e nacional.

Dessa forma, visamos promover o diálogo entre polarizações que denominamos cultura histórica, entendendo que o conjunto de produções realizadas por agentes sociais não historiadores — que integram essa cultura histórica — contribui diretamente para que possamos estabelecer tal relação e, assim, produzir um texto alinhado aos aspectos teórico-metodológicos da historiografia (cultura historiográfica).

1.1 Cruz das Armas e a Cultura Histórica

Diante da inexistência de estudos historiográficos sobre o tema e das dificuldades de acesso a fontes escritas produzidas diretamente pelos grupos subalternizados, adotamos como estratégia metodológica para a análise das experiências históricas do cotidiano das classes populares de Cruz das Armas, em João Pessoa, durante a ditadura militar, a noção de Cultura Histórica.

Nosso intuito é refletir sobre as imagens do passado presentes no imaginário atual acerca do bairro e cotejá-las com algumas práticas acadêmicas e historiográficas que, ainda que brevemente, mencionam a localidade — o que pretendo desenvolver nos capítulos seguintes. Utilizarei como fontes principais vestígios da imprensa local de grande circulação entre 1964 e 1985, mais especificamente o periódico oficial mantido pelo governo do Estado, *A União*.

Para adentrar nos aspectos da cultura histórica que envolvem o bairro Cruz das Armas, apresentaremos, no decorrer deste subtópico, algumas obras, escritos e publicações virtuais que abordam elementos do cotidiano local.

A motivação inicial para o desenvolvimento deste trabalho surgiu a partir de diálogos informais com residentes e frequentadores do bairro. Segundo esses relatos, a Rua Presidente Félix do Antônio — conhecida popularmente como Rua do Rio e localizada na área mais vulnerável do bairro — foi palco de conflitos entre a polícia e a população residente ou frequentadora, especialmente com uma família conhecida como “Os Amarelos”. Segundo os informantes, essa família (que ainda mantém alguns membros na Rua do Rio) possuía um bar e uma oficina mecânica, promovia festas ao som

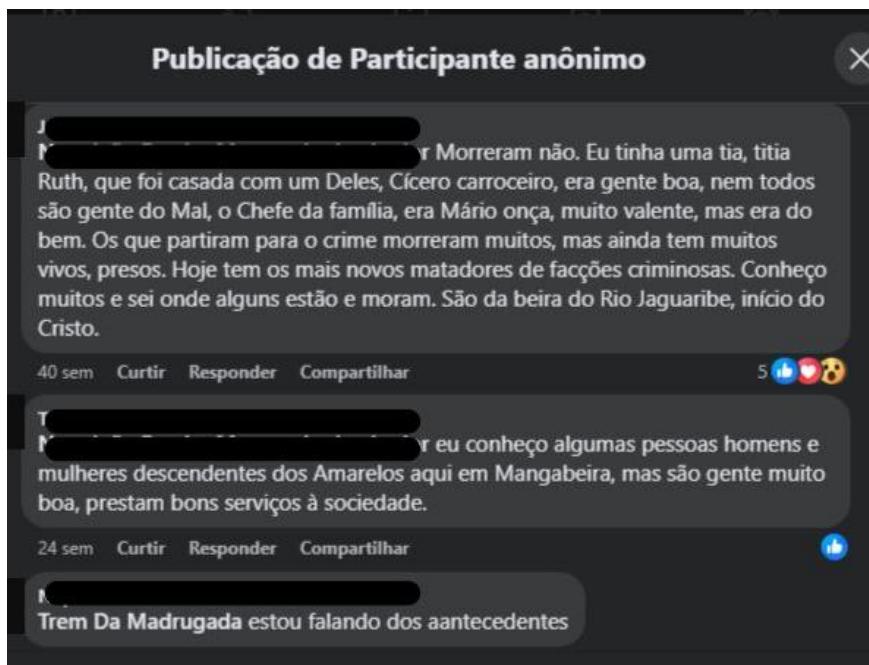
das cantigas de coco de roda, e era vista por moradores como “cabras de pêia que matavam sem dó”.

Ao iniciar a pesquisa, encontramos vestígios desses mesmos eventos e personagens na memória de moradores e ex-moradores, revelando a força dos discursos de estigmatização que permeiam a história do bairro e de parte de seus habitantes — questões que enfrentaremos ao longo desta dissertação. Tomando esse episódio como ponto de partida, propomos uma discussão sobre o que entendemos por cultura histórica, isto é, referências e reflexões sobre o passado elaboradas por diversos agentes sociais — incluindo não-historiadores — que não necessariamente seguem os métodos próprios da historiografia ou estabelecem diálogo com ela.

Em uma página no *Facebook*, intitulada “Cruz das Armas Velha Guarda”⁵, criada em 2023 e que contava com cerca de 4.800 membros em julho de 2024, há menções à família dos Amarelos. As publicações da página, além de recuperar o passado com traços de saudosismo, também abrigam momentos de debate com opiniões e versões divergentes.

A seguir, apresentaremos alguns comentários publicados após um participante, que se identificou anonimamente, perguntar se alguém se lembrava da referida família.

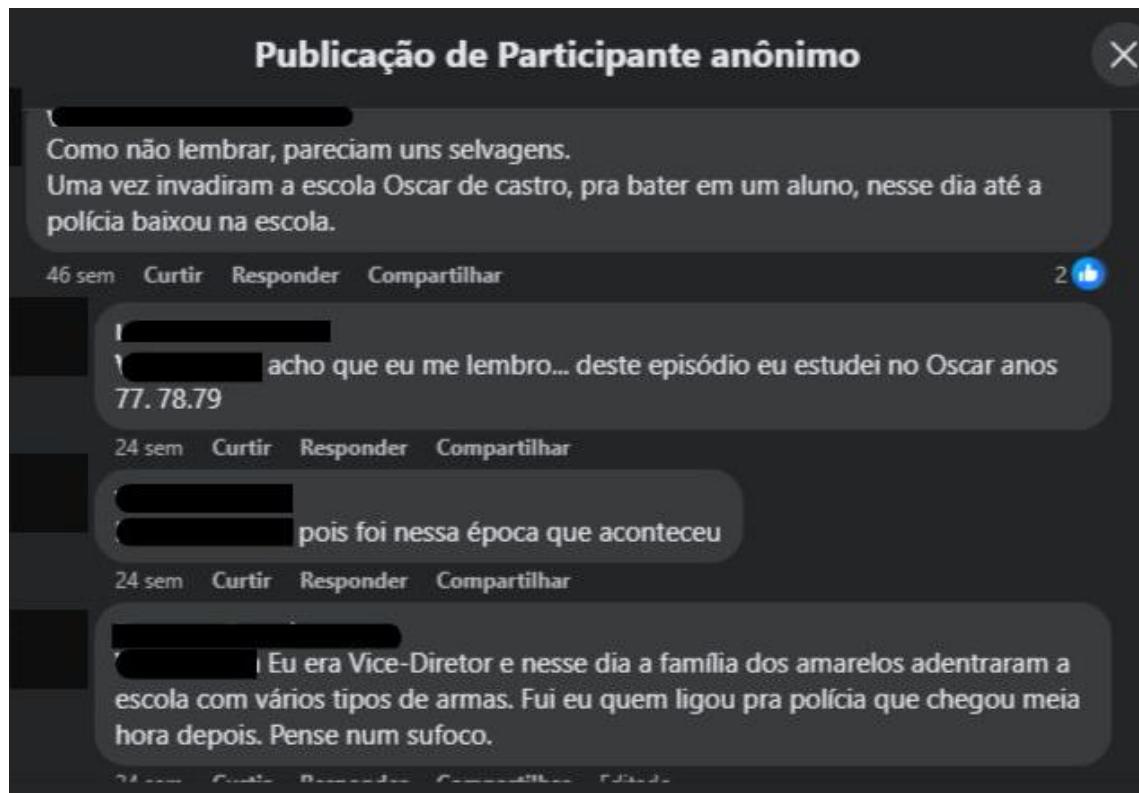
Imagen 1 – Comentários sobre os “Amarelos” em publicação no *Facebook*



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”.

⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/196934809990263/>> . Todos os prints realizados a seguir foram realizados em 14 de jul. de 2024.

Imagen 2 – Comentários relatando incidente em que os “Amarelos” participaram em publicação no *Facebook*

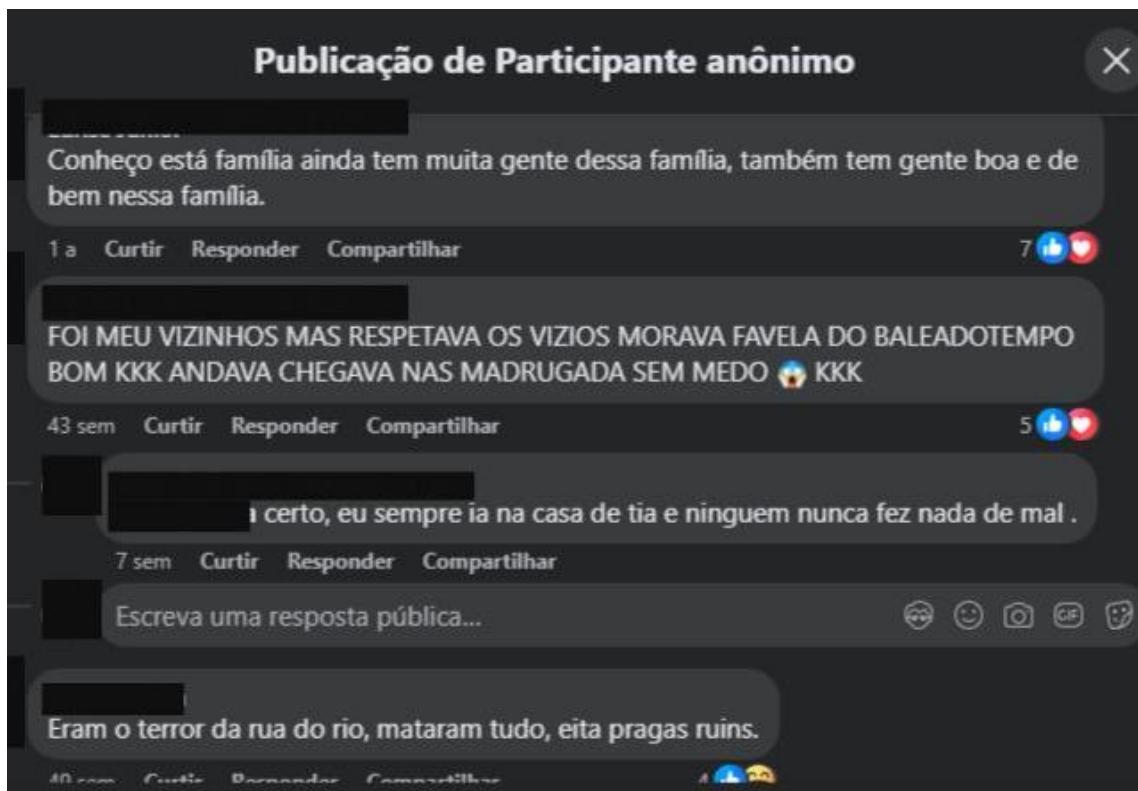


Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

A partir dos comentários observados, é possível perceber a existência de uma dupla percepção em torno dessas figuras: ora são considerados “selvagens”; ora são vistos com certa parcimônia, como indivíduos de boa índole, ou como pessoas que devem ser compreendidas de maneira equilibrada — como uma família composta por indivíduos bons e ruins. Note-se que os adjetivos atribuídos a essa família variam significativamente, indo desde expressões como “os temidos de Cruz das Armas” e “pragas ruins” até outras mais positivas, como “gente de melhor qualidade”, “alunos aplicados”, “gente muito boa, prestam bons serviços à sociedade”.

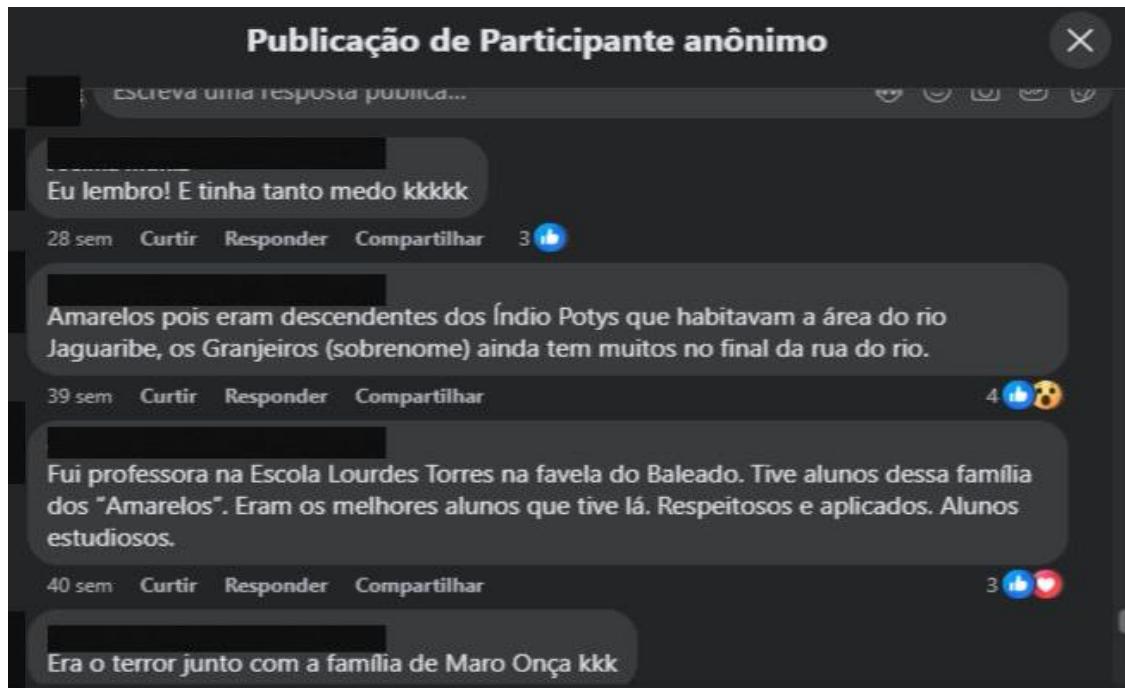
Outro elemento recorrente diz respeito às atividades laborais atribuídas a esses indivíduos, tais como “dono de bodega”, “matança de bois” e “carroceiros”. Nas imagens apresentadas a seguir, podemos observar mais exemplos de críticas e elogios dirigidos a essas pessoas, revelando o caráter ambíguo e plural da memória social que se constrói em torno delas.

Imagen 3 – Comentários de pessoas defendendo e acusando a índole dos “Amarelos”



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Imagen 4 – Comentários elogiosos aos “Amarelos” em publicação no Facebook



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Podemos observar que, com o avanço dos diálogos virtuais, outras informações foram surgindo — como, por exemplo, a origem da alcunha “Amarelos”. Na imagem acima, um participante sugere que o apelido tem relação com a origem indígena da família; em outro comentário da mesma publicação, afirma-se que o nome se deu porque um dos filhos do patriarca dos “Amarelos” sofria de anemia, sendo assim todos apelidados com base na característica do enfermo.

Dessa forma, as relações entre os moradores do bairro se mostram conflituosas, marcadas por acusações e impressões negativas sobre um grupo específico, mas também por visões que evidenciam uma convivência razoavelmente pacífica entre os moradores “malvistos” e os demais habitantes do local. Outro elemento marcante é a ênfase nos laços de vizinhança e compadrio, característica importante do processo de formação do bairro. Sobre isso, ao tratar das comunidades que ocupam as margens do rio Jaguaribe, Mauro Koury e Raoni Barbosa afirmam:

Embora em disputas constantes, as diversas comunidades da margem sul do Jaguaribe, por outro lado, também mantinham diversas trocas entre si, não só se matavam, mas também trocavam mercadorias, em escambo ou moeda, como também casavam entre si, estreitando laços entre elas. Muito embora tais casamentos acontecessem após longas disputas e acusações morais e de reparação à honra comunitária nas investidas amorosas dos jovens que ousavam desconhecer as fronteiras morais e comportamentais que regiam cada comunidade. Vencidas as pândegas de honra, geralmente após conflitos com muita acusação e às vezes mortes, alianças eram construídas gerando novas possibilidades organizativas e de respeito entre as comunidades envolvidas. Deste modo, os elos internos a cada comunidade eram expandidos entre comunidades em códigos de aliança variados, sendo, portanto, amigos, compadres e parentes, onde se montavam redes de interdependência entre os comunitários nas comunidades agora entrelaçadas, não sem estranhamentos possíveis e acusações advindas da administração de conflitos localizados, onde as origens dos comunitários envolvidos eram usadas para ofensas morais por parte dos outros envolvidos, e vice-versa (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 25).

Essas questões interpessoais perpassam a maneira como os indivíduos enxergam o bairro e as transformações que ocorrem com o tempo. Dito isso, vale refletir sobre o nome da própria página no *Facebook* — intitulada “Velha Guarda” — uma expressão que carrega forte carga afetiva ao rememorar o passado do bairro, muitas vezes percebido como não correspondente à realidade atual, segundo os próprios moradores e ex-

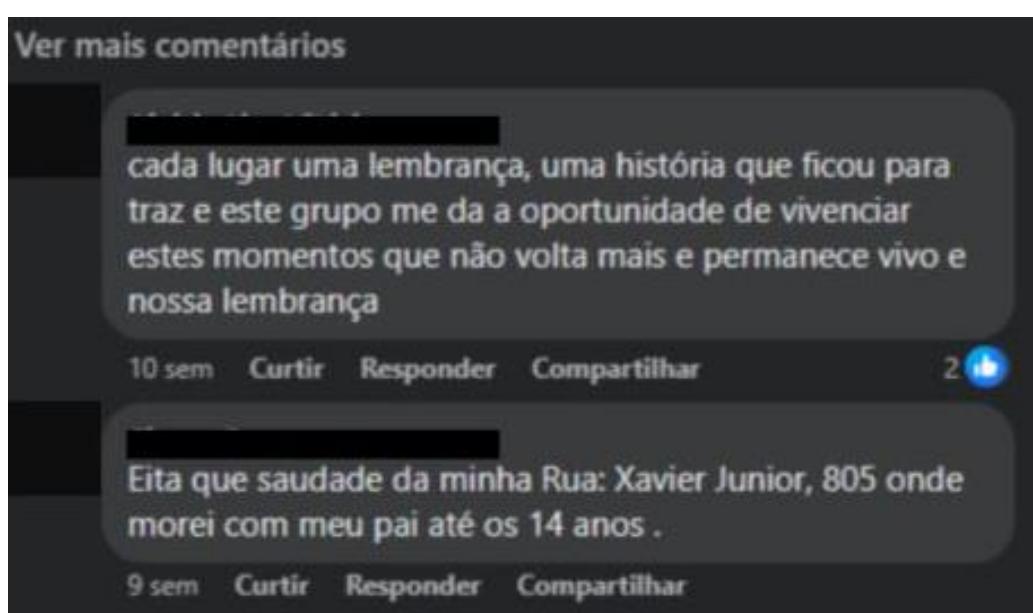
moradores. Nas imagens abaixo, podemos observar como essa interpretação da memória está presente nos discursos e lembranças compartilhadas por essas pessoas.

Imagen 5 – Postagem com fotografia relembrando a antiga mercearia do pai do atual (2024) governador da Paraíba, João Azevedo.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Imagen 6 – Comentários de ex-moradores do bairro de Cruz das Armas sobre as boas lembranças que tem do local.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Nota-se que, na Imagem 5, um membro da comunidade virtual informa aos colegas — sem indicar datas ou períodos — que no prédio da fotografia funcionou a mercearia do pai do atual governador da Paraíba, João Azevedo. Essa afirmação sugere um sentimento de saudosismo e consciência histórica permeada de afetos em relação ao passado e à conexão entre espaço e pessoas. Ao mesmo tempo, atribui certa relevância ao local e ao bairro: trata-se da mercearia de um comerciante local, cujo filho viria a ocupar o mais alto cargo do Poder Executivo estadual.

Na Imagem 6, outro participante destaca a importância pessoal da página ao dizer que ela proporciona “uma oportunidade de vivenciar estes momentos que não volta[m] mais e permanece[m] vivo[s] e[m] nossa lembrança”. Ou seja, as interações na página, por meio da mobilização de lembranças escritas e imagéticas, despertam sentimentos íntimos como a saudade — sentimentos que remetem ao cotidiano e às relações de parentesco e amizade entre moradores, os quais, em alguns casos, podem persistir até hoje.

A indicação precisa de um endereço por parte de um dos membros parece representar não apenas um exercício de memória, mas um chamado público àqueles conhecidos da infância ou adolescência, como uma tentativa de reencontro. Seja como for, esse material virtual oferece ao pesquisador um acesso privilegiado às perspectivas que antigos moradores têm sobre o passado de Cruz das Armas.

A autodenominação “Velha Guarda” revela uma forma de autoafirmação identitária — pessoas anônimas que se colocam como parte da construção histórica e simbólica do bairro e que, por isso, sentem ter certa legitimidade para remeter a lembranças que resistem ao esquecimento. Essas memórias contradizem práticas atuais que são, muitas vezes, percebidas como nocivas, decadentes ou alheias por gerações mais jovens e por moradores recém-chegados. Sobre esse sentimento de pertencimento e de ambivalência entre memória e realidade urbana, Mauro Koury e Raoni Barbosa nos dizem:

Com a reconfiguração urbana e a transformação das comunidades em bairro nos anos de 1970, e a internalização e integração dos moradores à cidade e às lutas por melhoria do bairro, esse imaginário é vivido pelos moradores através dos sentimentos de constrangimento e de vergonha. O que reforça o estranhamento do morador do bairro sobre o próprio bairro (o Varjão), tentando se afastar dele e justificando o porquê ainda não o ter feito. Ao mesmo tempo em que busca se afastar desta imagem e lutar pela construção de uma nova, onde se olhe a si e ao bairro como um lugar

plausível, bom de morar e de pessoas de bem, o Rangel. Esta ambivalência gera sofrimento social e um manancial de justificações e desculpas que deem conta dessa distinção entre o bairro Varjão, - expresso na mídia e no imaginário da cidade como violento, - e o bairro onde mora, - onde investimentos emotivos, financeiros e de pertencimento foram realizados, e onde se sentem protegidos pela rede comunitária ainda existente, apesar de fragmentada em seus alcances simbólicos, - o Rangel. Entre as desculpas e justificações se encontra, nos esquemas de acusações, outro tipo de morador, visto como aquele que perturba os moradores já estabelecidos. Estes são, de maneira especial, distinguidos entre os recém-chegados ao bairro, ou entre aqueles que se estabelecem nos enclaves ou nos aglomerados subnormais, - termo técnico utilizado pelas políticas públicas brasileira dos anos de 1980 e 1990, - do lugar (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 28-29).

Considerando essas observações, vemos que a rememoração dos tempos passados — como ocorre nos comentários da página “Cruz das Armas Velha Guarda” — vai além de um simples saudosismo de tempos áureos. Trata-se, na verdade, da manifestação de uma consciência histórica vivida em meio as transformações sociais, econômicas e urbanísticas pelas quais o bairro passou.

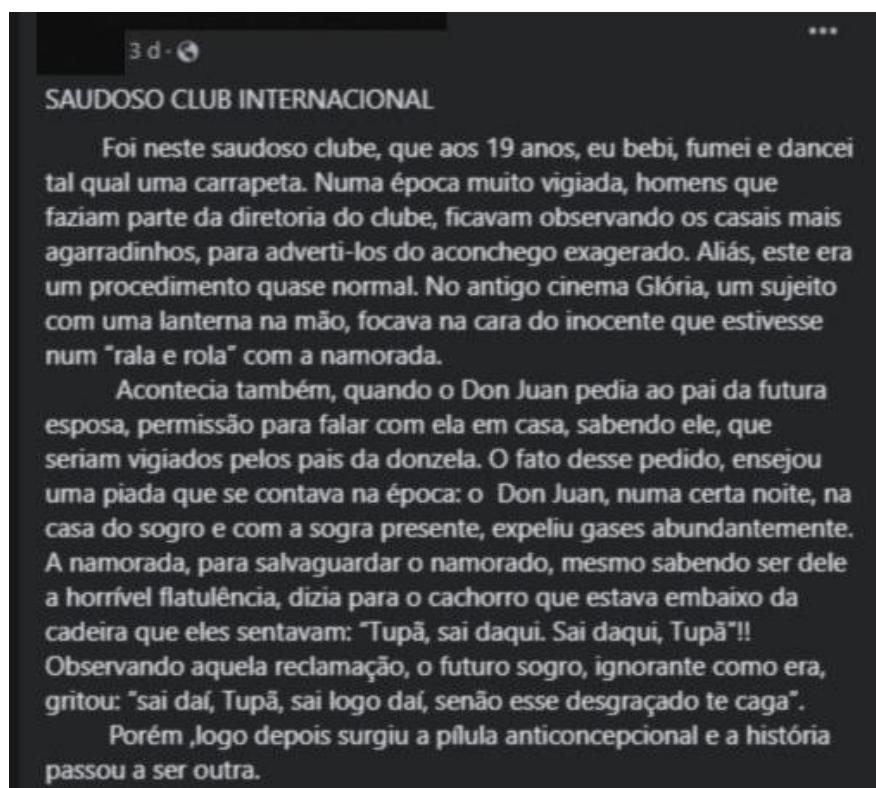
Os participantes da comunidade virtual são motivados a compartilhar imagens, textos e memórias pessoais vivenciadas no bairro. Entre os mais de 4.800 integrantes, muitos recorrem a registros visuais e escritos que evocam o passado. Diversas postagens na página “Cruz das Armas Velha Guarda” evocam aspectos do cotidiano vivenciado no bairro ao longo de décadas. Dentre os conteúdos compartilhados, encontram-se menções à prática esportiva, sobretudo ao futebol local, representado pela Associação Atlética Portuguesa de Cruz das Armas e ao Estádio Leonardo Vinagre da Silveira, conhecido popularmente como Campo da Graça.

Também são recorrentes lembranças relativas às festividades populares, como o carnaval, representado pela Escola de Samba Noel Rosa; às instituições escolares, que funcionavam como espaços de socialização; aos ambientes de lazer, a exemplo do Club Internacional; e às celebrações religiosas, como a Festa das Hortênsias promovida pela Paróquia São José Operário. Tais elementos integram um mosaico afetivo e social que compõe o universo simbólico dos moradores e ex-moradores do bairro, mobilizando referências espaciais e afetivas que ajudam a reconstruir a memória coletiva e a história local de Cruz das Armas

Nos próximos capítulos, propomos abordar esses elementos que constituíram parte do cotidiano do bairro entre os anos de 1964 e 1985. Para situar o leitor, a seguir

serão reproduzidos alguns registros extraídos das publicações da comunidade virtual, que remetem diretamente a esses aspectos.

Imagen 7 – Postagem com um texto que faz alusão a juventude vivenciada por um ex-morador do bairro de Cruz das Armas.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Imagen 8 – Fotografia do Club Internacional de Cruz das Armas.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Preservamos a foto de perfil do autor da publicação reproduzida na Imagem 7, mas trata-se de uma pessoa pública: o ex-jogador profissional João Telino, que teve passagem por clubes do Nordeste brasileiro, como o Botafogo da Paraíba, o ABC de Natal e o Santa Cruz Futebol Clube — clube pelo qual viveu uma fase vitoriosa no início dos anos 1970. João Telino nasceu em 1948; logo, o relato intitulado “Saudoso Club Internacional”, publicado pelo futebolista, refere-se a eventos ocorridos em 1967, quando ele tinha 19 anos, estando, portanto, dentro do nosso recorte temporal.

É perceptível que o espaço de sociabilidade Club Internacional se conecta às pessoas de forma profunda, a ponto de rememorar experiências amorosas, práticas de lazer, elementos de moralidade e traços culturais do cotidiano de um bairro popular de João Pessoa e seus habitantes.

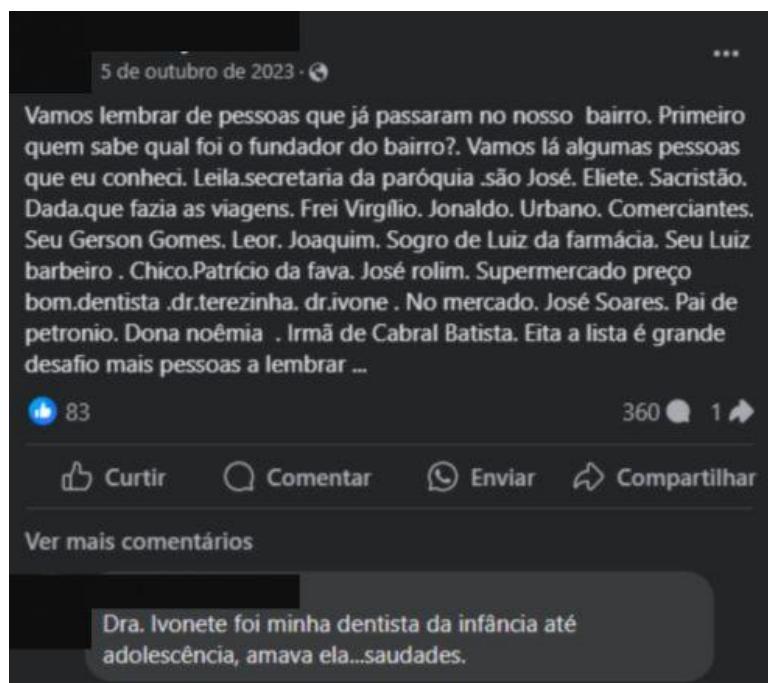
Além desses aspectos, algo que também nos chama a atenção são as postagens que visam homenagear moradores do bairro — especialmente os idosos, vivos ou falecidos, assim como professoras, comerciantes e outras figuras locais. Essas publicações nos levam a refletir sobre as pessoas que construíram o bairro e o fizeram existir: os trabalhadores, as pessoas comuns, frequentemente negligenciadas por aqueles que produzem uma história oficial centrada nos grandes personagens. Vejamos, a seguir, um exemplo desse tipo de narrativa que buscamos destacar.

Imagen 9 – Postagem relembrando um ex-morador local já falecido.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Imagen 10 – Postagem de um morador de Cruz das Armas relembrando as pessoas do bairro.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

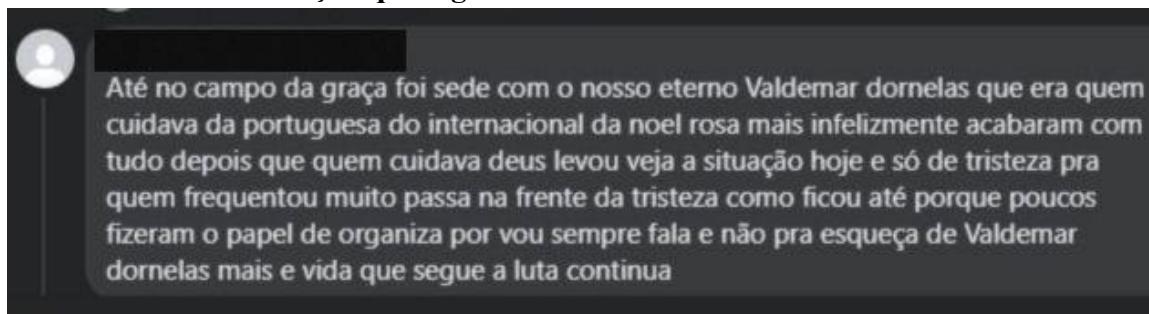
Na Imagem 9, destaca-se a figura de um militar conhecido como “Sargento de Todos”, conforme relato de sua filha a respeito da fotografia. Este personagem, ao mesmo tempo em que exercia sua função na caserna, oferecia à comunidade momentos de lazer por meio de sua danceteria, desempenhando, assim, uma dupla função social no bairro. Tal atividade revela a construção de um espaço que, embora voltado ao entretenimento, era permeado por normas e disciplina, possivelmente influenciadas por sua trajetória profissional no ambiente militar.

Já na Imagem 10, observa-se que a postagem se inicia com uma pergunta sobre quem seria o fundador do bairro. No entanto, essa questão perde protagonismo à medida que o foco da publicação se desloca para os sujeitos cotidianos que constituem a identidade do local. São mencionadas figuras como a secretária da paróquia, o sacristão, o frade, o sogro do proprietário da farmácia, o barbeiro, o dentista, comerciantes e outros moradores cujas atividades não são explicitadas, mas que simbolizam a relevância da população anônima na constituição da história social e afetiva do bairro. Tais personagens, apesar de não ocuparem posições de prestígio histórico, são apresentados como representações mais significativas do que o próprio fundador do bairro, evidenciando a valorização das trajetórias ordinárias na construção da memória coletiva.

Por outro lado, os comentários publicados na página não se restringem à evocação nostálgica de um passado idealizado ou à rememoração de dinâmicas cotidianas pretéritas. Eles também revelam uma postura crítica e indignada diante do abandono institucional que impediu o bairro de vivenciar as mesmas dinâmicas socioculturais experimentadas durante o século XX. Esses depoimentos demonstram uma articulação entre o passado, o presente e a expectativa de futuro por parte dos moradores.

Na imagem a seguir essa articulação torna-se evidente em uma das interações da comunidade virtual, em que um participante, ao responder à pergunta de outro membro sobre lembranças relacionadas à Escola de Samba Noel Rosa, manifesta com veemência sua insatisfação com o estado atual do bairro e a ausência de iniciativas públicas voltadas à preservação de sua memória cultural.

Imagen 11 – Comentário em postagem do Facebook de um morador insatisfeito com a atual situação que alguns locais de Cruz das Armas se encontram.



Fonte: Página “Cruz das Armas Velha Guarda”

Isto posto, fica evidente que a rede social funciona, por um lado, como ferramenta que abre espaço para falar sobre os problemas que muitas vezes são esquecidos pelo poder público. Assim,

As redes sociais digitais propiciam um movimento relevante, já que permitem ao usuário se mostrar, se manifestar, produzir e compartilhar informações de seu interesse, superando as lógicas tradicionais de consumo de informação, próprias dos meios de comunicação de massa. Ademais, podem atuar politicamente, criar óbices a comportamentos abusivos e exigir postura ética de diferentes organizações e instituições sociais. [...] As redes são dinâmicas, envolvem diferentes sujeitos e cosmovisões, extrapolam em amplitude a vivência presencial, transcendem barreiras geográficas e culturais e aumentam o potencial das informações, permitindo a construção de um perfil público e o envolvimento com uma lista de usuário para criar, fortalecer vínculos e estabelecer inúmeras conexões por meio do aparato tecnológico (GONÇALVEZ; SILVA, 2014, p. 85).

Um segundo instrumento de divulgação histórica sobre o bairro de Cruz das Armas que analisamos aqui é um texto do *Blog do Rubão*, intitulado “Recordando Cruz das Armas”, publicado em 2016 e de autoria de Anderson Machado, engenheiro, bacharel em Letras e ex-residente do local. O texto é narrado com saudosismo e sentimento dos idos anos de 1960 e 1970. Nele o autor descreve sua juventude, período no qual chegou ao bairro para concluir seus estudos. A cada trecho o autor demonstra aspectos da vida cotidiana de um jovem que era feliz no local em que morava:

Cruz das Armas já era muito populoso nessa época [c. 1960], além de ser um dos bairros mais tradicionais de João Pessoa. Lá de tudo existia, o que não se fazia necessário que as pessoas se deslocassem para o centro da cidade para adquirir alguma coisa. Com relação ao item lazer, com exceção da praia, lá não faltava nada. A propósito, devo dizer que havia dois cinemas, e assisti a muitos filmes no outrora Cine Glória. Também era frequentador do tradicional Club Internacional, onde, normalmente, ia aos sábados à noite, ou aos domingos à tarde (MACHADO, 2020).

O texto segue com o autor descrevendo a questão do transporte e infraestrutura, mencionando a precariedade do sistema viário visto que a avenida principal era de paralelepípedos e não possuía semáforos. Além disso, Anderson Machado menciona os momentos que frequentavam o vizinho Bairro dos Novais e o Estádio da Graça para assistir aos jogos do campeonato estadual de futebol. O autor finaliza o texto dizendo:

Devo dizer que também fazia parte da vida religiosa do bairro. Todos os domingos à noite, costumava ir à missa na Igreja São José, além de não perder a tradicional festa das Hortênsias, a Padroeira do Bairro, no mês de outubro. No ano de 1974, troquei Cruz das Armas por Tambauzinho. A partir de então, fui perdendo o contato com meu antigo lugar de morada. E o bairro, por sua vez e apesar do progresso que experimentou, também perdeu. Perdeu, infelizmente, espaço e referências para outros bairros que surgiram em João Pessoa (MACHADO, 2020).

É notório que, apesar das boas lembranças do antigo local de residência, o ex-morador termina seu texto com um tom de tristeza no que se refere à importância que o bairro deixou de ter na capital.

Outro espaço de rememoração sobre a história de Cruz das Armas é o sítio eletrônico da Paróquia São José Operário⁶. No portal há uma aba intitulada “Quem somos” e, ao clicar, logo em seguida surgem tópicos que identificam a história da Paróquia, o padroeiro, o brasão, a bandeira e o clero, com uma lista dos administradores

⁶ Disponível em: <https://www.paroquiasaojoseoperario.com.br/> . Acesso em: 31 de jun. de 2024.

da Paróquia desde o período em que os franciscanos estavam à frente dos trabalhos pastorais até os dias atuais, conforme se pode observar na Imagem 12.

Imagen 12 – Página inicial do site da Paróquia São José Operário.



Fonte: <https://www.paroquiasaojoseoperario.com.br/pagina/resumo-historico-da-paroquia-sao-jose-operario>

Imagen 13 – Fotografia recente (meados da década de 2010) da Paróquia São José Operário



Fonte: <https://www.paroquiasaojoseoperario.com.br/pagina/resumo-historico-da-paroquia-sao-jose-operario>

No tópico “Resumo Histórico da Paróquia São José Operário” é apresentado um texto que discorre, a partir de uma linha do tempo, o que seriam marcos que tratam da inserção histórica da paróquia com o bairro Cruz das Armas, como se pode ler na íntegra a seguir:

A origem da história de nossa Paróquia está na criação do bairro de Cruz das Armas, com a influência e serviços prestados pela família Novais. O Desembargador José Ferreira de Novais e sua esposa dona Celina Novais eram os proprietários das terras onde fica atualmente o bairro. Nesta propriedade, havia uma fazenda onde o casal residia com sua família e uma capela dedicada a Nossa Senhora das Graças.

Na capela, a família, moradores da fazenda e alguns vizinhos se reuniam para rezar e Dr. Novais conseguia que os franciscanos celebrassem Missas na Capela. Com o passar dos anos, o povoado ia crescendo e os moradores pediram a dona Celina à construção de uma igreja maior.

Outro marco na história do bairro foi a chegada do Quartel do Exército do 22º BC, hoje 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz), inaugurado em 1922 que trouxe um progresso muito rápido para Cruz das Armas, como também o Bonde em 1926.

No ano de 1930 foi erguida a primeira Capela provisória, dedicada a São José, no local vizinho à atual Matriz; era de construção simples coberta de palha. Passaram-se os anos e havia a necessidade de ampliar o espaço para a construção de um novo local. Em entendimento com os franciscanos do Convento do Rosário, dona Celina doou toda área onde hoje está localizada a Matriz, o Salão Paroquial e a Escola Frei Martinho. Em 1954, Frei Noberto, que era o frade responsável, depois de cinco anos de trabalho fez o translado do Santíssimo Sacramento da antiga Capela e inaugurou a Igreja de São José.

Aos 08 de dezembro de 1959, Dom Mário de Miranda Villas Boas, Arcebispo da Paraíba, eleva à Igreja São José de Cruz das Armas à paróquia, se desmembrando do território da Paróquia Nossa Senhora do Rosário em Jaguaribe, como também, nomeia o primeiro pároco Frei Cláudio que com a morte do Frei Noberto assumiu a administração do templo.

Sendo assim, foi com muita alegria no coração que no ano de 2019 celebramos o jubileu de diamante da Paróquia São José Operário. Na oportunidade, louvamos a Deus por meio de nosso padroeiro, todo caminho percorrido durante este tempo, e também agradecemos por todos que colaboraram com a evangelização em nosso bairro⁷.

⁷ Texto disponível na aba “Resumo Histórico da Paróquia São José Operário”, no sítio eletrônico da Paróquia São José Operário: <https://www.paroquiasaojoseoperario.com.br/pagina/resumo-historico-da-paroquia-sao-jose-operario>. Nesta parte da página, ao final do texto transscrito, existe um indicativo de hiperlink “Veja Fotos”. Infelizmente, o hiperlink não está ativado e não foi possível acessar tais imagens.

Note-se que a Paróquia São José Operário elege como marco pioneiro a presença da família Novais, proprietária das terras onde seriam edificados tanto a Igreja quanto o bairro. Antes de abordar diretamente os aspectos relacionados à instituição religiosa — como a construção da primeira capela dedicada a São José, em 1930, e a doação do terreno por Celina Novais aos franciscanos do Convento do Rosário — o relato faz referência à chegada do Batalhão do Exército, em 1922, e do bonde, em 1926, além da construção da capela, embora sem maiores explicações.

A ênfase nesses elementos parece indicar o início de um processo de crescimento demográfico e urbanização que justificaria, posteriormente, o desmembramento da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, sediada no bairro de Jaguaribe, e a elevação da nova Paróquia São José Operário, em 1959. Esse aspecto é relevante, pois para que uma igreja seja elevada à condição de paróquia, são exigidas condições territoriais e populacionais específicas. Assim, o desmembramento revela não apenas o crescimento físico do bairro, mas também sua importância frente a outras localidades da capital.

Além disso, o nome da nova paróquia — dedicado a São José Operário — reforça o reconhecimento do perfil sociológico da população residente, majoritariamente composta por trabalhadores. A escolha da Igreja Católica em consagrar a paróquia ao padroeiro dos operários evidencia, portanto, uma identificação simbólica entre o bairro e sua vocação popular e laboriosa.

A quarta ferramenta utilizada para a divulgação de aspectos históricos do bairro de Cruz das Armas é um vídeo com características de documentário, produzido pela Câmara Municipal de João Pessoa e publicado em seu canal oficial, TV Câmara de João Pessoa, na plataforma de vídeos *YouTube*⁸. Intitulado *Nosso Bairro: Cruz das Armas*, o vídeo foi postado em 14 de abril de 2015, possui aproximadamente 30 minutos de duração e contabiliza cerca de 18.779 visualizações.

A única imagem disponível é a fotografia reproduzida na Imagem 13, acima da transcrição. Acesso em: 31 de jun. de 2024.

⁸ Disponível em: https://youtu.be/Hemfmt6fLEY?si=rawLIS_wjNN2gQIC. Acesso em: 31 de jun. de 2024.

Imagen 14 – Capa do vídeo produzido pela TV Câmara sobre o bairro de Cruz das Armas.



Fonte: *Youtube*

Uma questão que chama atenção na produção audiovisual é a escolha da imagem de capa do vídeo, que remete ao passado opulento da antiga Fazenda da Graça, local que, segundo o pesquisador entrevistado Heitor Cabral⁹, pertenceu ao conde Dolabella Portela, responsável pela instalação de uma fábrica de cimento que levava seu nome.

Ao longo da entrevista, duas irmãs, ambas professoras¹⁰, conversam com a apresentadora e narram aspectos do cotidiano de sua juventude no bairro, com destaque para o Estádio Leonardo Vinagre da Silveira (Estádio/Campo da Graça), o Cine Glória, o Club Internacional e a Paróquia São José Operário, especialmente por meio da tradicional Festa das Hortênsias. As entrevistadas relatam que, durante as décadas de 1950 e 1960, havia um envolvimento ativo da juventude nas atividades do bairro, mencionando que os jovens participavam da procissão e, em seguida, se dirigiam a outros espaços de lazer.

Entretanto, o ponto que mais se destaca na produção, sob nossa perspectiva, é a abordagem dedicada ao Teatro da Juventude de Cruz das Armas, conhecido como Teatro da Juteca, apresentado como “a mais importante expressão cultural do bairro”. Atribui-se a esse espaço um simbolismo histórico, por ter funcionado como ambiente de efervescência e resistência cultural durante o período da ditadura militar.

Para tratar do referido teatro, foi convidada a atriz Zezita Matos, amplamente reconhecida por seu ativismo cultural em tempos de repressão. A atriz informa que o

⁹ Heitor Cabral foi economista, advogado e professor emérito da UFPB, falecido em 2021 em decorrência da COVID-19.

¹⁰ Uma questão a se observar é que apesar de entrevistar pessoas, pouco se trata de quem elas são. A única informação trazida é que são professoras e seus nomes.

teatro foi idealizado por uma juventude intelectual, representada na figura de Ednaldo do Egypto, que desenvolvia um projeto teatral vinculado à igreja do bairro e promovia apresentações em ocasiões específicas. Segundo Zezita, havia envolvimento da comunidade nos espetáculos promovidos por ela e seus colegas. Contudo, o declínio do espaço teria ocorrido quando Ednaldo do Egypto passou a atuar como professor universitário e decidiu fundar seu próprio teatro no bairro de Manaíra. O documentário também conta com a participação do morador local Edmilson Lima, que defende a valorização do antigo prédio do teatro como patrimônio histórico-cultural do bairro.

Imagen 15 – *Frame* do vídeo sobre Cruz das Armas mostrando a situação do Teatro da Juventude.



Fonte: TV Câmara

Imagen 16 – *Frame* da entrevista com um ativista do bairro



Fonte: TV Câmara

Durante a entrevista, o morador fez uma fala bastante emocionada, na qual diz não desistir de fazer o local funcionar novamente, pois pensa nas crianças. Salienta que, juntamente com outras pessoas, mantém atividades no teatro mesmo em condições precárias.

Dito isso, alguns apontamentos sobre esse documentário precisam ser feitos. O primeiro deles é o fato de um canal ligado à administração municipal, o Poder Legislativo, trazer à tona, por meio de um morador, algo cuja solução é de sua alcada. Ao nosso ver, diferentemente dos moradores, a narrativa construída no vídeo trata o teatro como algo exclusivamente do passado, ou seja, sem uma necessidade de ressignificação do espaço, atribuindo um sentido para a comunidade que nunca se perdeu.

A segunda questão é a camisa que Edmilson utiliza: nela há um brasão com o nome do movimento social ao qual ele faz parte — Associação dos Feirantes Organizados de Cruz das Armas — evidenciando uma articulação entre trabalhadores locais engajados nos mais diversos elementos do cotidiano do bairro. Ou seja, para além do relato emocionado que o mobilizador cultural realiza, esses elementos demonstram um conflito de interesses entre a população que deseja fazer uso do local com uma estrutura adequada e o descaso do poder público, bem como uma atuação política inspirada numa consciência histórica que submerge a partir das problemáticas do presente, nas quais é vislumbrado um futuro melhor.

A obra é finalizada com menções e imagens gravadas em 2015 de pontos importantes do bairro, como o Batalhão do Exército, o Mercado Público, “a populosa Rua do Rio” e a Maternidade Frei Damião. Por fim, a apresentadora pede para que Heitor Cabral defina Cruz das Armas em uma palavra. Para o pesquisador, a palavra que define o bairro é “Operário”, pois no bairro havia o matadouro de boi que fornecia carne para a cidade, a fábrica de cimento, uma grande população trabalhadora e o fornecimento de mão de obra para o Distrito Industrial da cidade.

O último meio de comunicação histórica que trataremos agora é o livro intitulado *Oitizeiro: sua história e sua gente*, escrito pelo ex-coronel da Polícia Militar da Paraíba, sociólogo e advogado João Batista de Lima e publicado em 2008. Na apresentação do livro, o autor informa:

O objetivo deste trabalho é fazer, mesmo que de forma sucinta, o registro de dados e fatos que possibilitem visualizar alguns momentos da história do bairro de Oitizeiro. Como não se pode relatar a vida de uma pequena

comunidade dissociada do contexto político, econômico e, principalmente, cultural, da sociedade como um todo, o que retratamos reflete aspectos da história de quase todos os bairros de cidades de médio porte. [...] Pretendemos também com a socialização destas informações, fortalecer a auto-estima dos moradores do bairro através de vínculos afetivos e o consequente envolvimento com os assuntos de interesse da comunidade, que o conhecimento da sua história pode oferecer (LIMA, 2008, p. 1).

Nesse primeiro momento, fica evidente que a intenção do autor não é a de realizar uma análise histórica com crítica às fontes e reflexão teórica em torno das dinâmicas do bairro de Oitizeiro. De todo modo, essa obra se torna importante para nosso estudo, visto que Oitizeiro e Cruz das Armas possuem a mesma origem acerca da propriedade que antecederá a esses bairros.

Além disso, durante todo o livro é notável que existia uma relação intra-bairros, uma vez que Cruz das Armas era um bairro mais desenvolvido economicamente, dotado de diversos equipamentos de lazer, comércio e serviços e, comparativamente, de fácil acessibilidade e melhor infraestrutura do que outros vizinhos — o que fazia com que os moradores de Oitizeiro estivessem a todo momento presentes no cotidiano dos moradores do local objeto de análise deste trabalho. Ou seja, um está conectado ao outro.

Dito isso, o livro de João Batista de Lima é dividido em capítulos que tratam da família Novais, proprietária da terra que deu origem ao bairro de Oitizeiro e Cruz das Armas; de famílias que fizeram o bairro, um capítulo que tem um traço de tradicionalismo, pois os moradores são identificados pelos sobrenomes das famílias, além de mencionar que boa parte dessas pessoas vinham da zona rural; da construção da barragem e cacimbas; da expressão de fé; das brincadeiras de rua; da cultura popular do bairro; das atividades de lazer; da feira e dos vendedores ambulantes; das atividades de ensino; da política; das obras públicas; do policiamento; das autoridades do bairro; do futebol; e dos crimes que abalaram o local.

Ao tratar das famílias do bairro de Oitizeiro, mais especificamente da família Ribeiro, o autor traz a figura de “Emilsom Ribeiro, um revolucionário”. Filho de um funcionário do Estado, o autor informa que Emilsom liderou um congresso clandestino de estudantes secundaristas no bairro do Cristo Redentor, em 1968:

Integrante do Partido Comunista, desde 1963, quando ele tinha 19 anos, e partidário da luta armada, Emilsom assumiu, nessa mesma época, a função de Comandante das Ações Militares do Partido, no âmbito estadual. Nessa condição Emilsom planejou e participou da execução de diversas ações destinadas a angariar recursos para aquisição de armas e material de

divulgação das idéias do partido. Assim foi feito um assalto a um carro da Souza Cruz, em 1969, em João Pessoa, e o roubo de um aparelho de mimeografo elétrico e a óleo (Marca Gestene), na Escola de Agronomia de Areia, no mesmo ano. A essa altura Emilsom dirigia um aparelho de ação comunista que, por razões de segurança, teve sede em Cruz das Armas, Oitizeiro, Cidade dos Funcionários, Torre e Avenida Olinda, em Tambaú (LIMA, 2008, p. 98).

Além disso, o autor informa que boa parte do que foi escrito na obra adveio de conversas, consultas em jornais, leitura de autores paraibanos e da própria memória. Mesmo com essa ausência de sistematização documental, essa passagem nos entrega algo que, para nós, era uma possibilidade: a existência de atividade política no bairro ligada aos trabalhadores durante a ditadura militar.

Outra passagem do livro que particularmente interessa à nossa pesquisa diz respeito ao lazer. Segundo o autor,

No decorrer dos anos 1940 e 1950 e no início de década de 1960, os bailes realizados em Cruz das Armas atraiam muita gente de Oitizeiro. Foram os tempos do Clube dos Toureiros, do Bar do Galo, do Clube Flor da Lira, entre outros. [...] Nos anos 1960 tinham um cabaré em frente ao Posto Santos Reis, em Cruz das Armas, que pertencia a um comerciante conhecido por Romualdo, e que era muito frequentado por pessoas de Oitizeiro. [...] Entre 1965 e 1972 muita gente do bairro participava dos carnavais do Club Internacional de Cruz das Armas, do SESC e do Astréa. Em 1970 um grupo de Oitizeiro, de cerca de trinta pessoas, participou do carnaval do Internacional com fantasia padronizada e com muita empolgação. Foi um dos blocos mais animados do clube naquele ano. (LIMA, 2008, p. 224-242).

Essa passagem remete à importância da promoção do lazer e da sociabilidade entre as classes populares de outros bairros em Cruz das Armas. Dessa maneira, pudemos perceber que a vida cotidiana das classes populares é marcada por uma série de aspectos que nos ajudam a compreender as relações sociais e as formas de produção e reprodução da vida social que, de certa maneira, estão inteiramente ligadas às estruturas econômicas. No entanto, uma análise não anula a outra, mas se complementam.

Como foi visto até aqui, diversas manifestações produzidas na segunda década do século XXI, em formatos e suportes distintos, tratam de aspectos da história do bairro de Cruz das Armas durante a segunda metade do século XX. Pensar a História não é monopólio do historiador profissional. Qualquer sujeito ou grupo social, político, religioso ou cultural fazem suas próprias reflexões do passado, e estabelecem relações com o presente e apontam para expectativas de futuro. Assim, antes de seguirmos adiante,

é necessário fazermos uma reflexão sobre memória, consciência histórica, cultura histórica e cultura historiográfica.

1.2. Memória, Consciência Histórica, Cultura Histórica e Cultura Historiográfica

Em nossa pesquisa, as concepções de memória, cultura histórica, cultura historiográfica e consciência histórica, são fundamentais para entender o processo de disseminação histórica acerca do bairro de Cruz das Armas. Com eles é possível compreender a importância das produções analisadas acima, além de possibilitar uma perspectiva crítica sem ignorar a relevância de tudo que foi produzido, filmado e escrito por essas pessoas e os significados atribuídos a cada uma dessas produções.

Nesse sentido, buscamos elucidar o aspecto da memória que, em suas múltiplas dimensões, desempenha um papel central na construção das narrativas históricas, especialmente quando consideramos o trabalho de pessoas comuns, não-historiadores, na preservação e transmissão do passado. Como observado por Astor Antônio Diehl, a memória, em tempos passados, foi relegada a uma posição secundária devido à desconfiança modernizadora, que priorizava uma visão linear e progressista da história. Essa visão, no entanto, foi superada, permitindo que a memória assumisse um papel mais relevante na interpretação do passado. Hoje, reconhecemos que a memória não apenas guarda os eventos históricos, mas também os reinterpreta constantemente, refletindo as necessidades e as perspectivas do presente. (DIEHL, 2002, p. 15),

A memória, nesse sentido, não é apenas um registro factual do passado, mas uma construção ativa que envolve seleção, interpretação e reinterpretação contínuas. Essa subjetividade torna a memória um elemento dinâmico, sempre em diálogo com o presente. Ainda nessa perspectiva, o autor sugere que a memória pode mostrar os "escombros, as ruínas e os processos de desintegração", servindo como um testemunho do passado que resistiu às forças da modernização e da mudança. Esse testemunho é essencial para compreender como as comunidades interpretam e sobrevivem às transformações impostas pela história. (DIEHL, 2002, p. 15)

Além disso, a memória é um elemento chave na criação de "lugares de memória", conforme descrito por Pierre Nora (2012). Esses lugares de memória são pontos de

referência que ancoram a memória coletiva em espaços físicos ou simbólicos, como monumentos, datas comemorativas ou tradições. Ao registrar e compartilhar suas memórias, os moradores e ex-moradores de Cruz das Armas contribuem, de certa forma, para a criação e manutenção desses lugares, que são fundamentais para a coesão e a identidade da comunidade. Esses espaços tornam-se locais onde a história é vivida e relembrada, contribuindo para a continuidade das tradições e da identidade coletiva.

Tendo em vista o pouco acesso a fontes produzidas pelas classes populares e a ausência de instituições de preservação da cultura desse grupo, a memória também desempenha um papel fundamental na resistência às narrativas hegemônicas. Em muitas sociedades, as narrativas históricas oficiais tendem a silenciar ou marginalizar as vozes dos grupos subalternizados. No entanto, a memória dessas comunidades pode servir como uma forma de resistência, preservando e transmitindo histórias alternativas que desafiam as narrativas dominantes. Essa resistência através da memória é vital para a diversidade histórica, pois permite que diferentes perspectivas sejam reconhecidas e valorizadas, enriquecendo a compreensão do passado.

Dessa maneira, identificamos que a memória também desempenha um papel que foge ao contexto de medo e violência que por vezes foi imputado ao bairro. Através da lembrança e do compartilhamento das experiências vividas em Cruz das Armas, a população pode iniciar processos de fortalecimento dos laços de solidariedade. A memória, assim, não é apenas um registro do passado, mas uma força vital que molda o presente e o futuro de Cruz das Armas. Ao dar voz às experiências passadas, a memória permite que as pessoas que experimentaram o cotidiano no bairro enfrentem seu sofrimento, reconheçam seus dilemas e pensem em formas de solução para o futuro.

Nesse sentido, entendemos que essa memória aplicada às questões que surgem no presente, está atrelada diretamente à consciência histórica, que é a capacidade de reconhecer que os eventos históricos moldam o presente e que, ao compreender o passado, podemos orientar nossas ações no presente e no futuro. A consciência histórica é fundamental para a construção de uma identidade temporal, permitindo aos indivíduos situarem-se dentro de uma continuidade histórica. Essa continuidade é essencial para que as pessoas compreendam sua posição no fluxo do tempo e para que possam traçar conexões entre o passado, o presente e o futuro, desenvolvendo um senso de pertencimento e responsabilidade (RÜSEN, 2007, p. 121).

A consciência histórica é alimentada pelos discursos históricos que permeiam uma comunidade, seja por meio de tradições orais, textos escritos, ou outros meios de transmissão do conhecimento histórico. Para Fernando Sánchez Costa,

A consciência histórica é alimentada pelos discursos históricos que povoam uma comunidade (familiar, nacional, religiosa). Por sua vez, cada indivíduo também partilha e expressa as suas experiências e memórias. As memórias (que fornecem o conteúdo da consciência histórica) geralmente não permanecem trancadas na consciência do sujeito. Normalmente comunicam-se, materializam-se em forma de palavra, de imagem, de objeto. Na verdade, sem materialização, a memória desapareceria. Os sinais do passado (os lugares da memória) são as portas que nos permitem acessar aos vastos palácios da memória e do passado. A memória precisa ser encarnada para ser preservada, comunicada, compartilhada. Desta forma, a consciência histórica é objetivada, torna-se cultura (SÁNCHEZ, 2009, p. 277. Texto original em espanhol; tradução nossa).

Essa objetivação é crucial, pois permite que a memória histórica seja preservada e transmitida de geração em geração, garantindo que as lições e as experiências do passado continuem a influenciar o presente.

Um aspecto crucial da consciência histórica é a forma como ela nos permite entender a temporalidade. A consciência histórica não se limita à percepção de que o tempo passa, mas envolve o reconhecimento de que nesse tempo ocorrem eventos significativos que moldam a realidade presente. Sánchez Costa afirma que

A consciência histórica não é simplesmente a noção de que o tempo passa, mas o conhecimento de que, nesse tempo que passa, as coisas acontecem. Minha consciência histórica não reside simplesmente em saber que passei por diferentes épocas, mas em saber que durante essas épocas ocorreram múltiplos eventos que moldam minha realidade atual. Graças a estas duas dimensões da consciência histórica (que captam a forma e o conteúdo da experiência temporal), podemos orientar-nos no tempo e dar sentido à realidade (SÁNCHEZ, 2009, p. 276. Texto original em espanhol; tradução nossa).

A consciência histórica tem uma dimensão moral e ética, desafiando-nos a confrontar o passado de maneira crítica. John Rüsen sugere que a consciência histórica envolve uma dimensão de responsabilidade, pela qual devemos considerar as implicações éticas das nossas interpretações e representações da história (RÜSEN, 2007, p. 121). Essa responsabilidade é especialmente importante em contextos onde o passado foi marcado por injustiças e opressões, exigindo que as gerações atuais reconheçam esses erros e trabalhem para evitá-los no futuro. A consciência histórica, assim, torna-se uma

ferramenta poderosa para a construção de um futuro mais justo que vise a valorização do patrimônio histórico-cultural e das pessoas.

A consciência histórica também tem uma dimensão coletiva. Rüsen observa que a consciência histórica é um parâmetro fundamental da historicidade, onde o passado é reconhecido como um componente essencial da vida contemporânea (RÜSEN, 2007, p. 121). Essa consciência coletiva do passado é fundamental para a coesão social, pois ela oferece à população da comunidade um sentido de continuidade e de propósito, ancorando o presente em uma narrativa histórica compartilhada. Essa narrativa comum é o que permite às sociedades manterem sua identidade ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças e desafios.

Além disso, a consciência histórica pode servir como um mecanismo de resistência cultural. Em muitos contextos, as narrativas históricas oficiais refletem as perspectivas dos grupos dominantes, silenciando as vozes dos marginalizados. A consciência histórica, ao trazer à tona as histórias e as memórias desses grupos, pode desafiar as narrativas hegemônicas e promover uma visão mais inclusiva e pluralista da história. Sobre isso, é importante enfatizar que um dos materiais mais importantes que trazem à tona essa consciência é a já referida comunidade virtual “Cruz das Armas Velha Guarda”, ou seja, a própria população buscando formas de tratar da sua história por meio de uma rede social. Acerca disso, Sanchez diz:

A Internet também desempenha um papel crescente na disseminação do conhecimento histórico. Na verdade, a rede representa uma importante reestruturação dos mecanismos tradicionais da cultura histórica. A rede virtual dilui a distinção entre criadores e destinatários da cultura histórica, proporcionando a todos os cidadãos uma praça pública para apresentar os seus próprios discursos e criticar os dos outros. A Internet reforça a democratização da cultura histórica, multiplica a sua pluralidade e oferece uma plataforma na qual podem ser combinados formatos visuais, escritos e sonoros (SÁNCHEZ, 2009, p. 281. Texto original em espanhol; tradução nossa).

Assim, a consciência histórica é uma ferramenta essencial para alimentar a perspectiva de um futuro melhor. Ao compreender as raízes históricas dos problemas contemporâneos, os moradores de Cruz das Armas podem desenvolver soluções que abordem as causas das injustiças e desigualdades. A consciência histórica, assim, não é apenas um exercício acadêmico, mas uma prática que tem implicações concretas para a construção de uma sociedade justa. Ela nos oferece as ferramentas para identificar as

lições do passado e aplicá-las de maneira que melhore o presente e construa um futuro melhor.

Visto essas questões acerca da memória e consciência história, buscaremos tratar agora do resultado de rememorar e aplicar a consciência na construção da história: a Cultura Histórica. Esse conceito se estende para além dos limites da historiografia acadêmica, abrangendo as diversas formas pelas quais as sociedades se relacionam com o passado. Segundo Elio Chaves Flores, a cultura histórica é representada pelos

enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma pléiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95).

Isso significa que a cultura histórica inclui tanto as narrativas históricas produzidas por historiadores profissionais quanto aquelas criadas por uma ampla gama de atores sociais, como intelectuais, cineastas, memorialistas e pessoas comuns. Essas diferentes perspectivas enriquecem a cultura histórica, proporcionando uma visão mais ampla e diversificada do passado.

A cultura histórica é intrinsecamente ligada às práticas culturais cotidianas e às formas de expressão popular. Em muitas comunidades, a história é transmitida através de tradições orais, rituais e comemorações, que são componentes fundamentais da cultura histórica. Flores sugere que a história sem historiadores é uma parte vital da cultura histórica, pois ela permite que as narrativas históricas sejam apropriadas e difundidas por uma ampla gama de pessoas, não limitadas aos círculos acadêmicos. Essa difusão popular da história é essencial para a manutenção e a vitalidade das culturas locais, que muitas vezes não se refletem nas narrativas historiográficas oficiais (FLORES, 2007, p. 95).

Um aspecto importante da cultura histórica é sua capacidade de englobar múltiplas perspectivas e narrativas. Ao contrário da historiografia acadêmica, que muitas vezes busca uma interpretação objetiva e “verdadeira” do passado, a cultura histórica reconhece e valoriza a pluralidade de experiências e interpretações. Acerca disso Rüsen diz:

Como podemos simplesmente evitar assumir como genericamente válida nossa própria maneira tradicional de pensamento histórico? A resposta para

essa questão está em olhar para os universais antropológicos da consciência histórica. Para fazê-lo, devemos ir além dos limites da historiografia profissional e acadêmica e seus procedimentos racionais de cognição histórica. A história como disciplina acadêmica não pode servir como modelo ou paradigma para a instituição universal da historiografia. Ao contrário, devemos reclamar por operações mentais básicas que podem ser encontradas em qualquer cultura humana. (RÜSEN, 2006, p. 118).

Assim, o autor sugere que a cultura histórica é um campo aberto de interpretações, onde as operações mentais básicas de compreensão histórica podem ser encontradas em todas as culturas humanas. Essa abertura permite que diferentes vozes e experiências sejam incorporadas à narrativa histórica, enriquecendo a compreensão do passado.

A cultura histórica tem uma dimensão performativa, pela qual a história é não apenas lembrada, mas também reencenada e reinterpretada através do cotidiano e formas de expressão cultural. Essas performances reforçam a memória coletiva e permitem que as sociedades explorem e questionem suas próprias histórias de maneiras que são significativas e relevantes para o presente. Sánchez observa que a cultura histórica, ao ser democratizada pela internet, permite que essas performances históricas sejam compartilhadas e discutidas em uma escala global, ampliando o alcance e o impacto das narrativas históricas (SÁNCHEZ, 2009, p. 281).

Além disso, a cultura histórica é um campo de contestação, onde diferentes grupos sociais lutam pelo reconhecimento de suas histórias e memórias. Em muitas sociedades, a história oficial é dominada por narrativas que refletem os interesses dos grupos mais poderosos, enquanto as vozes dos marginalizados são frequentemente silenciadas. A cultura histórica, assim, torna-se um espaço de resistência e de renegociação das identidades e das memórias coletivas, permitindo que narrativas alternativas sejam ouvidas e valorizadas.

Desse modo, a cultura histórica tem uma função educacional importante. Ao fornecer um contexto para o entendimento do passado, ela ajuda as pessoas a desenvolverem uma consciência histórica e a se orientarem no tempo. Isto é, a cultura histórica é essencial para a formação da consciência histórica, pois ela oferece as ferramentas necessárias para a interpretação e a compreensão do tempo histórico. Essa função educacional da cultura histórica é fundamental para a formação de cidadãos informados e engajados, que compreendem a importância do passado na construção do presente e do futuro (RÜSEN, 2007, p. 121).

Para diferenciar a produção dos agentes sociais não-historiadores do nosso trabalho enquanto historiadores, é preciso entender que a cultura historiográfica se refere ao conjunto de práticas, métodos e normas que orientam a produção do conhecimento histórico dentro da academia. Trata-se de um campo que se desenvolveu ao longo dos séculos, consolidando-se como uma disciplina rigorosa e especializada, com métodos próprios para a investigação, análise e interpretação do passado. A historiografia, enquanto prática acadêmica, busca estabelecer uma narrativa histórica que seja, ao mesmo tempo, rigorosa e constituída de objetividade possível, utilizando fontes primárias e secundárias, e aplicando métodos críticos de análise.

A cultura historiográfica envolve não apenas a produção do conhecimento histórico, mas também a formação de um *ethos* acadêmico, pela qual os historiadores são treinados para seguir certas normas e práticas que garantem a credibilidade e a legitimidade do seu trabalho. Isso inclui o uso rigoroso de fontes, a aplicação de métodos críticos, e a adesão a padrões éticos na representação do passado. No entanto, como Rüsen propõe, a historiografia acadêmica não deve ser vista como o único paradigma da construção da história. Há outras formas de narrativas históricas, muitas vezes produzidas fora do ambiente acadêmico, que também são valiosas e que contribuem para uma compreensão mais ampla do passado (RÜSEN, 2006, p. 118).

Nesse sentido, entendemos que dois aspectos devem ser levados em consideração. O primeiro é que nossa ciência não é estática e passa constantemente por atualizações; o segundo é que, por isso, é importante observar as minúcias da vida do ser humano. Como afirma Marc Bloch em sua célebre obra *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

Dito isso, para o nosso fazer historiográfico e para uma melhor análise das dinâmicas sociais do cotidiano das classes populares do bairro de Cruz das Armas entre as décadas de 1964 a 1985, o uso da noção de representações sociais é primordial para o desenvolvimento desta Dissertação, que procurará estar assentada sob os requisitos da cultura historiográfica (o que significa também levar em conta, como tentamos fazer até

aqui, problematizações relacionadas à cultura histórica). Acerca disso concordamos com José D'Assunção Barros ao dizer que:

O que são as “práticas culturais”? Antes de tudo, convém ter em vista que esta noção dever ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações (por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2005, p. 131).

Ainda nessa perspectiva,

As noções complementares de “práticas e representações” são bastante úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2005, p. 135).

Dessa forma, nossa perspectiva de uma construção de uma Dissertação fundamentada em práticas e procedimentos da cultura historiográfica se baseia nessas concepções supracitadas, de modo que tais aspectos sejam tratados com rigor metodológico.

Para que tal trabalho se desenvolva é preciso entender um aspecto fundamental da cultura historiográfica que é a forma como ela se relaciona com outras disciplinas. A interdisciplinaridade é extremamente importante para nossa pesquisa. O diálogo com campos como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e os Estudos Culturais, por exemplo, são primordiais para enriquecer nossas análises. Essa abordagem multidisciplinar nos permite abordar o passado de maneira mais holística, considerando também as estruturas subjacentes e as dinâmicas sociais que os moldaram.

Anteriormente, expusemos elementos de memória coletiva, consciência e cultura histórica, ou seja, representações do passado feitas por agentes sociais não-historiadores. Para fins desse estudo dissertativo pretendemos fazer uma discussão que trate de uma história a partir de padrões da cultura historiográfica. Para tanto, a fim de tentarmos cumprir o objetivo de analisarmos e compreendermos aspectos do cotidiano do bairro

Cruz das Armas durante o período da ditadura militar, nosso próximo passo é discutir, em termos teóricos o conceito de cotidiano.

1.3 Questões teóricas sobre o conceito de cotidiano

Um dos maiores desafios encontrados durante a nossa pesquisa é definir o que é cotidiano, quais contribuições podemos encontrar utilizando esse conceito e as limitações analíticas que devemos reconhecer. Nesse sentido, ao tratar das determinações fundamentais da cotidianidade, José Paulo Netto nos traz que, em Lukács, essas determinações são: a *heterogeneidade*, que representa o encontro das objetivações do ser social (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada e outros); a *imediaticidade*, definida como a relação direta entre pensamento e ação, ou seja, uma conduta imediata; e, por último, a *superficialidade extensiva*, na qual o indivíduo responde de acordo com o somatório de fenômenos, não levando em consideração as relações que existem entre eles. Com isso, acompanhamos o autor ao entender que a vida cotidiana e o indivíduo coexistem, assim, fazendo surgir padrões de comportamentos que apresentam modos típicos do ser social no que ocasionaria um pensamento seguido de práticas peculiares. Esse materialismo espontâneo se apresenta a partir do momento em que as imposições da vida cotidiana fazem com que os indivíduos busquem respostas funcionais, sem questionar o que o leva a agir de determinada maneira (NETTO, 2012, p. 67-69).

Tais determinações heterogêneas provocam no indivíduo um atributo singular, e a superação desse aspecto viria a partir de três procedimentos homogeneizadores que superariam a cotidianidade: o trabalho criador, a arte e a ciência. Construídos ao logo de processos históricos, esses procedimentos permitiriam que os indivíduos se projetassem como humano-genéricos. Para o autor, existe uma dialética de tensões no sentido de que, se o indivíduo atingiu a consciência humano-genérica, em tese, ele se torna capaz – no que tange a sua particularidade – de retornar à cotidianidade modificado, podendo, assim, realizar situações que promovem o desenvolvimento do ser social (NETTO, 2012, p. 71). Dito isso, entendemos que a cotidianidade é um espaço dialético que abarca elementos individuais e genéricos, que criam e recriam a sociedade e as relações humanas dando fluidez ao processo histórico. Desse modo, concluímos que essa fluidez pode ser comparada à condução da vida, que

não significa abolição da hierarquia espontânea da cotidianidade, mas tão somente que a “muda” coexistência da particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico e que essa atitude – que é ao mesmo tempo, um “*engagement*” moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto-realização e à autofruição da personalidade ‘ordena’ as várias e heterogêneas atividades da vida. A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade. [...] não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômicas-sociais ainda favorecem a alienação. [...] a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, *transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política* (HELLER, 2014, p. 60-61).

Buscando refletir teoricamente sobre o cotidiano, a historiadora Silvia Petersen trouxe à tona uma importante contribuição para a questão. Para a autora, a vida cotidiana “é um elemento sempre presente na sociedade, prescindir desta dimensão na análise certamente provocará uma ‘invisibilidade’ de relações, práticas e pensamentos essenciais na conformação de um conjunto social, de uma situação histórica qualquer” (PETERSEN, 1995, p. 4). Ela aponta que há uma “tendência generalizadora” que reduz o cotidiano à mera reprodução, porém reafirma a característica inesgotável que essa dimensão social possui, visto que é

o momento em que se dão as interações, onde se produzem sentidos, onde surgem os amores, onde se constituem os interlocutores, onde sobrevém a catástrofe, onde a surpresa está presente, onde um sorriso, uma palavra, um ato provocam subversões imprevistas. E também o lugar do maravilhoso, sob a condição de que se seja capaz de ver o desconhecido dentro do conhecido, o imprevisível dentro do previsível, o delírio dentro da funcionalidade (PETERSEN, 1995, p. 10).

Essa “característica inesgotável” deve ser analisada a partir de um forte rigor teórico-metodológico, em um sentido no qual buscamos o equilíbrio analítico. Assim, concordamos com o Astor Antônio Diehl quando nos diz que:

[...] a concepção de história enquanto *ciência de contingência, do micro, das ações humanas, das individualizações*, corre o risco de defender o *mito* de que todos são sujeitos de ações historicamente mapeáveis e garimpáveis. Essa concepção pode conter uma espécie de *heroização* de atos e personalidades individuais, cegando o historiador sobre as estruturas pertinentes do passado. Inversamente, também a história estrutural não tem chances de sintetizar a totalidade. Portanto, nem uma nem outra concepção pode operar nas formas de representação do conhecimento histórico com discursos excludentes (DIEHL, 2002, p. 59).

Com isso queremos dizer que não objetivamos transformar qualquer tipo ação cotidiana em um ato de resistência, tampouco um ato de subordinação em uma inércia substancial às estruturas sociais.

Em complemento a isso, compartilhamos do pensamento de E. P. Thompson ao defender a análise da *experiência humana* frente às concepções estruturalistas:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos no âmbito dessa expressão – não como sujeito autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que vivenciam suas situações e relações de produção determinadas como necessidades, interesses e antagonismos, e em seguida, ‘lidam’ com essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (dois outros elementos excluídos pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e então (frequentemente, mas nem sempre, mediante as estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 2021, p. 254).

Dito isso, nosso ponto central é a ideia de cultura histórica baseada nas experiências dos sujeitos, seja como acadêmico, morador, ex-morador, jornalistas. Enfim, como os indivíduos experimentaram e representaram a vida cotidiana do bairro de Cruz das Armas.

Retornando aos escritos de Sílvia Petersen, a historiadora advoga em defesa da não redução da rotina a uma “patologia social”, visto que os hábitos podem liberar uma observação atenta que pode vir a ser transformadora do cotidiano. Assim, ela conclui que o cotidiano

é também rotina e automatismo, mas esta dimensão repetitiva pode ser aprofundada em uma perspectiva que não seja apenas negativa, centrada em uma desvalorização preconcebida do próprio repetitivo. Talvez se veja então que o repetitivo, o habitual é também uma forma de liberação e uma condição para pensar o novo, liberando, pelos automatismos que sustentam e simplificam a vida, nossa atenção das tarefas que devemos cumprir no dia a dia (PETERSEN, 1995, p. 21).

Nesse sentido, pensando na possibilidade de que a rotina também pode abrir espaço para o novo, o cotidiano surge como arena para pensar práticas de dominação, luta de classes, resistência, redes de solidariedade etc.

Entre os múltiplos aspectos da vida cotidiana, buscamos nesta Dissertação tratar do lazer. Sobre isso, Souza (2006), ao analisar, a partir de entrevistas com moradores, a memória, o lazer e o cotidiano que envolviam as festas do bairro Cruz das Armas, nos informa que “a festa serve como criadora e mantedora de relações de confiabilidade e

interações sociais entre os atores” e que “não há separação geográfica entre trabalhadores e marginais, havendo uma relação de harmonia” (SOUZA, 2006, p. 34). No entanto, a autora foca em tratar das festividades tradicionais como, por exemplo, a Festa das Hortênsias que era promovida pela Paróquia São José Operário e o Clube Internacional que promovia bailes, sendo esse último considerado um “ambiente familiar” até meados da década de 1980. Em nosso trabalho, queremos também adentrar o universo do lazer não institucionalizado, como a diversão encontrada nos bares e as festas promovidas pelos próprios moradores.

Ainda sobre as relações entre trabalhadores e marginais, com o crescimento da violência a partir da década de 1980, “o que parece ainda imperar no bairro, são as relações de reconhecimento, reciprocidade e compadrio” (SOUZA, 2006, p. 79), evidenciando que as ideias de “criminosos” e “cidadãos de bem” é bastante complexa, como era o caso dos “amarelos”, que possuíam um bar e uma oficina, ou seja, eram trabalhadores ao mesmo tempo que poderiam estar envolvidos com atividades consideradas criminosas. Vale salientar que o local se ergueu “como forma de afastamento dos trabalhadores com baixo poder aquisitivo das áreas centrais da cidade” e que, além disso, “há um forte processo de reconhecimento e mesmo identificação para com o local e entre seus moradores” (SOUZA, 2006, p. 30-33). Desse modo, manter tais relações de boa vizinhança é também uma forma de resistência. Acreditamos que essa relação entre a classe trabalhadora surge a partir do compartilhamento de experiências, seja no que diz respeito às relações de trabalho e lazer, ou em momentos de ausência do Estado no quesito de assistência social.

Escolhemos tratar do *cotidiano* da classe trabalhadora, uma vez que ele representa uma grande possibilidade de compreensão acerca dos embates provocados pela luta de classes a partir de aspectos como: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercambio e a purificação”, além disso, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 2014, p. 32-34). Portanto, diante das características do bairro de Cruz das Armas e, em especial, da parte mais periférica da região – a Rua do Rio –, defendemos a concepção de que o cotidiano da classe trabalhadora é fundamental não apenas no que diz respeito à vida dessa classe, como também de todo um projeto de subjugação do Estado a serviço do capital em detrimento à camada social pessoense mais pobre.

No entanto, apesar de enxergarmos nas ações dos nossos sujeitos um grau de resistência durante a ditadura, é necessário entender que:

O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade *imediata* de pensamento e ação na cotidianidade. As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível de práxis quando é *atividade humano-genérica consciente*; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado (HELLER, 2014, p. 49-50).

Dessa forma, nosso intuito é buscar a relação de simbiose entre o cotidiano da classe trabalhadora – o qual envolve elementos como criminalidade, lazer e solidariedade – e a resistência organizada à ditadura, ou seja, como os valores que suscitam padrões de comportamentos que fogem a uma postura considerada “normal” existem enquanto instrumento político prático aliado às perspectivas teóricas guiadas por organizações institucionalizadas de combate e resistência ao regime ditatorial. Assim, o conceito de cotidiano é fundamental para interpretar aspectos que, por vezes, podem passar despercebidos pela historiografia local.

Até então, buscamos encontrar uma definição de cotidiano como um instrumento analítico da sociedade através das suas contradições e relações interpessoais, nas quais se inserem as transformações que compõem o processo histórico. Dito isso, sentimos a necessidade de associar tal objeto com a situação que passa a cidade de João Pessoa entre as décadas de 1960 e 1980, algo que tentaremos fazer a seguir.

Para entender a interligação entre a cidade e o cotidiano, a compreensão do sociólogo Francisco de Oliveira sobre a região Nordeste nos parece promissora. Para o autor, uma região surge a partir das “diferenças na divisão regional do trabalho”, pois, assim, poderia “abandonar a abordagem dos ‘desequilíbrios regionais’ por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção” (OLIVEIRA, 2008, p. 149). Isso posto, buscamos elucidar que os conflitos presentes no cotidiano das classes populares de João Pessoa e, mais precisamente, do bairro de Cruz das Armas têm conexão direta com a reprodução capitalista na qual o Estado, capturado por essa demanda do capitalismo, garante a sua aplicação na sociedade.

Ao tratar sobre a acumulação de capital e produção do espaço em João Pessoa, a geógrafa Janete Lins Rodriguez segue na mesma linha de Francisco de Oliveira, ao afirmar que:

Normalmente, o grande veículo responsável pela desarticulação da economia nordestina tem sido esta industrialização que aqui ocorre, resultante de um movimento de expansão do capitalismo oligopolista que já fincou as raízes no Centro-Sul do país, conseguindo manter lá, os ramos industriais mais expressivos, exportando seus capitais para esta região nordestina que, pouco a pouco, aguça sua defasagem, em função do objeto desse capital que aqui se instala, numa busca incessante de lucro (RODRIGUEZ, 1980, p. 70).

No geral, vale afirmar que, com a modernização do campo, as relações de trabalho antes estabelecidas por meio de parceria e a produção de alimento voltada para subsistência, aos poucos vão deixando de existir, ao passo que são substituídas pelas máquinas e produtos destinados à exportação. Sendo assim, nesse processo ocorre que o “trabalhador rural que fica sem terras e, com a progressiva eliminação da parceria, proletariza-se, tornando-se um emigrante; um marginalizado do sistema produtivo que passa a buscar a cidade” (RODRIGUEZ, 1980, p. 70).

Vistas essas questões apontadas acima, concluímos o nosso primeiro ponto: existiu um avanço do capitalismo que incidiu sobre as pessoas, causando desemprego e migração o que, consequentemente, vai se refletir na cidade de João Pessoa e na constituição dos seus bairros, principalmente os mais pobres, como é o caso de Cruz das Armas. Sobre isso:

Na década de 1970, concomitantemente com as grandes intervenções de ordem socioeconômica e política, as desigualdades socioespaciais se ampliaram, o uso do solo tornou-se estratificado, e suas novas ocupações eram marcadas pela renda de seus ocupantes. [...] Secas prolongadas no Sertão, Borborema e no Agreste, ocasionando a migração de pobres, e as desigualdades sociais presentes na cidade – consequência dos baixos salários, subempregos e desempregos – marcaram a década de 1970 como o estopim do crescimento das favelas de João Pessoa (NASCIMENTO, 2012, p. 81).

Vale salientar que na década de 1970 desenvolveu-se, ao lado da Rua do Rio, a favela Lagoa Antônio Lins, o que pode evidenciar algumas características do perfil dos moradores desse local.

Assim, partindo do pressuposto de que essas regiões são associadas em discursos preconceituosos à criminalidade, gostaríamos de enfatizar algumas questões sobre tal

aspecto da cotidianidade. Observar a criminalidade das classes populares do bairro de Cruz das Armas entre as décadas de 1960 a 1980 é também, dedicar-se ao processo do *fazer-se classe*, tendo em vista que essa formação parte de um processo social e cultural no qual existem elementos como as “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” inseridas em um determinado contexto de transformações sociais, econômicas e culturais (THOMPSON, 2019, p. 9-16) Logo, esses elementos podem elucidar questionamentos que se referem não só às relações dos moradores de Cruz das Armas entre si, mas também no que diz respeito à atuação do Estado como unidade opressora e disseminadora da ideologia da classe dominante¹¹.

Nesse sentido, o trabalho que melhor exemplifica isso é o livro *Senhores e Caçadores* (1987) do historiador E. P. Thompson, no qual trata sobre a “Lei Negra” que visava punir os sujeitos das classes populares que violavam a propriedade privada, isto é, um instrumento criado pelos membros do Estado para beneficiar a elite econômica inglesa. Dessa forma, Thompson nos traz algumas reflexões importantes acerca da criminalidade e sua construção como, por exemplo, no que se refere à necessidade de criar uma situação de “emergência” para cometer ações arbitrárias. Diz o autor:

O que consistia uma ‘emergência’ era a reiterada humilhação pública das autoridades; os ataques simultâneos à propriedade real e privada; a idéia de um movimento confederado que vinha ampliando suas exigências sociais, principalmente sob o ‘Rei John’; os sintomas próximos a uma guerra classista, com fidalguia legalista nas áreas afetadas sofrendo ataques, num lastimável isolamento nas suas tentativas de impor a ordem (THOMPSON, 1987, p. 248).

Essa maneira de observar a construção de uma situação emergencial que necessite do abuso da força, pode ser aplicada ao nosso caso, tendo em vista que a suposta “ameaça comunista” foi justificativa para o golpe de 1964. O que queremos dizer é que, além de Cruz das Armas ser um bairro que possuía células do PCB e seus membros como residentes, era um local com uma grande massa de trabalhadores e pobres, ou seja, utilizar o estigma da criminalidade para agir de forma arbitrária contra seus moradores poderia ser uma forma do Estado tentar impor a ordem e evitar qualquer tipo de mobilização contestatória.

¹¹ Compreendemos o Estado a partir da concepção dada por Vladmir Lênin, ao afirmar que “o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito de classes”.

Além disso, podemos levantar a hipótese de que se esses moradores das favelas de João Pessoa, em larga medida eram migrantes em busca de melhores condições de vida, com eles também vinham costumes envolvendo as noções de direito das relações de produção do meio agrário, onde sabemos que “o desrespeito aos pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era motivo habitual para ação direta” (THOMPSON, 1998, p. 152). Não estamos querendo aqui afirmar que as condições dos motins da fome na Inglaterra no século XVIII se aplicam necessariamente aos flagelados da seca, mas ao passo que ocorre essas transformações na cotidianidade das pessoas, novas formas de resistência podem surgir com alguns elementos da tradição.

Passada essa breve apresentação sobre as condições da formação dos bairros pobres de João Pessoa, vejamos agora algumas notícias coletadas no jornal oficial do Estado da Paraíba, *A União*. A primeira delas é um caso de um homem residente do bairro de Oitizeiro que cometia “desordens”:

Quando praticava desordens noite de ontem no bairro de Oitizeiro, foi preso e conduzido para a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, pelo Sgto. [nome inelegível] comissário local, o desordeiro Valdomiro de Vasconcelos de 27 anos. Que agora vai contar para o delegado Iran, por qual motivo anda nas caladas da noite a praticar desmandos em plena via pública (Ronda Policial. *A União*, João Pessoa, nº 7, 9 de jan. 1970, p. 5).

Algumas questões chamam a nossa atenção ao entrar em contato com as primeiras notícias sobre a criminalidade em João Pessoa. A primeira delas é a existência de uma delegacia responsável por fiscalizar qualquer tipo de ataque a moral e bons costumes, o que demonstra o caráter do Estado em adequar os indivíduos em uma determinada norma de convívio social. A segunda, é que na notícia não fica nítido qual “desordem” Valdomiro cometeu, mas fica evidente que tenha sido algo moralmente não aceito tendo em vista o fato dele ter de se explicar para o delegado o “motivo que anda nas caladas da noite a praticar desmandos em plena via pública”.

Ao se embasar em Gilberto Velho na tentativa de desconstruir a ideia de desvio como patologia social, Siney Chalhoub diz:

[...] a cultura é uma linguagem permanentemente acionada e transformada por pessoas que desempenham diferentes papéis e possuem experiências próprias. [...] dentro desta perspectiva, o indivíduo desviante não é necessariamente um “deslocado”, nem a cultura é uma entidade monolítica e, mesmo, esmagadora. Para Velho, então, o desviante é um indivíduo que faz uma leitura diferente de um código sociocultural, isto é, ele não está

fora de sua cultura, mas faz dela uma leitura divergente daquela dos indivíduos ditos “ajustados” (CHALHOUB, 2012, p. 85).

Ou seja, diante da perspectiva de que o indivíduo seja um *humano-genérico*, ou que ele esteja inserido em hábitos que foram impostos de cima para baixo, o “desviante”, através da sua experiência, recria o espaço e o cotidiano em que vive.

Certamente que a cidade de João Pessoa da década de 1970 não é o Rio de Janeiro em meados de 1920. No entanto, podemos estabelecer alguns comparativos, como, por exemplo a imersão na sociedade capitalista em ambos os contextos. Na obra *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (2012), o historiador Sidney Chalhoub busca entender o cotidiano e as formas de resistência de uma população que recém saiu da escravidão e precisa ser inserida dentro das lógicas do capitalismo moderno como trabalhador assalariado. No nosso caso, apesar dos trabalhadores que analisamos não serem escravizados, viviam em relações de produção nas quais não vão encontrar ao migrarem para a capital. Sobre essas novas relações que o trabalhador será inserido, Chalhoub diz:

A imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias (CHALHOUB, 2012, p. 47).

Sobre essa vigilância contínua podemos perceber na notícia abaixo, quando um homem foi preso por estar supostamente cercando uma casa:

Quando rondava uma casa na noite de ontem, foi preso e recolhido ao xadrez da DVGC, o espião de ‘araque’ João Xavier dos Santos, de 44 anos, residente à rua Santo Estanislau [Oitizeiro], 358. O espião que estava rondando uma residência à avenida João Machado, só deixará de ver o ‘sol quadrado’ quando confessar para Iran, por qual motivo estava naquele setor (Ronda Policial. *A União*, João Pessoa, nº 10, 13 de jan. 1970, p. 5).

Nessa situação fica claro o controle exercido pelos aparelhos repressivos do Estado ao manter um indivíduo preso até que ele confesse algo que apenas foi denunciado, mas não comprovado. Na notícia a seguir podemos encontrar elementos novos na sociedade, como o tráfico de drogas e a formação de *gang*, segundo o periódico:

O sargento Celso Henriques, comissário da Branca Dias, conseguiu prender o chefe da ‘gang’ de maconheiros, José Duarte Soares, de 39 anos, residente à rua Saturnino de Brito, s/n, e que a muito vinha agindo naquele bairro [Jaguaribe/Trincheiras].

O vendedor da “Erva maldita” se encontra recolhido no xadrez da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, a disposição do delegado Iran Lordão, e hoje será transportado para a Penitenciária Modêlo, onde aguardará o pronunciamento da justiça (Ronda Policial. *A União*, João Pessoa, nº 17, 21 de jan. 1970, p. 5).

O problema com drogas, sejam elas ilícitas ou lícitas, são recorrentes no cotidiano das classes populares. Vejamos um caso envolvendo a bebida alcóolica:

O comissário de polícia do Pôrto do Capim, efetuou a prisão do indivíduo Sebastião Rodrigues da Silva, 20 anos de idade, residente em Duas Estradas, pelo fato do mesmo ter sido encontrado cheio de ‘Capim Santo’ praticando desordens. Sebastião depois de encher a cara de aguardente, achou de soltar gracinhas para tudo que usasse saia, e não deixava escapar nem as pobres velhinhos (Paquera encachaçado entra em cana. *A União*, João Pessoa, nº 59, 13 de mar. de 1970, p. 5).

É perceptível que em ambas as notícias há um toque estigmatizador de quem as escrevem. Sobre o tratamento da imprensa no que tange ao lazer da classe trabalhadora no início do século XX, Chalhoub escreve:

Essa forma de introdução moralizadora é típica de notícias do gênero na imprensa da época. Ela revela claramente a tentativa de estigmatização da principal opção de lazer dos pobres urbanos do sexo masculino: a conversa informal que estes homens levam no botequim, ao redor de uma mesa ou encostados no balcão, sempre sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou algum vinho barato. [...] A associação do espaço fundamental do lazer destes homens com rótulos estigmatizadores do tipo “desordeiros” e “vadios” é sintomática e reveladora. [...] ao chamá-los de “desordeiros” e “vadios”, enfatizava-se novamente que urgia transformá-los em “morigerados” e “trabalhadores” (CHALHOUB, 2012, p. 257).

É recorrente nas notícias encontrar os adjetivos supracitados para definir os membros das classes populares que fugiam do padrão estabelecido, seja o indivíduo que proferia palavrões, usava uma roupa inadequada, exaltava-se quando embriagado, brigava com um vizinho, mulheres que se prostituíam, entre outros conflitos do cotidiano. Para não ficar apenas como um caráter de relato curioso, acreditamos que essas ocorrências revelavam um tipo de resistência à ordem estabelecida, pois é sintomático que as normas instituídas encontravam oposição na cultura popular e nos valores tradicionais.

Por isso, pretendemos analisar de forma mais aprofundada, a partir de uma leitura a *contrapelo* das produções e representações da grande imprensa através dos jornais, elemento que desvendem e proporcionem uma compreensão mais clara acerca da vida cotidiana dos moradores de Cruz das Armas. Assim, o próximo capítulo será

desenvolvido nessa perspectiva de analisar aspectos do cotidiano de Cruz das Armas durante o período da ditadura militar a partir de elementos da imprensa da época. No próximo capítulo, trataremos de construir um panorama histórico da cidade de João Pessoa e onde Cruz das Armas se insere nesse contexto a partir das notícias publicadas na imprensa local. E, por fim, o terceiro capítulo fará o contraponto, ao ser dedicado a analisar os aspectos do cotidiano implícitos nessa mesma imprensa e nas próprias impressões dos moradores do bairro a partir da comunidade virtual do *Facebook* “Cruz das Armas Velha Guarda”, com o objetivo de evidenciar os aspectos de lutas e resistência de um bairro estigmatizado, mas que expõem os conflitos de interesse que envolvem a cotidianidade e os embates políticos entre um bairro popular e o Estado ditatorial.

2. A criminalidade na imprensa

Seguindo a perspectiva da análise da cultura histórica e com o intuito de fornecer uma versão historiográfica sobre o bairro de Cruz das Armas, este capítulo propõe uma leitura crítica das notícias publicadas na imprensa, mais especificamente no jornal oficial do Estado da Paraíba, *A União*.

A escolha desse material decorre de uma questão metodológica: era necessário levantar notícias relacionadas ao bairro de Cruz das Armas, abrangendo um extenso recorte temporal — de 1964 a 1985. Outro fator determinante na seleção do jornal foi sua acessibilidade, já que *A União*, por ser o órgão oficial do Estado, encontra-se disponível em diversos arquivos da cidade de João Pessoa, o que facilitou sua consulta mesmo diante de eventuais obstáculos durante o processo de prospecção. Além desses elementos, o fato de se tratar de um periódico oficial nos permite compreender a visão que o Estado tinha sobre os moradores e o próprio bairro de Cruz das Armas, seja por meio de informações explícitas sobre ações de infraestrutura e segurança, seja pela ausência de cobertura sobre temas que não interessavam ao poder público.

Neste capítulo, abordaremos a representação da criminalidade no bairro de Cruz das Armas e como ela era retratada no referido periódico. Em um primeiro momento, analisaremos o contexto municipal: como a criminalidade era narrada em João Pessoa? Quais tipos de crime eram mais recorrentes? Quem os praticava? Em que bairros ocorriam? E de onde eram originários os acusados? De que forma o poder público tratava essas questões? Essas são algumas das perguntas que direcionaram nossa investigação documental e que pretendemos responder ao longo do capítulo.

Em um segundo momento, trataremos especificamente da criminalidade no bairro de Cruz das Armas, utilizando as mesmas perguntas e acrescentando outros fatores que envolvem o cotidiano da população local. Além disso, buscamos examinar os processos de estigmatização construídos em torno das classes populares como forma de justificar mecanismos de vigilância e repressão durante o período ditatorial.

Para responder a essas questões, recorremos a algumas concepções teóricas que nos ajudam a compreender as narrativas contidas nas notícias. A primeira delas é a

definição de crime e criminalidade elaborada por Boris Fausto, em sua obra emblemática *Crime e Cotidiano* (2014). Segundo o autor,

“criminalidade” se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes; “crime” diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções (FAUSTO, 2014, p. 19).

Essa definição contribui significativamente para nossa investigação, pois evidencia dois aspectos fundamentais para a interpretação das informações encontradas. Em primeiro lugar, permite-nos identificar padrões nas ações atribuídas aos acusados, possibilitando compreender quais eram os principais alvos das autoridades. Em segundo lugar, ao considerar as práticas que passam a ser criminalizadas, somos levados a refletir sobre as causas e motivações dessas ações, de modo que o micro — os episódios individuais — ajude a elucidar o macro — as dinâmicas sociais mais amplas que estruturam o cotidiano.

Um segundo aporte teórico relevante para este trabalho é a interpretação sobre a construção social do crime desenvolvida pelo sociólogo Michel Misso, no artigo intitulado “Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação”, publicado no livro *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações* (2015). Nesse texto, o autor afirma:

na medida em que a acusação social comporta, numa relação social, operadores de poder que podem instrumentalizar valores para fins privados, desenvolvem-se dispositivos de neutralização e domínio da acusação que permitiram a concentração dos meios de administração legítima da justiça no Estado. Definidos os cursos de ação criminalizáveis, esses dispositivos passam a filtrar as acusações através de complexos processos de incriminação (MISSE, 2015, p. 13).

Seguindo essa proposição, o Estado assume o papel de acusador e agente de incriminação de determinados indivíduos para atender aos interesses de grupos sociais cujos valores são considerados inegociáveis — como a proteção da propriedade privada, a disciplinarização do trabalho ou a repressão de posicionamentos políticos que divergem da ordem capitalista.

Para compreender como essa construção social do crime se materializa, Misso propõe quatro níveis analíticos, que são:

1) a *criminalização* de um curso de ação típico-idealmente definido como ‘crime’ (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); 2) a *criminação* de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; 3) a *incriminação* do suposto sujeito autor do evento, em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas; 4) a *sujeição criminal*, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado propenso a cometer um crime. Atravessando todos esses níveis, a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social. (MISSE, 2015, p. 14)

A partir desses níveis, podemos analisar, a *contrapelo*, o modus operandi por meio do qual as classes populares foram historicamente vigiadas, acusadas, incriminadas — e como o discurso jornalístico contribuiu para a naturalização desses estigmas, tanto em relação ao grupo social quanto ao território onde vivem.

Numa perspectiva histórica sobre os processos de acusação, incriminação e vigilância, utilizamos a abordagem adotada por Sidney Chalhoub em sua obra clássica *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (2017), especialmente sua discussão sobre o conceito de “classes perigosas”. Acreditamos que determinadas concepções atravessam o tempo, sobretudo quando observamos que o processo de urbanização em João Pessoa ocorreu de forma mais lenta que em outras capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Por essa razão, a narrativa presente nas notícias analisadas guarda semelhança com as formas de vigilância e disciplinamento social do período pós-abolição e início da República.

No que se refere à disciplinarização do trabalho, é fundamental compreender que, além dos marcadores raciais, a capital paraibana — especialmente na primeira metade do século XX — recebeu uma significativa leva de retirantes da seca, vindos do interior, habituados a outras formas de relação de trabalho¹². Muitos se tornaram trabalhadores urbanos ou integraram o contingente de pessoas em situação de rua, o que gerou incômodo para a elite local, o poder público e a Igreja. Nesse sentido, Cruz das Armas tornou-se um dos bairros ocupados por essa população migrante, somando-se aos

¹² Sabe-se que no interior do Nordeste brasileiro havia formas de relação de trabalho não assalariadas, como era o caso do “meia”. Tal relação ocorre quando um agricultor cultiva a terra de outrem e compartilha os lucros da produção com o proprietário. Com o processo de modernização do campo ocorrido na segunda metade do século XX, no qual podemos citar uma baixa de investimento na agricultura de subsistência, alguns trabalhadores, expulsos da terra para dar lugar ao plantio de produtos de agroexportação, não viram outra alternativa senão trabalharem nas frentes de trabalho ou migrarem para os grandes centros urbanos.

trabalhadores que já habitavam a região (CHAGAS, 1996, p. 71-73). Assim, a cidade foi ocupada por camadas populares que buscavam melhores condições de vida, especialmente após o processo de modernização do campo — o que, do ponto de vista dos dispositivos de controle, justificava a vigilância sistemática desses “novos habitantes”.

Diante disso, sustentamos que a lógica de vigilância instaurada no período pós-abolicionista — e consolidada no início do século XX com foco em mendigos e trabalhadores — permaneceu arraigada tanto no imaginário coletivo quanto na materialidade das ações repressivas do Estado no período abordado por esta dissertação. Também defendemos que a imprensa atua como reforçadora de tipologias sociais que enquadram certos sujeitos como naturalmente criminosos. E isso se torna ainda mais evidente quando a imprensa utiliza de adjetivos preconceituosos e uso de frases de efeito de teor sensacionalista.

Historicamente, o crime como notícia não é uma novidade na imprensa. Em estudo sobre o sensacionalismo, o jornalista Danilo Angrimani afirma:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexiste a relação com qualquer fato e a ‘notícia’ é elaborada como mero exercício ficcional. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 16)

Reconhecemos que o jornal *A União* não explora as ações de indivíduos das classes populares de forma sensacionalista em grau extremo. No entanto, certos adjetivos e narrativas utilizados nas reportagens revelam um tom de exagero, empregado para legitimar ações policiais. Outro fator que pode explicar a moderação no uso do sensacionalismo diz respeito à própria natureza do jornal, que, sendo órgão oficial do Estado, não poderia adotar um tom excessivamente alarmista — especialmente durante um período de alinhamento com os interesses da ditadura militar.

Ainda sobre esse aspecto histórico, Angrimani Sobrinho apresenta uma linha do tempo da imprensa sensacionalista desde o século XVI, quando surgem, na França, impressos marcados pelo exagero, falsidade e imprecisões. No século XIX, destaca-se a presença dos *canards* — jornais de uma página, dedicados a relatos criminais com títulos altamente impactantes, como: “Um crime abominável!!! Homem de 60 anos é cortado

em pedaços” ou “Um crime sem precedentes!!! Uma mulher queimada viva por seus filhos.” A forma moderna do jornalismo sensacionalista consolida-se com a chamada imprensa amarela nos Estados Unidos, a partir da criação dos jornais *New York World* e *Morning Journal*, por Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst. Entre suas características estavam as manchetes escandalosas com “letras garrafais, uso abusivo de ilustrações, impostura e fraudes, quadrinhos coloridos e campanhas contra abusos sofridos pelas ‘pessoas comuns’” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 19–22).

Em seu livro, o autor traz, no capítulo dedicado ao *fait divers*, a discussão sobre como as chamadas “notícias de gêneros diversos” é amplamente utilizada no sensacionalismo por romperem com normas sociais que regem as relações fundamentais entre os indivíduos e seu entorno. Esses fatos seriam “signo de uma separação das normas que regem as relações fundamentais dos homens entre eles e a natureza” (AUCLAIR, 1970 apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 26). Esse aspecto de ruptura com a norma social desperta no leitor o desejo de saber mais sobre o acontecimento, tornando-o sensacional e provocando ainda mais curiosidade. Nesse mesmo sentido, Angrimani Sobrinho complementa com a leitura de Pedroso:

o *fait divers*, como informação auto-suficiente, traz em sua estrutura imanente uma carga suficiente de interesse humano, curiosidade, fantasia, impacto, raridade, humor, espetáculo, para causar uma tênue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte. Conseqüentemente, provoca impressões, efeitos e imagens (que estão comprimidas nas formas de valorização gráfica, visual, espacial e discursiva do fato-sensação). A intenção de produzir o *efeito de sensacionalismo* no *fait divers* visa atrair o leitor pelo olhar na manchete que anuncia um acontecimento produzido, jornalística ou discursivamente, para ser consumido ou reconhecido como espetacular, perigoso, extravagante, insólito, por isso, atraente (PEDROSO, 1983 apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 26).

Assim, compreendemos que o uso de notícias criminais no contexto da ditadura militar funcionou como forma de validar o uso da força policial em nome dos “bons cidadãos”, em detrimento dos “malfeiteiros” ou “desordeiros”.

Outro aporte importante vem do artigo “O crime no Brasil através dos ‘cronistas policiais’ da imprensa”, das historiadoras Ana Vasconcelos Ottoni e Marilene Antunes Sant’Anna. O texto integra a coletânea *Os crimes e a história do Brasil: abordagens possíveis* (2023), organizada por Gian Carlo de Melo Silva, e oferece relevantes contribuições para os estudos historiográficos sobre o crime como objeto de análise.

As autoras destacam que os cronistas policiais não exerciam apenas a função de registrar os fatos, mas também de “comentar, opinar, assim como muitas vezes julgar moralmente os acontecimentos criminais e os sujeitos neles envolvidos” (OTTONI; SANT’ANNA, 2023, p. 282). Ou seja, a maneira como as notícias eram veiculadas revela mais do que a descrição objetiva dos crimes: evidenciam-se os valores da época, as relações sociais envolvidas e o ponto de vista dos cronistas — o que, por sua vez, revela aspectos do “espírito do tempo”.

No decorrer do texto, as historiadoras apresentam uma trajetória da forma como o crime foi retratado em diferentes épocas. Primeiro, no período pós-abolição, entre os anos de 1900 a 1920, quando a ênfase recaía sobre aspectos de ordem racial e social, especialmente em relação à vadiagem. As notícias oscilavam entre a associação direta entre pobreza e criminalidade e discursos mais sensíveis, que apontavam a fome como motivadora de delitos e criticavam os “políticos corruptos” que se beneficiavam dos serviços de criminosos.

Nas décadas de 1930 e 1940, os crimes passionais e familiares ganham destaque nas páginas policiais, inseridos em um contexto de valorização dos laços familiares e da preservação dos papéis tradicionais de gênero. A partir do terceiro quartel do século XX, ganham visibilidade os crimes cometidos por jovens da classe média que rompem com os valores da “família tradicional”, envolvendo-se em práticas associadas ao consumo de álcool, uso de drogas e condutas sexuais fora dos padrões hegemônicos. Nessa fase, há também um maior interesse pela trajetória de vida dos criminosos e por críticas mais evidentes aos problemas sociais.

Dos anos 1960 em diante, observa-se o retorno de uma suposta inclinação natural do pobre ao crime — discurso esse que, embora estigmatizante, começa a vir acompanhado de críticas mais consistentes às condições estruturais da sociedade, como falta de oportunidades de trabalho, arrocho salarial, inflação, entre outros fatores (OTTONI; SANT’ANNA, 2023, p. 285-319).

Feita essa breve exposição histórica, compreendemos que, diferentemente do Rio de Janeiro e de São Paulo — cidades que, durante o século XX, se destacaram pela centralidade econômica e industrial —, a capital paraibana seguia um processo de urbanização mais lento. Esse cenário refletia-se também na formação social da população, marcada por fortes traços da cultura interiorana. O que queremos dizer é que certos elementos — tanto nas notícias quanto nos próprios atos delituosos — continuavam a

repetir padrões semelhantes àqueles observados em momentos históricos anteriores ao nosso recorte temporal. Em outras palavras: o crime, e as percepções tanto do poder público quanto da imprensa sobre ele, ainda ecoavam em João Pessoa na segunda metade do século passado, reproduzindo leituras enraizadas e categorias consolidadas no imaginário social.

A seguir, apresentaremos uma série de notícias coletadas no jornal *A União*, cujos números que contemplam o nosso recorte temporal, correspondente ao período de 1964 a 1985, encontram-se resguardados no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC).

2.1 Notícias criminais nas páginas do jornal *A União*

Em nossa pesquisa, o trato com as fontes exigiu um rigoroso percurso metodológico voltado à formulação de uma história a *contrapelo*, considerando que tudo aquilo que utilizamos foi dito por sujeitos inseridos em seu tempo e com suas próprias visões de mundo. Ou seja, tanto as publicações feitas por moradores e ex-moradores do bairro analisadas na página do *Facebook Cruz das Armas Velha Guarda*, quanto as notícias veiculadas no jornal oficial do Estado, não devem ser tomadas como verdades absolutas, mas como expressões de modos de compreender o mundo. Alinhadas ao método historiográfico, essas fontes podem ser interpretadas criticamente para iluminar aspectos que afetam a vida cotidiana de um bairro popular.

Segundo o historiador José D’Assunção Barros,

a metodologia remete sempre a determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a “teoria” refere-se a um “modo de pensar” (ou de ver), a ‘metodologia’ refere-se a um “modo de fazer” (BARROS, 2010, p. 46).

Assim, neste trabalho, nosso “modo de fazer” — ou melhor, nossa maneira de analisar as fontes — parte de uma perspectiva crítica sobre o jornal *A União*. Essa leitura exige considerar fatores como o contexto da ditadura militar, o quanto era estratégico para a imagem do governo estadual publicar notícias sobre o combate à criminalidade e, não

menos importante, as representações estigmatizantes em torno das classes populares e dos bairros periféricos de João Pessoa.

Dito isso, passamos a apresentar nossa metodologia e os resultados por ela possibilitados. Como já mencionado, nosso recorte temporal compreende os anos de 1964 a 1985 — escolha que se deve, em parte, ao diálogo informal estabelecido antes do início da pesquisa, à identificação desse período como o de maior crescimento do bairro de Cruz das Armas e à sua coincidência com a vigência da ditadura militar no Brasil. Esse intervalo corresponde ainda à fase de expansão urbana da capital paraibana rumo à zona sul, com a implantação de conjuntos habitacionais, a formação do Distrito Industrial e o avanço da modernização no campo. Tais transformações revelam a reconfiguração do espaço urbano da cidade, trazendo consigo características típicas do capitalismo, como a intensificação das desigualdades sociais e a ampliação dos mecanismos de repressão (RODRIGUEZ, 1980, p. 62-63).

Em relação ao período de 1964 a 1969, não localizamos registros de notícias criminais, uma vez que a ênfase do jornal estava voltada, majoritariamente, para as tensões políticas de alcance nacional e internacional. Mas, especialmente entre os anos de 1970 e 1979, o jornal *A União* era composto por 8 páginas, organizadas da seguinte forma: Capa – notícias sobre o mundo e o governo; página 2 – notícias internacionais; página 3 – ações do governo estadual; página 4 – economia; página 5 – *criminalidade*; página 6 – esportes; página 7 – classificados e anúncios; página 8 – entretenimento. Durante o processo de prospecção, observamos, por outro lado, que a página 5, dedicada à cobertura policial na década de 1970, era frequentemente suprimida em favor de conteúdos governamentais, como comunicados sobre pagamentos, vestibulares, cronogramas de inauguração de obras e outras ações do Executivo estadual. De 1980 em diante, o foco das notícias volta a ser o cenário da política nacional, especialmente as questões relacionadas à anistia e à abertura política.

Nossa primeira notícia sobre a criminalidade no jornal *A União*, portanto, data de janeiro de 1970, publicada na coluna intitulada “Ronda Policial”. Para se ter uma ideia da dimensão que ocupava, a seguir apresentamos uma reprodução visual da página 5, onde a coluna se encontrava:

Imagen 17 – Página 5 do jornal *A União*

Fonte: Arquivo Histórico Waldemar Duarte (FUNESC)

Na imagem reproduzida acima, é possível perceber outras informações para além das notícias sobre crimes. Na coluna mais à esquerda, sob o título “Colisão na BR-101”, há registros de atropelamentos e, logo abaixo, no canto inferior, uma nota intitulada

“*Graça alcançada*”, informando que “pela graça alcançada através de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma mulher de nome Maria Rosa da Silva cumpre a promessa com a publicação de agradecimento no jornal.

Na parte superior do excerto, encontramos a manchete “*Foram escolhidos os melhores do ano de 1969*”. A notícia informa que os principais jornalistas policiais de rádio e jornal da capital escolheram os melhores profissionais da segurança pública. Os condecorados foram: coronel Osanan de Lima Barros, na categoria de melhor militar; menção honrosa ao brigadeiro Firmino Ayres de Araújo pelos serviços prestados à frente da Secretaria de Segurança Pública; o juiz de menores Mário de Moura Rezende como autoridade do ano, devido à atuação na Campanha do Menor Desamparado; os vereadores Álvaro Magliano e Derivaldo Mendonça como parlamentares do ano; o guarda municipal Cipriano Azevedo como melhor vigilante; por fim, menções honrosas aos delegados Iran Lopes Lordão (Delegacia de Vigilância e Costumes) e Pedro Belmont (Delegacia de Trânsito), ao comissário tenente Arnon de Vasconcelos e ao chefe de costumes da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes (DVGC), Oscar Pereira.

No canto direito da página, há uma coluna intitulada “*Pronto Socorro*”, na qual são listadas as pessoas que foram atendidas, com o respectivo problema clínico, embora sem explicações sobre o motivo da ocorrência. Logo abaixo, encontra-se o anúncio “*Eletro-Técnica Oliveira*”, correspondente a serviços elétricos em motores e rolamentos. Na parte inferior central, há uma informação que foge à temática da segurança pública: a notícia sob a manchete “*Ingleses vão ajudar a América Latina*” informa que a Grã-Bretanha faria um repasse de verbas para o Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico (BID). Ao centro, com maior destaque na página, está a coluna “*Ronda Policial*”, onde são relatados os crimes ocorridos na cidade.

Antes de tratarmos propriamente das notícias criminais, é importante destacar que os jornalistas policiais desempenhavam um papel central na relação entre imprensa e profissionais da segurança pública. Como já mencionado, sua atuação não se limitava à narração dos fatos: cabia-lhes também opinar, julgar moralmente os envolvidos e, como neste caso, eleger os “melhores” nomes do setor. Ao longo desta pesquisa, o delegado Iran Lordão, da Delegacia de Vigilância e Costumes, figura como presença constante nas reportagens sobre criminalidade. Essa boa relação evidencia o alinhamento entre a segurança pública e o jornalismo policial, fazendo com que a imprensa frequentemente funcionasse como validadora das ações policiais.

Na coluna policial em questão, encontramos nove notícias, envolvendo diferentes tipos de crime. A primeira relata o assassinato de duas mulheres com uma faca-peixeira, cometido por um homem posteriormente preso pelo brigadeiro Ayres de Araújo — informação confirmada pelo comissário de polícia Manoel de Castro. A segunda diz respeito a uma mulher que prestou queixa contra um homem que tentou agredi-la fisicamente e, em seguida, tentou atropelá-la. Nesse caso, houve apenas o registro da denúncia para futuras providências.

O terceiro relato envolve um jovem de 18 anos que agrediu com uma faca-peixeira um cobrador de ônibus. O rapaz, chamado de “desordeiro”, foi levado à cadeia. Já a quarta notícia explicita claramente a opinião do repórter: trata-se de um homem em situação de rua que proferia palavrões em um transporte público. Ao concluir a matéria, o cronista escreve: *“Vai repousar por longo tempo no xadrez, para que aprenda a viajar no meio das famílias”*. Fica evidente aqui o padrão moral defendido: o repúdio ao comportamento desviante em locais públicos e a valorização da “ordem familiar” como referência comportamental, sendo qualquer quebra dessa norma automaticamente tratada como caso de polícia.

Seguindo com as demais reportagens da coluna, encontramos o caso de um homem preso por agredir policiais — sem referência a maiores detalhes sobre o ocorrido. Outra ocorrência, igualmente lacônica, relata a prisão de um indivíduo por “estar cometendo desordens em plena via pública”. Na notícia seguinte, há mais informações: trata-se da prisão de um homem, adjetivado como “velho farrista”, que deixou de pagar a conta em um bar e foi recolhido à DVGC até que o débito fosse quitado.

As duas últimas reportagens abordam crimes contra a propriedade. Em uma delas, um homem presta queixa após ter seu revólver roubado por um “larápio”, posteriormente apreendido no bairro de Oitizeiro. A outra relata o furto de um microfone, um amplificador e mais de 40 carteiras de cigarro em um parque de diversões instalado no Parque Solon de Lucena (Lagoa).

A partir dessas primeiras notícias, é possível identificar certos padrões do que era interpretado como ação criminosa, seja no âmbito jurídico, seja no campo da moralidade. No caso do duplo homicídio das mulheres, por exemplo, é possível supor que se tratasse de um episódio de violência doméstica, ainda que tal informação não apareça explicitamente. Essa hipótese se sustenta no local da ocorrência — um sítio, geralmente habitado por membros de uma mesma família — e nas idades das vítimas (35 e 63 anos),

o que sugere uma possível relação de parentesco entre mãe e filha. Obviamente, trata-se apenas de uma suposição, mas ela é reforçada pela recorrência de casos de violência contra a mulher, inclusive na notícia seguinte, na qual um homem tenta espancar uma mulher (acompanhada de seu filho pequeno) e, em seguida, tenta atropelá-la.

Outras ações criminalizadas dizem respeito à moral e aos “bons costumes”, como as “desordens” cometidas em espaço público, geralmente associadas à embriaguez e ao uso de palavrões. O controle da linguagem, da aparência e do comportamento integra uma política de repressão simbólica voltada à preservação de valores familiares e da ordem nos espaços urbanos.

Por fim, temos os crimes contra a propriedade e os bens privados, exemplificados pelos roubos do revólver, dos equipamentos eletrônicos e das carteiras de cigarro. Um aspecto curioso se encontra no primeiro desses casos: tanto o porte quanto a possível venda da arma estão previstos na Lei das Contravenções Penais — Decreto-Lei nº 3.688, de 1941. O artigo 18 prevê punição para quem “fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição”, com pena de “ prisão simples, de três meses a um ano, ou multa, de um a cinco contos de réis, ou ambas cumulativamente, se o fato não constituir crime contra a ordem política ou social”. O artigo 19, por sua vez, define como infração “trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade”, com pena de “ prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a três contos de réis, ou ambas cumulativamente.”¹³

Nosso ponto aqui é destacar que a interpretação do crime foi aplicada apenas ao acusado de roubo, enquanto nenhum questionamento foi feito sobre a legalidade da posse da arma por parte do comerciante. Acreditamos que essa assimetria esteja relacionada à noção de sujeição criminal, uma vez que o bairro de Oitizeiro, à época, era uma das franjas urbanas de João Pessoa e apresentava características semelhantes a Cruz das Armas.

Essa sujeição criminal ultrapassa a geografia urbana e mobiliza preconceitos que legitimam uma vigilância mais intensa sobre determinadas localidades. Vale lembrar que o roubo da arma ocorreu no centro da cidade — no Mercado Central —, mas a apreensão

¹³Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Lei%20das%20Contraven%C3%A7%C3%B5es%20Penais.&text=Art.,n%C3%A3o%20disponha%20de%20modo%20diverso>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

se deu em Oitizeiro, último bairro ao sul antes da expansão dos conjuntos habitacionais promovida pelo regime militar na década de 1980. Essa lógica repressiva é reforçada por representações acerca das “práticas locais”, conforme revela o trecho abaixo:

Com o crescimento exorbitante, e certa falta de organização por parte do poder público, incluindo a catalogação dos comerciantes, a legalidade, e fiscalização, a Feira do Oitizeiro é bastante conhecida pelos mercados ilegais. Há um movimento popularmente chamado de a ‘feira da troca’, onde o comércio acontece informalmente, ora trocando produtos ou objetos, ora vendendo por um preço mais barato. Por não saber da procedência desses materiais, muitas pessoas ficam receosas de comprar, mas o público que adere ao movimento é suficiente para fazer com que ele permaneça parte da feira. [...] Provavelmente, pelas inúmeras atividades ilegais existentes nessa feira, há a presença de ‘olheiros’, que são pessoas contratadas para ficarem de olho no movimento da feira, e quando veem algo de incomum, soltam o sinal de dispersão. Percebe-se que a feira do Oitizeiro é algo que transcende ao espaço-temporal, pois além da sua dinâmica, que está em constante processo de mudanças, suas fronteiras podem não ser visíveis, mas nem por isso deixam de existir. (BÄDÄRÄU; GERÔNIMO; SÁ; SILVA, 2016)

A passagem acima faz parte do texto *Feira do Oitizeiro: sua história e seus personagens*, publicado em 2016 no site *Feiras de João Pessoa*. Embora construída a partir da contemporaneidade, ela lança luz sobre práticas informais com raízes históricas. Sabe-se que a feira existe desde 1952, embora não haja uma data precisa sobre o surgimento do comércio de produtos ilegais em seu interior.

Nosso argumento parte da ideia de que, dada a formação do bairro — marcada pela presença de sujeitos ligados à esquerda e por práticas comerciais informais —, há uma vigilância mais intensa sobre seus moradores. Assim, mesmo que o revólver do comerciante fosse ilegal, esse crime é percebido como “menor” frente ao estigma pré-estabelecido pelas autoridades de segurança sobre a população dessas localidades.

No dia 7 de janeiro de 1970, o jornal *A União* publicou, em sua coluna *Ronda Policial*, mais uma série de crimes que revelam percepções recorrentes sobre os acusados. Além disso, na mesma página, há reportagens sobre a absolvição de pessoas envolvidas nos movimentos de apoio ao presidente João Goulart durante o Golpe de 1964, bem como sobre a apuração das atividades do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Embora essas últimas notícias não se refiram diretamente à Paraíba, a escolha de inseri-las na página policial é evidentemente significativa do ponto de vista simbólico.

A primeira reportagem que chamou nossa atenção traz o seguinte trecho:

Reginaldo de Moura, com 18 anos, foi preso na manhã de ontem, pelo Cabo de Polícia do destacamento do Matadouro, pelo fato de ter sido encontrado fumando a ‘Erva Maldita’. Encontra-se recolhido no xadrez de Vigilância Geral e Costumes à disposição do delegado Iran Lordão. (Ronda Policial. *A União*, João Pessoa, 7 de jan. de 1970, p. 5)

Esse fragmento evidencia a repressão ao uso de drogas, com o uso do termo “Erva Maldita” para se referir à maconha — uma escolha vocabular sensacionalista por parte do repórter. Tal expressão constrói uma espécie de “aura diabólica” em torno da substância, conectando-se a representações historicamente produzidas. Um exemplo é a influência da II Conferência do Ópio, que levou à promulgação do Decreto nº 4.294/1921, o qual punia a venda de entorpecentes. Já no período ditatorial,

por meio do Decreto-Lei 385 e alteração do artigo 281 do Código Penal, o usuário foi equiparado ao traficante, sendo-lhes atribuídas penas idênticas. Em 29/10/1971, foi editada a lei 5726, que mantinha esta equiparação e trazia medidas ainda mais profundamente repressivas, tais como o oferecimento de denúncia mesmo sem qualquer substância, ou seja, sem existência de prova material. Esta situação de exceção era análoga ao que o regime militar também fazia por meio da Lei de Segurança Nacional, pela qual qualquer policial, sem ordem judicial, podia prender uma pessoa e deixá-la incomunicável com sua família ou advogado por trinta dias, renováveis através apenas de uma comunicação ao juiz, por mais trinta. (BARROS; PERES, 2012, p. 14)

Na mesma página, também encontramos notícias sobre um homem que “desacatou a vizinhança” com “palavras de baixo calão”; outro que foi recolhido à delegacia por “desrespeitar a filha de um sargento da Polícia Militar”; além de dois registros de arrombamento seguidos de furto. Destacamos, porém, as seguintes notas:

FURTOU SAPATOS – Foi preso na manhã de ontem, pelos investigadores Antonio Firmino e Henry Arruda, o malandro Antônio Correia de Araújo, por ter furtado um par de sapatos. O vigarista vai repousar no xadrez, sem sapatos.

(...)

PRESOS PARA AVERIGUAÇÕES – Encontram-se presos na Delegacia de Investigações e Capturas, para averiguações de furtos, os malandros Wilson da Luz, João Pereira de Lima, e José Domingos, da Silva. Os malandros só serão postos em liberdade, quando “derem o serviço” para os “meninos” da DIC. (“Ronda Policial. *A União*, João Pessoa, 7 de jan. de 1970, p. 5)

Mais uma vez, a opinião do repórter torna-se explícita: os acusados são chamados de “malandros” e “vigarista” — termos carregados de julgamento moral e que remetem a uma tradição de estigmatização das classes populares, como já discutido por Chalhoub

no contexto do Rio de Janeiro do pós-abolição. Embora o momento histórico seja distinto, a permanência desse tipo de vocabulário evidencia o enraizamento de determinadas concepções no discurso jornalístico. Além disso, verifica-se um evidente exagero na forma de noticiar, considerando que os delitos relatados se restringem a pequenos furtos, sem emprego de violência.

A seguir, vejamos outras notícias presentes na coluna:

ESPANCOU COLEGA – Por ter espancado o seu colega de trabalho, foi preso e recambiado ao xadrez da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, o indivíduo João Laurentino da Silva, 26 anos, residente à avenida Rio Branco, 479. O valentão, que já conversou bastante com o delegado Iran, será posto em liberdade quando prometer tratar bem seus companheiros de trabalho (“Espancou colega”. *A União*, João Pessoa, 15 de jan. de 1970).

COMETIA DESORDENS NA LAGOA – Quando cometia desordens no Parque Solon de Lucena, em alto estado de embriaguez, foi preso e conduzido pelos meninos da R. P. ao velho casarão da Duque de Caxias o desordeiro Ronaldo da Silva Sales, de 21 anos, residente à rua Aderbal Piragibe. O “boêmio” que se encontra à disposição do titular da Especializada, só será posto em liberdade quando aprender a se comportar em via pública (“Cometia desordens na Lagoa”. *A União*, João Pessoa, 15 de jan. de 1970).

DESORDEIROS EM CANA – Foi em cana na tarde do dia 18 do corrente pelos policiais do comissariado do Jardim Miramar o desordeiro José Izaque de 31 ano, servente da Construção do Hospital da Universidade, por ter agredido o seu companheiro de trabalho Sebastião Cícero de Araújo, com 35 anos.

José Izaque, logo após sua prisão revoltou-se tendo rebentado a porta do xadrez do comissariado e, por este motivo, foi recambiado para a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, onde o delegado Iran Lordão tomou as devidas providências (“Desordeiros em cana”. *A União*, João Pessoa, 20 de jan. de 1970).

CASAL EM CANA – Foram presos pelo chefe da Secção de Costumes Oscar Pereira, os pombinhos Sebastião Ribeiro dos Santos e Maria José da Silva, por terem sido flagrados em colóquio amoroso, em plena via pública.

A reportagem colheu junto a Oscar Pereira, que o casal se encontrava por trás de um caminhão nas proximidades da Praça Pedro Américo.

Sebastião e Maria José, estão trancafiados no xilindró da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, e vão ter uma conversa com o delegado Iran Lordão, que vai aplicar-lhes um corretivo para que aprendam a respeitar a via pública (“Casal em cana”. *A União*, João Pessoa, 27 de jan. de 1970).

Como demonstram os fragmentos acima, a coluna *Ronda Policial* abarcava uma variedade de registros, desde crimes mais convencionais — como roubos, furtos e agressões — até aqueles de natureza moral, como “desordens” e demonstrações públicas de afeto, interpretadas como infrações à ordem e aos costumes. Um dos principais problemas das notícias veiculadas é a ausência de contextualização dos fatos: na maioria das vezes, não se apresenta a motivação das ocorrências, encerrando-se a narrativa apenas com a prisão e a promessa de punição dos acusados.

Sabemos que, diferentemente do Rio de Janeiro retratado por Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim*, a João Pessoa entre as décadas de 1960 e 1980 não apresentava conflitos raciais estruturados em moldes como os das disputas entre portugueses pobres e brasileiros de cor. No entanto, considerando o contexto nacional — e a plena inserção da Paraíba na lógica capitalista —, os conflitos entre colegas de trabalho podem ser compreendidos como sintomas da precariedade do emprego e da luta cotidiana pela sobrevivência. Nesse sentido, a revolta do servente José Izaque, ao arrebentar a porta da cela, pode expressar o desespero de alguém ciente de que, ao ser preso, perderia seu posto de trabalho em um cenário adverso para a classe trabalhadora.

Essa instabilidade no emprego era uma característica de países com população jovem e estrutura econômica capitalista, com ampla reserva de mão de obra sujeita à rotatividade e à precarização. Segundo dados da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho:

Essa instabilidade no emprego é uma característica de país de população jovem e de economia capitalista, dispondendo de uma grande reserva de mão-de-obra, dependente da boa vontade dos empreitadores. Outras informações da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, sobre as flutuações da mão-de-obra, confirmam essa mobilidade no mercado de trabalho; houve em 1978, 41.480 admissões em João Pessoa (20% para um 1º emprego e 80% para um reemprego) e no mesmo ano houve 35.000 demissões. A flutuação é particularmente elevada no setor da construção civil (18.140 admissões e 16.840 desligamentos) para o qual os trabalhadores vêm da zona rural e constituem uma população flutuante, oscilando entre serviços de biscoiteiros e/ou cortadores de cana. Em 1979, o movimento foi inverso: 16.770 admissões e 18.600 desligamentos. (DROULERS; RODRIGUEZ, 1981, p. 43)

Na segunda notícia, novamente observamos a exigência de adequação dos indivíduos a determinadas formas sociais de convivência. Aparentemente, o “boêmio” é punido quando é pobre — como no caso do “desordeiro” Ronaldo da Silva Sales, preso

por estar embriagado no Parque Solon de Lucena. Em contrapartida, embora o jornal tenha dado repercussão ao famigerado crime ocorrido na Churrascaria Bambu¹⁴ — reduto da elite social e intelectual de João Pessoa —, os envolvidos foram absolvidos, apesar de se tratar de um assassinato.

Chama atenção, nas notícias analisadas, o caráter “educador” atribuído à polícia. No primeiro caso citado, o agressor do colega de trabalho é liberado após “prometer tratar bem” seus companheiros. Já o “desordeiro” e o casal detido em situação de afeto em via pública são liberados após uma conversa com o delegado, a fim de “aprenderem a se comportar”. Aparentemente, tais episódios indicam que nem todos os casos recebiam punições severas. Revelam, na verdade, uma estratégia em que a polícia não poderia deixar impune determinada conduta, mas também não a via como suficientemente grave para justificar repressão mais rigorosa. Porém, se algumas vezes, a escrita da notícia sugere que a solução poderia se resumir apenas uma conversa ou uma noite no cárcere, também indica uma naturalização de práticas de violência física policial, tratadas com um eufemismo debochado pelo jornalista, em linguagem comum à da polícia, como se vê no uso da expressão “aplicar um corretivo para que aprendam a respeitar”, contida no trecho acima. Mesmo que eventualmente a violência policial não tenha se realizado no caso em particular, o jornalista, ao invés de denunciar a violência policial, banaliza, celebrando, desejando e justificando o uso de uma violência “corretiva”, como palmadas que pais severos mas zelosos deviam aplicar para a boa educação de filhos indisciplinados.

É perceptível que a forma como os crimes são narrados no jornal merece questionamentos. Por exemplo: por que determinados casos ganhavam destaque nas páginas do periódico? Evidentemente, havia o interesse de transformar eventos corriqueiros, como uma embriaguez, em episódios sensacionais. No entanto, o objetivo não era apenas entreter ou despertar a curiosidade do leitor. Ao utilizar terminologias anedóticas, jocosas ou insultuosas — como “xadrez”, “pombinhos”, “malandro”, “desordeiro”, “vigarista”, “em cana”, “valentão”, “dar um recado” —, o jornal não apenas

¹⁴ O crime da Churrascaria Bambu corresponde ao assassinato de um taxista que questionou a depredação do seu carro feita por cinco jovens da elite pessoense, sendo eles Luciano Bernardo, Fernando Milanês – filho do dep. Fernando Milanês –, Aristóteles, Tibério e Ronaldo Aragão. O taxista foi espancado e assassinado com dois tiros, os assassinos, absolvidos. Para mais informações sobre o caso ver: “RESGATE DA HISTÓRIA - Crime da Bambu volta a pauta paraibana quase cinco décadas depois: ‘Quem matou o taxista?’” Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/resgate-da-historia-crime-da-bambu-volta-a-pauta-paraibana-quase-cinco-decadas-depois-quem-matou-o-taxista/> Acesso em: 23 de out. de 2024.

reforçava um discurso moralizador, mas funcionava como um instrumento de disciplinamento público. A divulgação dos nomes dos acusados, nesse contexto, operava como mecanismo de exposição e vergonha social.

Dessa maneira, o Estado, por meio da ação da polícia e do caráter informativo da imprensa, promovia a disciplinarização, a “educação” e o controle dos corpos e comportamentos das classes populares de João Pessoa.

A partir de 1971, observamos uma ampliação expressiva na cobertura criminal no jornal *A União*. As notícias deixam de se restringir à coluna *Ronda Policial* e passam a ocupar toda a página. Além disso, os tipos de crime abordados se diversificam: destacam-se episódios violentos envolvendo armas, espancamentos e atropelamentos, além de reportagens que, embora não estejam relacionadas diretamente a crimes, receberam conotação sensacionalista — como, por exemplo, suicídios. A partir desse mesmo ano, começam também a aparecer com mais frequência reportagens policiais envolvendo localidades da região metropolitana de João Pessoa.

2.2 “Anormais”, maconheiros, amantes e “marginais mirins”: a estigmatização dos indivíduos e os problemas sociais da vida cotidiana

2.2.1 “Anormais”

Como mencionado anteriormente, o sensacionalismo é um recurso que extrapola o real ou, em muitos casos, sequer guarda relação com os fatos, configurando-se como mero exercício ficcional. Neste tópico, buscamos discutir a construção de certos sujeitos pelas colunas policiais, com foco nos significados atribuídos aos seus comportamentos.

A princípio, trataremos dos “crimes” cometidos por indivíduos homossexuais nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, taxados pela alcunha preconceituosa de “anormais”. Embora a primeira cidade não faça parte do nosso recorte espacial direto, sua análise nos permite compreender, de forma mais ampla, a percepção que se tinha acerca desse grupo historicamente marginalizado e estigmatizado. Abaixo, reproduzimos uma notícia em que homossexuais foram presos por se reunirem com pessoas desconhecidas, uma situação que teria incomodado vizinhos, levando-os a acionar a polícia:

DESMUNHECADO PROTESTA CONTRA SUA PRISÃO EM
CAMPINA GRANDE

Na noite de ontem os pederastas “Zuzeca”, “Antonio Saia”, “Pé Rôxo”, “Biu” e “Neusa”, resolveram promover estranha reunião, tendo por local uma casa localizada na rua do Mulambo, bairro do Cruzeiro.

Acontece, que o fato foi levado ao conhecimento do sargento Evaristo, comissário do bairro, pela doméstica Rosa Isabel, que por sinal é mãe de um dos anormais que se encontravam em reunião, o “enxuto” conhecido por “Neusa”, que na realidade trata-se do indivíduo Cícero Heleno de Souza. Em sua denúncia ao comissário, a infeliz da mãe revelou que na rua onde está localizada a casa que servia de abrigo aos anormais, ninguém podia dormir, pois os mesmos, acompanhados de elementos não identificados, promoviam um verdadeiro bacanal.

PRÊSO

Ao ser colocado a par da situação, o sargento Evaristo imediatamente convocou todo o destacamento policial do bairro do Cruzeiro e dirigiu-se ao local indicado, determinando que a casa fosse cercada.

“Neusa” recebeu voz de prisão sob a acusação de falta de respeito e desordens na via pública, como também para averiguação de furtos, pois é ainda um conhecido ladrão de galinhas.

DENTADAS

Ao receber voz de prisão, “Neusa” passou a dar um verdadeiro “show”, reagindo violentamente à prisão e passando a morder os soldados, que somente a muito custo conseguiram leva-lo para o xadrez do pôsto policial do bairro.

Momentos depois, chegava àquele local a caminhoneta da Delegacia de Polícia (Rádio Patrulha), tendo o anormal sido colocado dentro e levado para aquela Especializada, onde foi fichado na Seção de Costumes e depois recolhido ao xadrez.

PROTESTO

Vale salientar, que enquanto estava sendo fichado na Delegacia de Costumes, o anormal continuou o espetáculo iniciado quando de sua prisão, “protestando energicamente” contra a atitude dos policiais e afirmando estar sendo vítima de uma “terrível” injustiça, pois estava fazendo nada de mais, tudo não passando de uma “tremenda” calúnia de sua mãe, que é “uma velha quadrada”.

Os protestos do “enxuto” no entanto não foram levados em conta, tendo os policiais o encaminhado ao buque (“Desmunhecado protesta contra sua prisão em Campina Grande”. *A União*. João Pessoa, 10 de jan. de 1970).

De início, chama atenção a escolha dos adjetivos utilizados para se referir aos indivíduos citados: “*desmunhecado*”, termo pejorativo que alude aos trejeitos de homens que se comportam de maneira associada ao feminino; “*anormal*”, que explicita o enquadramento desses sujeitos como desviantes; “*pederasta*”, vocábulo que remete à ideia patologizante da homossexualidade; e “*bacanal*”, expressão que invoca um

ambiente de promiscuidade e desordem, em oposição àquilo que era considerado moralmente aceitável.

Além disso, a denúncia feita pela mãe de um dos envolvidos menciona a presença de “elementos não identificados” — um recurso discursivo vago, que serve como reforço simbólico à suspeição. Tal afirmação revela um pré-julgamento profundamente atravessado por valores conservadores, em que a figura materna, educada sob os moldes morais da época, externaliza sua angústia em relação a um filho percebido como transgressor e “doente”, portador do suposto “homossexualismo”.

Na sequência da notícia, Neusa recebe voz de prisão por praticar “desordens em via pública” e por ser “conhecido como ladrão de galinhas”. Isso revela o caráter subjetivo da interpretação feita pelo sargento Evaristo, uma vez que reunir-se com amigos para se divertir não configura crime, tampouco o simples fato de alguém ser “conhecido por algo” serve como prova suficiente para justificar uma prisão. Em nossa leitura, essa construção social do crime realizada pela polícia funciona como justificativa para punir ou “regenerar” (na visão dos repórteres policiais) sujeitos colocados à margem da sociedade, sobretudo aqueles que desafiam as normas morais do período aqui analisado.

Fica claro, no fragmento, que Neusa não aceitou passivamente sua detenção, pois considerava a prisão uma injustiça. No entanto, ao relatar a reação de Neusa, o repórter adota um tom de deboche, descrevendo sua resistência como um “verdadeiro show” e um “espetáculo”, expressando assim o desprezo tanto da imprensa quanto dos policiais frente às reivindicações do acusado.

Em outra ocorrência, desta vez em João Pessoa, encontramos uma narrativa sobre um assassinato atribuído a um sujeito que, além de homossexual, é funcionário público e identificado no texto como “débil mental”. Abaixo, o excerto:

ANORMAL É DETIDO COMO CRIMINOSO DA STO. ELIAS

Eraldo Ayres Nóbrega de Araújo, almoxarife de 28 anos que trabalha na Secretaria das Finanças e é homossexual e desequilibrado mental, parece ser o autor do crime da rua Santo Elias, em que morreu terça-feira Paulo Rafael Lins, de 33 anos, abatido à queima-roupa, na escadaria que leva ao primeiro pavimento da sua residência.

O criminoso foi detido às 16 horas de ontem, no trabalho, depois de ser reconhecido no local do crime, na quinta-feira, pelos depoimentos e informações que coincidem, Eraldo teria assassinado Paulo quando este negou-se duas vezes a emprestar-lhe dinheiro. O empréstimo foi negado porque Eraldo não pagava o anterior, contraído com juros.

A polícia, apesar de não admitir o anormal como o assassino – até às 22 horas de ontem ele continuava a negar até a aproximação com a vítima –, já tem, no entanto, todos os indícios de que prendeu quem caçava. O casal que permanece anônimo por conveniência social reconheceu Eraldo quando ele voltou ao local do crime curioso em saber se o conheciam.

Um mestre de obras, cuja identidade também é mantida em sigilo, viu o rapaz entrar na residência da vítima minutos antes do crime. Uma moça e um homem idoso viram-no sair escondendo o revólver sob a camisa e um anormal testemunhou na semana passada uma discussão com agressões que ele teve com Paulo, nas imediações do pátio de São Francisco.

O casal, que falou com Eraldo quando ele saia da casa, é a peça mais importante da montagem que o delegado Genival Queiroz, de Investigações e Capturas, começou a fazer ontem para conseguir a confissão do anormal. O almoxarife cometeu a ingenuidade de voltar quinta-feira à rua Santo Elias e conversar com o casal, notadamente a mulher. Chegou a indagar se ela reconhecia nêle o rapaz de camisa vermelha que surgiu correndo do interior da residência vizinha pedindo socorros para Paulo.

GENIVAL VAI PEDIR PRISÃO PREVENTIVA

O delegado Genival Queiroz deverá pedir prisão preventiva para o funcionário da Secretaria das Finanças Eraldo Ayres Nóbrega de Araújo, com base nos inúmeros indícios de que ele parece ser o assassino de Paulo Rafael Lins, eliminado a bala terça feira na rua Santo Elias.

O titular de Investigações e Capturas considera que Eraldo continuará a negar a autoria do crime. Observou o delegado que os anormais são os criminosos mais impenetráveis e mesmo os interrogatórios mais rigorosos dão resultado negativo, ainda que o implicado enfrente testemunhas oculares e provas irrefutáveis.

O sr. Genival Queiroz mantinha-se entretanto, na posição de mero observador até às 22 horas de ontem e declarou que o almoxarife é o suspeito n. 1 ponderando que poderá surgir outro implicado a qualquer momento. O clima da DIC era de expectativa, com vários auxiliares do delegado aguardando ainda a confissão de Eraldo.

Durante a tarde, a praça Rio Branco ficou repleta de curiosos, enquanto o homossexual, detido às 16 horas na Secretaria das Finanças, era submetido a interrogatório intenso, no próprio gabinete do secretário de Segurança Pública, coronel Walmir Nóbrega.

VIOLENTO

Eraldo Ayres Nóbrega de Araújo, detido na tarde de ontem como o provável assassino de Paulo Rafael Lins, é, além de homossexual, um débil mental de temperamento violento, é um suspeito de sangue frio e respostas calculadas como demonstrou no interrogatório a que foi submetido do fim da tarde até as últimas horas da noite.

Estudante, tem 28 anos e é natural de Patos. É filho do médico Osman Araújo. Sua preocupação sem responder sem contradições deixou o sr.

Genival Queiroz intrigado, pois nem mesmo a acareação com o casal que o viu deixar a casa do crime permitiu ao delegado observar qualquer reação emocional que denunciasse sua culpa (“Anormal é detido como criminoso da Sto. Elias”. *A União*. João Pessoa, 21 de ago. de 1971).

Como na primeira notícia envolvendo sujeitos homossexuais, o fragmento acima também está carregado de adjetivos que estigmatizam comportamentos considerados desviantes. No entanto, este último caso traz outros elementos importantes que merecem reflexão mais aprofundada — e que abordaremos adiante.

A respeito do crime, o periódico relata que o “anormal” Eraldo seria o principal suspeito pelo assassinato de Paulo Rafael Lins, ocorrido na rua Santo Elias, no centro de João Pessoa. Segundo a reportagem, a motivação do crime teria sido a recusa da vítima em emprestar dinheiro ao acusado, que já era considerado um mau pagador. A suspeição sobre Eraldo é sustentada por depoimentos de testemunhas anônimas, sendo a principal delas um casal que afirma tê-lo reconhecido após ele retornar à cena do crime para perguntar se era conhecido por ali, atitude que gerou suspeitas.

No decorrer da investigação, a polícia hesita em incriminar o sujeito, embora o considere o principal suspeito do assassinato. Além disso, o fato de Eraldo ser homossexual é utilizado como elemento adicional para reforçar sua suposta propensão ao crime. Segundo Angrimani Sobrinho:

O tratamento que o jornal sensacionalista dá ao homossexual é preconceituoso, marginalizante, ofensivo e retrógrado. O homossexual aparece como um perverso degenerado, cuja conduta fere a “normalidade” e coloca em risco as instituições. Pedroso, em sua tese, afirma que o jornal sensacionalista faz do homossexual “algo escandaloso, cômico, provocador, perturbador e agressivo”. O desvio da ordem, que disciplina com rigidez os papéis masculinos e femininos, considera o homossexual “inaceitável, sujo e doentio”. [...] O jornal sensacionalista, ou melhor, os produtores do jornal sensacionalista deixam mais uma vez a instância moral prevalecer e há aí uma dupla submissão: 1) a que processa na cabeça do jornalista, que por um processo de motivação subjetiva utiliza a homofobia como um escudo protetor, isto é, ataca no outro aquilo que recusa nele próprio; 2) processo semelhante ocorre no leitor ao aceitar, repercutir e aderir à mensagem preconceituosa (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 66-69).

A partir disso, é possível perceber que o repórter policial expressa o desejo velado de que o acusado seja punido — não apenas por supostamente ter cometido um assassinato, mas porque era homossexual. Inclusive, o delegado do caso, Genival Queiroz, afirma que “os anormais são os criminosos mais impenetráveis e mesmo os

interrogatórios mais rigorosos dão resultado negativo”. Ou seja, toda a estrutura da acusação recai sobre a orientação sexual do suspeito.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao chamado “interrogatório intenso” ao qual Eraldo foi submetido — uma expressão que levanta dúvidas quanto aos métodos utilizados, mas que não é detalhada na notícia.

A estigmatização do acusado segue ao longo da reportagem. Eraldo é descrito como, “além de homossexual, um débil mental de temperamento violento, um suspeito de sangue frio e respostas calculadas”. O curioso é que a própria matéria relata que ele respondeu de maneira coerente e sem contradições — algo que dificilmente se esperaria de alguém com severas limitações cognitivas, segundo a lógica empregada pela própria imprensa.

Por fim, surge um dado novo sobre a identidade do acusado: Eraldo Ayres de Araújo, além de almoxarife da Secretaria de Finanças, era estudante e filho do médico Osman Ayres de Araújo, natural de Patos. Ou seja, não se tratava de “um sujeito qualquer”. Seu bisavô, Firmino Ayres Albano da Costa, foi coronel da Guarda Nacional, e seu avô, José Peregrino de Araújo Filho, foi o primeiro médico a instalar consultório na cidade de Patos, além de ter governado o município entre os anos de 1913 e 1929. Diante disso, é provável que a trajetória educacional e social de Eraldo — funcionário público, oriundo de família tradicional — tenha influenciado a forma como sua acusação foi conduzida.

Outro aspecto relevante é que, conforme a própria matéria indica, não há nenhuma testemunha que afirme com certeza que Eraldo tenha de fato solicitado o empréstimo à vítima. Não se trata aqui de defender sua inocência ou culpabilidade, mas de analisar como a imprensa e a polícia tratavam sujeitos considerados “desviantes” — e, em muitos casos, como esse comportamento era elevado à condição de principal fator de incriminação. Tanto Eraldo, em João Pessoa, quanto Neusa, em Campina Grande, compartilham o destino de serem perseguidos moralmente por seu modo de vida.

No entanto, há uma diferença fundamental: enquanto o acusado de Campina Grande era pobre, sem acesso à defesa formal e rapidamente levado à prisão, Eraldo — de origem nobre e com capital simbólico — foi investigado com mais cautela e teve acesso a um advogado, que chegou a apresentar como argumento de defesa a alegação de que ele seria “débil mental” e, portanto, inimputável.

Diante disso, podemos concluir que, mesmo sendo *A União* um jornal oficial do Estado — o que, em tese, sugeriria maior formalidade e sobriedade em sua cobertura —, sua narrativa adere aos moldes da imprensa marrom do século XX. Fica clara sua função moralizadora no tratamento de sujeitos marginalizados, reforçando preconceitos sociais em vez de mediá-los de forma crítica.

2.2.2 Maconheiros

Anteriormente, discutimos brevemente como as notícias abordavam o uso da maconha, sempre referindo-se ao entorpecente como “Erva Maldita”. Neste tópico, pretendemos aprofundar a análise sobre a construção narrativa em torno da droga, especialmente no que diz respeito aos sujeitos envolvidos. Abaixo, apresentamos a primeira notícia relacionada ao tema:

SARGENTO PRENDE CHEFE

O sargento Celso Henrques, comissário da Branca Dias, conseguiu prender o chefe da “gang” de maconheiros, José Duarte Soares, de 39 anos, residente à rua Saturnino de Brito, s/n, o que a muito vinha agindo naquele bairro. O vendedor da “Erva Maldita” se encontra recolhido ao xadrez da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, a disposição do delegado Iran Lordão, e hoje será transportado para a Penitenciária Modêlo, onde aguardará o pronunciamento da justiça (“Sargento prende chefe”. *A União*, João Pessoa, 21 de jan. de 1970).

A título de exemplo, a notícia acima caracteriza dois movimentos informativos: o primeiro refere-se à linguagem objetiva e resumida, com pouca descrição do sujeito; o segundo, mesmo sendo uma nota breve, carrega elementos simbólicos que demonizam tanto a substância quanto o envolvimento com ela, reiterando os desdobramentos possíveis para quem “ousa” usar ou comercializar a droga.

A próxima ocorrência analisada traz mais detalhes sobre o acusado, acentuando a suposta degradação moral provocada pelo consumo da maconha

POLÍCIA PROCURA MACONHEIRO QUE FUMAVA COM UMA CRIANÇA NO COLO

Agentes da Delegacia de Investigações e Capturas e Fiscais do Juizado de Menores, estão delingenciando no sentido de localizar e prender o maconheiro José Francisco da Silva, vulgo “Xaninho”, residente à rua 12 de outubro-1044, em Jaguaribe.

A prisão do maconheiro foi autorizada pelo delegado Genival Ayres de Queiroz e pelo juiz Mário de Moura Rezende porque “Xaninho” além de

fumar cigarros de maconha abertamente em sua residência, colocava uma menor no colo e divertia-se com a tontura provocada pela fumaça do “fininho” na criança.

DENÚNCIA

O fato foi denunciado às autoridades policiais pelos vizinhos de “Xaninho”, que ficavam penalizados com o estado que se apresentava a criança depois de receber baforadas de maconha no rosto.

O juiz Mário Moura Rezende disse que de acordo com algumas informações recebidas ontem, através de alguns companheiros do maconheiro José Francisco da Silva, que o mesmo encontra-se foragido na cidade de Mamanguape em casa de parentes. (“Policia procura maconheiro que fuma com uma criança no colo”. *A União*, João Pessoa, 28 de ago. 1971).

Essa reportagem levanta algumas questões que, a nosso ver, revelam certo exagero por parte do redator. Primeiro, mesmo que José Francisco estivesse fazendo uso da substância, trata-se de uma prática realizada no espaço de sua própria residência. Em seguida, surge o elemento com claro intuito de chocar o leitor: o suposto divertimento do acusado ao soprar fumaça no rosto de uma criança. É plausível que o uso da droga tenha ocorrido, mas o caráter grotesco, imoral e desumano imputado ao ato parece situar-se mais no domínio das fofocas de vizinhança, especialmente considerando o fato de que Jaguaribe era um bairro socialmente dividido, sendo a localidade da residência de “Xaninho” associada à parcela mais pobre (OLIVEIRA, 2012, p. 60). Não podemos, tampouco, descartar o uso da criatividade narrativa típica do cronista policial ao redigir o texto.

A próxima ocorrência refere-se à prisão de três homens em situação de flagrante por uso de maconha. A notícia afirma:

TRÊS MACUNHEIROS PRÊSOS EM CRUZ DAS ARMAS QUANDO PUXAVAM A “ERVA”

Foram presos pelo sargento Hermes Jacinto, comissário do bairro de Cruz das Armas quando se encontravam com vários cigarros de maconha e um punhado da “Erva Maldita”, 23 anos residente na Travessa São Benedito; Guiomar da Silva, 24 anos, residente na Travessa Tiradentes e Cláudio Pereira, 19 anos, residente à rua São Luiz, 15, localizado no Jardim São Samaritano.

Os citados foram levados para a Delegacia de Investigações e Capturas, onde foram apresentados ao bacharel Genival Ayres de Queiroz e em seguida transportados para a Sub-delegacia da Polícia Federal do Estado, ficando à disposição do delegado J. Guimarães.

“ZÉ DA BARRACA”

O mais implicado dos três maconheiros é Reginaldo Gerônimo da Silva, que segundo ele mesmo informou na DIC adquiriu trinta cigarros de um maconheiro conhecido por “Zé da Barraca”, residente em Natal, mas que desde o último dia 30 não apareceu em nossa Capital. Também Guiomar da Silva está seriamente complicado, uma vez que roubou revólver da Secretaria de Segurança Pública e trocou com Cláudio Pereira por alguns cigarros, tendo este por sua vez vendido a arma em Guarabira (“Três macunheiros presos em Cruz das Armas quando puxavam a ‘Erva’”. *A União*, João Pessoa, 25 de set. de 1971).

Esse excerto oferece elementos importantes para compreendermos tanto o contexto local quanto o nacional envolvendo o uso da maconha. Embora inicialmente pareça tratar-se de mais uma notícia sobre usuários detidos, há dois fatores que diferenciam esse caso. Em primeiro lugar, trata-se do primeiro registro em toda nossa prospecção em que os acusados são encaminhados à Polícia Federal, o que sugere um agravamento do enquadramento jurídico. Em segundo lugar, a reportagem menciona que a droga teria sido adquirida com um fornecedor de outro estado, o que pode ter sido interpretado como indício de tráfico interestadual. Soma-se a isso o fato de um dos envolvidos estar relacionado ao roubo de uma arma da própria Secretaria de Segurança Pública.

É de conhecimento geral — possibilitado pelo relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa — que a Polícia Federal foi um dos principais órgãos para onde eram levadas pessoas consideradas subversivas. Além disso, o início da década de 1970 corresponde ao período de governo do general Emílio Garrastazu Médici, que sempre se posicionou enfaticamente em defesa do combate ao uso de substâncias entorpecentes. Nesse contexto, o consumo de drogas era associado às camadas populares e à juventude, sendo tratado como uma patologia social que conduziria à degradação moral por meio do crime e da prostituição.

Dessa forma, as representações sociais dos sujeitos que comercializavam ou consumiam entorpecentes nos jornais os enquadravam como terroristas, assassinos e dependentes — o que reforçava o pânico e a comoção pública. Não por acaso, esse comportamento passou a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (BROPP; FREDACZ, 2024).

É também nesse período que surge o *Glossário de Entorpecentes e Drogas Afins*, material elaborado pelo delegado José Guimarães Alves, da Polícia Federal. O

documento, encontrado pela equipe da BBC News Brasil, revela a associação explícita entre o consumo de maconha e conspirações de cunho comunista:

O documento esquecido, encontrado pela **BBC News Brasil**, é um registro histórico do pensamento que guiou a atividade policial no início dos anos 70, em plena ditadura militar, durante a ascensão do fenômeno internacional da guerra às drogas.

O livro tentava organizar termos e conceitos que poderiam ser usados para identificar supostos criminosos e reflete um momento em que pouco se sabia na instituição sobre as drogas, seja sob o ponto de vista científico, seja no sentido de repressão ao tráfico. Um jornal chegou a chamar a obra de “a mais recente inovação no combate à onda de alucinógenos”, em 1971.

Jornais da época mostravam um cenário de ascensão do uso e comércio dessas substâncias, que preocupava autoridades na polícia e no governo. A interpretação de parte delas — inclusive do chefe do órgão de repressão às drogas que escreveu o glossário, segundo estes jornais — é que este fenômeno estava ligado a uma estratégia internacional do comunismo de “estímulo ao vício” (TOLEDO, 2025).

Dito isso, é fundamental ressaltar que não havia, estritamente falando, uma “criminalidade pessoense” desvinculada do restante do país. A vigilância sobre indivíduos considerados subversivos — incluindo jovens, pobres, estudantes e moradores da periferia — fazia parte de uma política de Estado. Assim, bairros como Cruz das Armas, com forte presença operária, não escaparam dessa lógica repressiva.

Concluímos, portanto, que muitas das notícias que aparentemente poderiam estar desassociadas do contexto político nacional — como prisões por uso de maconha ou furtos de pequena monta — estão, na verdade, profundamente conectadas ao projeto de país em curso naquele momento. Um projeto em que a criminalização da pobreza, o controle moral e o discurso da ordem constituíam os pilares de sustentação do regime autoritário.

2.2.3 Amantes

Com frequência, aparecem nas páginas policiais notícias sobre crimes envolvendo homens agredindo esposas (ou vice-versa), embriaguez por desilusão amorosa, ameaças de morte por separação e, em casos mais extremos, suicídios motivados por fins de relacionamentos. Neste subtópico, apresentaremos algumas dessas reportagens para que, a partir de nossa análise, possamos levantar reflexões sobre como os indivíduos das classes populares eram representados em relação a essas experiências afetivas.

Antes de adentrarmos nos fragmentos jornalísticos, é importante observar que todas as notícias envolvendo questões amorosas ou de relacionamento presentes na editoria policial referem-se exclusivamente a membros das classes populares. Tal recorte nos intriga, pois sugere que existiria uma forma “aceitável” de amar — e que aqueles ali expostos estariam desviando dessa norma.

A primeira notícia analisada refere-se à queixa prestada por um homem que teria sido ameaçado por uma prostituta após informá-la de que não manteria mais o relacionamento extraconjugal:

ABANDONADA PELO AMANTE TENTOU MATÁ-LO – Compareceu à Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, na tarde de ontem, Arnon Faustino dos Santos, residente à rua desembargador Trindade, nº 271, a fim de prestar queixa contra a mulher Ana Lúcia dos Santos, residente numa das “pensões alegres” localizadas na rua Maciel Pinheiro, pelo fato de a mesma viver a lhe perseguir, ameaçando-o de morte, motivo que vem levando Ana Lúcia a querer dar fim à sua vida é porque ele a deixou.

VAI CASAR

Arnon há muito tempo vivia maritalmente com Ana Lúcia, e depois de conhecer uma jovem decente e de família, veio a se apaixonar, comprou alianças e noivou com sua eleita. Até aí tudo corria bem entre eles. O tempo foi passando, a paixão aumentando e o como sempre acontece a vontade de casar tomou conta dos enamorados. Mas... tinha um problema que era Ana Lúcia. Arnon antes de contrair matrimônio, teria que deixar a sua amante, porém o “quipoco” era como avisar à Ana Lúcia, pois a maripôsia em virtude da convivência, morria de amor por ele. Depois de muito pensar, Arnon resolveu enfrentar a situação e deixar a mulher com quem um bom tempo viveu amasiado.

DESESPERADA

Ao receber o triste golpe, Ana Lúcia, ficou desesperada, e por hipótese alguma poderia aceitar o que aconteceu; chorando e implorando por tudo no mundo, ela pediu ao seu amante que não lhe deixasse, pois todo o amor que existia dentro dela, era dedicado unicamente a ele. Apesar do apelo, Arnon não voltou atrás pois já estava perdidamente apaixonado e decidido a casar com a verdadeira dona do seu coração. Foi embora, deixando a mundana a chorar.

VINGANÇA

Sabendo que nada deteria o seu amante querido, Ana Lúcia resolveu vingar-se, baseada na seguinte frase: “Se ele não vai ser meu, de ninguém será”. Disposta a tudo, ela armou-se de uma faca peixeira e foi à procura de Arnon no local de trabalho; porém na última tentativa apelou para uma reconciliação, mas logo foi desiludida. Vendo que tudo estava perdida, ela passou a agredir o seu ex-amante, mas logo foi dominada

Ultimamente, Ana Lúcia, vive a perseguir Arnon, dizendo que agora tem um revólver para mata-lo, e ainda por cima, diz também que vai se entender com sua noiva.

TEMEROSO

Sem saber o que faça, e temendo que o caso tenha consequências graves, Arnon pediu ao Titular da Especializada da Duque de Caxias, coronel Iran Lordão, que tomasse uma providência, a fim de evitar uma desgraça.

Depois de ouvir toda narrativa do queixoso, Iran Lordão, mandou que seus auxiliares localizassem Ana Lúcia, e trouxesse até a sua presença para dar uma explicação sobre o que vem acontecendo (“Abandonada pelo amante tentou matá-lo”. *A União*, João Pessoa, 13 de mar. de 1970, **grifos nossos**).

À primeira vista, a narrativa chama nossa atenção por fugir ao padrão de notícias curtas e desprovidas de detalhes. Por que interessaria a um jornal publicar uma ocorrência aparentemente insignificante? Como vimos ao longo deste trabalho, nada nas notícias é gratuito. O jornal desempenha o papel de porta-voz da ideologia dominante no que se refere à disciplinarização dos corpos. Logo, esse episódio está inteiramente conectado às formas de amar e de se relacionar aceitas pela sociedade.

Vejamos que, para além da prestação de queixa, o excerto jornalístico tem a intenção clara de funcionar como advertência: um exemplo para que os “homens de bem” evitem envolvimentos com mulheres “mundanas”. A narrativa constrói a figura de Arnon como alguém que “cai na real” e percebe que a mulher ideal para o casamento e a vida conjugal é aquela “decente e de família”. Outro ponto relevante diz respeito à tradição positivista do pensamento penal brasileiro. Ao tratar da prostituição em Campina Grande entre as décadas de 1930 e 1950, a historiadora Uelba Alexandre do Nascimento afirma:

O crime passional, segundo a Escola Positivista que, aliás, foi a que vigorou com mais ênfase no Brasil, era explicado pela proximidade do amor e da paixão com a loucura. [...] O ciúme torna-se uma doença em que o(a) acometido(a) é levado(a) aos gestos mais tresloucados, como o assassinato, ou agressões que beiram ao cômico, como “sapatadas” e “tamancadas” (NASCIMENTO, 2008, p. 179).

Nesse sentido, a atitude atribuída a Ana Lúcia é representada como uma patologia social. Assim como discutimos anteriormente sobre o uso da maconha em articulação com a repressão moral do período ditatorial, a prostituição também é enquadrada pelo conservadorismo promovido pelo regime militar:

A ditadura satanizava a liberdade sexual, entendida como parte da “infiltração comunista” que se desenvolvia “na corrupção dos costumes e da moral, no barateamento do sexo, no acanalhamento da mulher, do lar,

(...) para o fim único da dissolução da família”, como definiu o brigadeiro Agemar Santos no seu “alerta contra o inimigo”, lido numa solenidade promovida pelo Exército (CASADO, 2021).

Mais uma vez, o jornal assume o papel de educador moral dos comportamentos socialmente aceitáveis, de acordo com a lógica imposta pelo regime autoritário. Abaixo, apresentamos uma notícia que inverte a narrativa mais comum — a de violência masculina contra mulheres —, ao relatar um caso em que o marido foi agredido pela esposa:

TOMOU CARRASPANA E TERMINOU APANHANDO DA MULHER
 – O indivíduo Francisco, 33 anos de idade, residente à rua S. João, n. 9, no bairro do Rangel, no dia de ontem amanheceu com uma vontade louca de tomar uns pileques, e depois de muito pensar, resolveu queimar o expediente na firma onde trabalha, e logo no primeiro boteco que encontrou, tomou uns goles de “Capim Santo”, e bar após bar, foi enchendo a cuca de aguardente.

Depois de ingerir boa quantidade de cana, Francisco resolveu ir para casa e quando chegou em sua moradia, passou a bancar o “Brabo”, querendo espancar os filhos e esposa.

REAGIU

A esposa de Francisco vendo que seu marido ia bater em todos de casa, armou-se de um “cacete” e mandou a lenha no “cheio de cana”, até o sangue brotar de sua pele, tendo inclusive fraturado uma perna de seu companheiro.

Quebrado de tantas pauladas que recebeu da mulher, Francisco, ficou bonzinho da cachaça e procurou o Hospital de Pronto Socorro para ser medicado (“Tomou carraspana e terminou apanhando da mulher”. *A União*. João Pessoa, 5 de mar. de 1970).

Esse excerto, em contraste com a recorrência de notícias sobre homens que agredem ou assassinam suas companheiras, apresenta uma inversão. Em nossa leitura, a narrativa condena o comportamento desviante de Francisco, que, ao invés de cumprir seu dever como trabalhador e chefe de família, decide faltar ao trabalho para “encher a cuca de aguardente”. A embriaguez desestrutura o lar e o deslegitima enquanto figura masculina responsável.

Diante disso, não restando alternativa, a esposa, ao contrário do marido, posiciona-se como defensora da família, reagindo à iminente violência. O tom da reportagem é anedótico, justamente por se tratar de uma situação incomum — uma mulher agredindo um homem —, mas a mensagem implícita é clara: que sirva de lição. Em nossa interpretação, a agressão da esposa aparece como uma forma de punição

simbólica, uma espécie de vergonha pública imposta ao homem que rompe com seu compromisso moral (o trabalho) em nome do lazer e da desordem.

2.2.4 “*Marginais Mirins*”

Um dos temas mais recorrentes nas páginas do jornal *A União* é a presença de menores de idade perambulando pelas ruas e envolvidos em crimes diversos. Por se tratar de crianças e adolescentes, esse é um dos poucos momentos em que os jornalistas parecem buscar compreender as raízes do problema e sugerir soluções. No entanto, apesar dessa aparente preocupação, as propostas e a abordagem continuam centradas na disciplinarização por meio da institucionalização — como prisões, casas de correção e internações —, sem adentrar em alternativas estruturais que envolvam o aspecto socioeconômico da questão. Nesse contexto, a reincidência de jovens nas páginas policiais torna-se constante, seja pela prática de furtos e assaltos, seja pelas frequentes fugas dos estabelecimentos onde estavam detidos.

Antes de analisarmos as notícias em si, é relevante conhecer a posição institucional do jornal e das autoridades sobre a questão dos menores infratores. Vejamos abaixo um excerto da coluna que discute o agravamento da presença de “pivetes” na cidade:

PROBLEMA DOS PIVETES SE AGRAVA E JUIZ NÃO TEM SOLUÇÃO

O problema do marginal mirim volta a ser o assunto principal em João Pessoa. Ultimamente diversas casas comerciais tiveram suas vitrines quebradas por uma quadrilha de pivetes. Nas calçadas da Guedes Pereira e B. Rohan, senhoras e senhoritas foram assaltadas. E na caça aos pivetes o chefe dos fiscais de menores, em luta corporal com um deles, teve a cabeça fraturada sendo socorrido no HPS.

Este problema agrava-se dia-a-dia, já sendo inclusive assunto de discussão na Câmara Municipal, que solicitou ao Juizado de Menores o recolhimento dos pivetes à Colônia Penal de Mangabeira. Lembra a Câmara, que em 1969 este mesmo problema existiu e foi resolvido com o recolhimento dos menores em Mangabeira.

PALAVRA DO JUIZ

O juiz Mário Moura Rezende, da 6^a Vara de Menores da Capital, disse à reportagem de *A UNIÃO* que os fatores básicos desse quadro sócio-econômico-cultural decorre da “baixa-renda familiar, condições de saúde, habitação precária, analfabetismo, lares desfeitos, comportamento anti-social dos pais e a falta de preparo para o trabalho”.

Segundo o Juiz de Menores, o assunto é mais complexo do que se pensa. “Diariamente chegam a João Pessoa centenas de menores de Santa Rita e Bayeux, famintos, sem pais e sobretudo sem proteção da sociedade, procuram a Capital na esperança de matar a fome. Alguns ficam apenas ociosos e inúteis, outros tendem para a delinquência e tornam-se infratores”.

APERFEIÇOAMENTO SOCIAL

Continuando o juiz de Mário Moura disse que enquanto não chegar a fase de prosperidade econômica, e aperfeiçoamento social só mesmo a comunidade, num esforço conjunto poderá amenizar a situação dessa legião de menores marginalizados e preservar a ordem pública.

- Não é apenas um problema do Governo, mas de todos nós: meu, seu, do vizinho, do pobre, do rico, etc... Se não nos unirmos nessa conjuntura não sei onde iremos parar – disse.

ESTABELECIMENTO

Disse ainda o Juiz Mário Moura que o Juizado não dispõe de estabelecimento para recuperação de menores infratores. Mangabeira, que em 1969 foi importante centro da redução destes marginais, foi fechado em fins do ano de 1970. Já a Casa do Menor, situada na estrada da Penha, é uma prisão aberta. Ali o menor pode entrar e sair no mesmo dia, sem nenhum problema”.

- Para alimentação dos menores presos – continuou – temos que recorrer a toda sorte de expediente, inclusive pedir na Penitenciária Modélo, nos restaurantes, no comércio em geral e até sacrificar nosso próprio bolso. Na penúltima semana tivemos num só dia mais 32 menores detidos.

MENORES NO PORÃO

Adiantou o Juiz Mário Moura que os menores condenados nas 46 Comarcas do Estado vão também parar, provisoriamente, no porão do juizado, porque a Casa do Menor se recusa a aceita-los, alegando que não se arriscam a juntar menores altamente perigosos com as crianças marginalizadas daquele estabelecimento.

Finalizando o Juiz de Menores da Capital disse que o Juizado de Recife recebe mensalmente 10 mil cruzeiros para alimentação e transporte de menores, insto sem contar com as verbas normais. “Aqui não dispomos de verba para enfrentar o problema” (“Problemas dos pivetes de agravam e juiz não tem solução”. *A União*, João Pessoa, 8 de jun. de 1971).

Ao discutir a situação dos menores em São Paulo entre 1880 e 1924, Boris Fausto (2014) destaca um aspecto que nos parece fundamental para contextualizar esse debate: cada época constrói suas próprias concepções de infância e juventude, o que determina os caminhos que serão escolhidos para lidar com os “menores infratores”. Segundo o autor, durante o período de sua pesquisa, as soluções sugeridas pela imprensa oscilavam

entre abordagens paternalistas — como a adoção das crianças por famílias abastadas — e repressivas — como a criação de estabelecimentos voltados à punição, correção e privação da liberdade (FAUSTO, 2014, p. 96).

Nesse sentido, ao publicar o depoimento do juiz, o jornal parece buscar engajar a sociedade para uma solução mais humanizada, associando o fenômeno da delinquência juvenil aos efeitos da desigualdade social. No entanto, esse discurso de empatia entra em contradição com a forma como o próprio periódico trata os crimes cometidos por menores. Vejamos dois exemplos:

MARGINAIS MIRINS FORAM EXPULSOS DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO ESTADO

O diretor do Manicômio Judiciário do Estado entregou ontem pela manhã ao juiz Mário de Moura Rezende os perigosos marginais mirins conhecidos por “Rei das Cabeças”, [ilegível] e “Camões”, autores do enforcamento de um menor no interior do xadrez da Delegacia de Investigações e Capturas no ano de 1969.

Na oportunidade o doutor Tiago Formiga afirmou para o Juiz Mário de Moura Rezende que os menores estavam provocando desordens no Manicômio, soltando os alienados e tentando fugir prejudicando assim a administração daquela casa (“Marginais mirins foram expulsos do Manicômio Judiciário do Estado”. *A União*, 2 de dez. de 1970, p. 4).

OITO PIVETES COMANDADOS POR “PELÉ” FUGIRAM DA PRISÃO DO JUIZADO

Mais uma vez o marginal mirim “Pelé” conseguiu fugir do porão de presos do Juizado de Menores. Para isto utilizou um a faca-peixeira e um pedaço de ferro, com o qual arrombou uma das grades da pequena cela, na madrugada de ontem, levando consigo sete menores sergipanos que foram presos em João Pessoa.

Antes de fugir Pelé ameaçou de morte os dois menores “Cágado” e “Bigode”, companheiros de prisão, porque eles queriam denunciar a fuga dos oito mirins ao fiscal José Severino da Silva, que se encontrava de plantão naquela noite.

COMUNICADO

Ao tomar conhecimento da fuga dos mirins o fiscal José Severino da Silva comunicou o fato ao juiz Mário Moura Rezende que imediatamente convocou todos os fiscais de menores, iniciando assim as diligências no sentido de prender todos os fugitivos.

Às 10 horas de ontem, uma patrulha de fiscais chefiadas por Geraldo de Melo Fernandes conseguiu prender quatro dos menores, inclusive “Pelé” que já se encontrava com alguma quantia em dinheiro, roubada de uma senhorita na avenida Guedes Pereira.

ESTADO DE SERGIPE

A reportagem de *A UNIÃO* o marginal Pelé disse que pretendia viajar para o Estado de Sergipe, juntamente com um companheiro de lá, onde tentaria levar uma vida nova: “não quero viver na prisão, porém em João Pessoa ninguém quer me dá trabalho e o jeito é roubar” – disse.

Ao juiz Mário Moura Rezende o marginal mirim não quis confessar quem lhe entregou a faca-peixeira e a barra de ferro, utilizada durante a fuga.

PARA A PENITENCIÁRIA

O juiz Mário de Moura Rezende já instaurou inquérito para apurar a fuga dos oito menores e está providenciando o recambiamento do marginal mirim Pelé para a Penitenciária Môdelo do Estado, onde ficará à disposição do Juizado de Menores.

A mãe de Pelé, dona Maria de Lourdes da Silva, residente à rua Gustavo Feitosa, em Cruz das Armas, ao tomar conhecimento da fuga do filho, compareceu à presença do juiz Mário de Moura Rezende pedindo para que ele não medisse esforços para regenerá-lo (“Oito pivetes comandados por ‘Pelé’ fugiram da prisão do juizado”. *A União*, 30 de jun. de 1971, p. 4).

O contraste entre o discurso do juiz — que admite as dimensões socioeconômicas do problema — e a forma como o jornal noticia os casos envolvendo menores é evidente. Ainda que em certos momentos surja a tentativa de justificar as infrações pela miséria, fome e abandono, a linguagem empregada reforça o estigma e naturaliza a punição como única alternativa de controle social. Chama atenção, por exemplo, o uso de expressões como “marginal mirim”, “reincidente” e “perigoso”, além da dramatização que permeia as narrativas — “arrombou a cela”, “ameaçou companheiros”, “roubou senhorita”, “pretende fugir para Sergipe”.

O caso de “Pelé” é particularmente emblemático. Ele é apresentado como um delinquente astuto, influente e recorrente, cuja única alternativa de sobrevivência é o crime. O fato de o jornal ter publicado suas falas em tom de entrevista é incomum e talvez indique uma tentativa de legitimar o discurso do juiz sobre a crise moral e institucional, ou ainda de induzir o leitor a aceitar que esses indivíduos só poderiam ser “corrigidos” através do trabalho forçado e da disciplina punitiva.

O depoimento da mãe do jovem, dona Maria de Lourdes, também merece atenção: ao afirmar que “não medirá esforços para regenerá-lo”, ela aparece como uma figura que, voluntariamente ou não, legitima a repressão. Sua fala funciona como uma espécie de autorização moral para o endurecimento das medidas disciplinares, uma vez que vem de alguém que convive com o chamado “marginal mirim”.

Além disso, vale destacar que esse mesmo padrão narrativo se replica em outras frentes do debate sobre segurança pública. Em artigo de opinião publicado no jornal católico *A Imprensa* sob o título “João Pessoa e a criminalidade”, o autor Otávio Marinho Trigueiro defende abertamente o recrudescimento da repressão, apelando para “medidas enérgicas e rígidas” por parte dos poderes públicos diante de “indivíduos desalmados e traiçoeiros” (*A Imprensa*, 25 set. 1967, p. 8).

Observamos, portanto, que tanto no campo da cobertura noticiosa quanto nos editoriais e artigos de opinião, prevalece uma lógica punitivista. A criminalidade é tratada como desvio irrecuperável e os sujeitos — mesmo quando crianças ou adolescentes — são apresentados como ameaças a serem neutralizadas. A defesa de políticas socioeducativas aparece, no máximo, como discurso retórico, mas o tratamento dado aos casos específicos revela a verdadeira orientação moral da imprensa: vigiar, punir e disciplinar.

Nosso objetivo, com isso, não é romantizar a criminalidade na capital paraibana, mas oferecer uma outra leitura diante de um discurso hegemônico que rotula, hierarquiza e exclui. Trata-se de revelar como as camadas populares — sobretudo seus jovens — são enquadradas sob uma lógica de estigmatização que reforça o controle e a dominação social. Em última instância, o que se busca com essas narrativas é moldar um tipo ideal de cidadão conforme os valores desejados pelas classes dominantes da época.

2.3 Cruz das Armas nas páginas policiais

No que tange ao cotidiano do bairro por nós analisado, compreendemos que não há uma diferenciação substancial em relação à criminalidade observada em outros bairros da cidade. Por ser um bairro majoritariamente composto por indivíduos das classes populares, Cruz das Armas compartilha dos mesmos padrões de conflito e violência urbana, com exceção de alguns casos específicos — como a recorrência de notícias sobre garotas de programa e seus clientes nos prostíbulos localizados na rua Maciel Pinheiro, no centro da cidade.

Cruz das Armas, juntamente com o chamado “corredor da morte”, em Bayeux, aparece com frequência nas páginas policiais devido aos constantes acidentes e atropelamentos — algo compreensível, dado que o bairro funciona como porta de entrada

para João Pessoa para quem vem do Recife. Abaixo, apresentamos algumas notícias que envolvem crimes ocorridos no bairro:

RONDA POLICIAL

O indivíduo de nome Djanir Gomes de Souza, 31 anos de idade, residente à rua do Rio n. 280, foi preso na manhã de ontem por ter espancado barbaramente sua amante conhecida como Francisquinha.

Segundo queixa na Delegacia de Vigilância e Costumes, Djanir espancou sua amante pelo fato da mesma não ter lhe dado uma determinada quantia em dinheiro, e o citado elemento achou que poderia tomar-lhe o dinheiro, usando a pancadaria (“Ronda Policial”. *A União*, 5 de mar. de 1970).

MANÍACO FÊZ USO DE PILHAS COMO ARMA DE VIOLÊNCIA CONTRA AMANTE:

Um homem forte com quase 1 metro e 90 de altura, pesando cerca de 110 quilos, após discutir com a mulher Maria de Lourdes, em Cruz das Armas, raspou sua cabeça e sobrancelhas, deu-lhe uma surra violenta, rasgou a sua roupa e depois resolveu violenta-la com duas pilhas de rádio.

O nome do ‘Hércules’ é Gilberto Marques, proprietário de uma oficina para consertos de aparelhos de rádio e TV, residente na avenida Cruz das Armas, s/n. Maria de Lourdes, que era amante de Gilberto Marques, só não morreu porque correu nua para o meio da rua. Recebeu a proteção de populares e foi conduzida para o HPS, onde teve tratamento de urgência. Já Gilberto foi transportado para a Delegacia de Vigilância e Costumes, onde está preso à disposição do coronel Iran Lopes Lordão (“Maníaco fêz uso de pilhas como arma de violência contra amante”. *A União*, 3 de jul. de 1971).

NÃO QUIS PAGAR A CONTA DEPOIS DE BEBER MUITO

Foi preso na tarde de ontem, por uma guarnição da Rádio Patrulha, o indivíduo João Elias Gomes de Lima, solteiro, com 29 anos de idade e residente na rua Franca Leite, 229, em Cruz das Armas. Este elemento, depois de patrocinar, em um botequim daquele bairro, bebida para alguns de seus amigos, negou-se a pagar a conta e passou a desacatar o proprietário do estabelecimento.

Por sorte do dono do bar, quando o desordeiro já partia para a agressão física, chegou ao local o carro da Rádio Patrulha, cujos ocupantes efetuaram a prisão do valentão embriagado e o conduziram para o xadrez da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, onde ficará ele trancafiado, até liquidar o débito assumido e não cumprido” (“Não quis pagar a conta depois de beber muito”. *A União*, 11 de abril de 1973, p. 3).

COMISSARIADO DE MENORES EM C. DAS ARMAS

Será no Bairro dos Novais a instalação do Comissariado de Menores, cuja construção do prédio será iniciada dentro dos próximos dias. Para que a sede do comissariado de menores seja instalada confortavelmente, a família Otávio Novais fez doação de um terreno, que possibilitará a edificação de um prédio moderno. A confirmação da doação foi feita ante-

ontem no Juizado de Menores pelo dr. Onesipo Novais, numa rápida reunião. Ficou ainda confirmado que o prédio receberá o nome de Celso Novais, em homenagem ao ilustre juiz. Também foi doado um terreno na rua Abel Silva, em Cruz das Armas, onde será construído mais um Centro de Recepção de Menores (“Comissariado de menores em C. das Armas”. *A União*, 7 de jun. de 1973).

MULHER CEGA FOI SURRADA POR POLICIAL

Depois de difamar a filha menor do sr. Wilson Elias Vieira, o guarda noturno João da Penha, vulgo *João da Burra* ainda agrediu à cacetadas dona Maria da Penha Lima Vieira, mãe da menor, quando foi tomar satisfação, Dona Maria da Penha disse que o guarda não respeitou nem o fato de ser cega e sofrer do coração. Ele presta serviço no Posto Policial de Cruz das Armas, onde foi prestada a queixa, ‘Mas o comissário fez ouvido de mercador e não mandou prender o criminoso’, segundo denúncia do sr. Wilson Elias Vieira.

O guarda *João da Burra* andou espalhando nas adjacências que a filha menor de 14 anos do sr. Wilson Elias ‘não é mais virgem e vem andando com vários homens pelas caieiras’, o que fez o pai da menor submetê-la a uma vistoria.

Dona Maria da Penha, mãe da menor, disse que quando foi reclamar do fato junto ao guarda-noturno, este reagiu com uma cacetada na cabeça da velha, que a fez cair tonta no chão (“Mulher cega foi surrada por policial” *A União*, 28 de nov. de 1979, p. 11).

A partir dos trechos apresentados, percebemos que os crimes reportados vão desde condutas moralmente condenáveis (como o não pagamento de contas ou desacato) até ações de extrema violência. A única exceção entre os exemplos é a notícia sobre a instalação de um novo espaço para o acolhimento de menores — ainda assim, pensada sob uma lógica institucional de controle.

Chama atenção o uso de adjetivações distintas quando se trata de cidadãos comuns e quando o envolvido é, por exemplo, um policial acusado de agredir uma mulher cega. Mesmo diante da evidente vulnerabilidade da vítima e da gravidade do episódio, o tratamento dado ao agente estatal é suavizado — o que reforça os mecanismos de proteção simbólica em torno das autoridades públicas. Também se destaca a presença frequente de casos de violência contra a mulher, seja no âmbito da intimidade afetiva, seja em episódios externos à vida familiar.

A respeito das relações entre homens e mulheres no interior das classes populares, percebe-se que essas são moldadas por definições morais que impõem papéis específicos: o homem é apontado como provedor e dominador; a mulher, como submissa e moralmente inferiorizada. Essas expectativas não nascem das classes populares em si,

mas são historicamente construídas e reforçadas pelas classes dominantes, sendo posteriormente internalizadas e reproduzidas no cotidiano.

Diante das múltiplas dificuldades que compõem a vida dessas populações — como a escassez de recursos financeiros ou o controle sobre os gastos do lar — é comum que conflitos emergem e sejam tratados pela imprensa com ênfase nos estereótipos que associam agressividade, irracionalidade e brutalidade às camadas pobres da sociedade. Assim, entendemos que a violência contra a mulher, tal como aparece representada nos jornais, deve ser lida mais como um produto da ideologia patriarcal — que estrutura as relações sociais no capitalismo — do que como uma patologia inerente às classes populares. Em outras palavras, trata-se de um fenômeno sustentado por expectativas morais, papéis de gênero e relações desiguais de poder que a mídia, longe de neutralizar, acaba reforçando em suas páginas.

3. Lazer e cotidiano em Cruz das Armas

3.1 Preâmbulo

Durante a redação deste último capítulo, surgiram alguns questionamentos — ingênuos ou não — próprios do ofício do historiador. O primeiro deles, e talvez o mais inquietante, refere-se à tensão entre uma visão pragmática e, por vezes, utópica do fazer historiográfico: de que maneira esta dissertação pode contribuir para pensar e transformar, de forma concreta, as relações sociais, econômicas e culturais que atravessam o bairro de Cruz das Armas? O segundo questionamento é de ordem teórico-metodológica: em que medida as hipóteses aqui formuladas — como a estigmatização de Cruz das Armas como um bairro associado à criminalidade — encontram respaldo nas fontes analisadas?

Marc Bloch, em seu clássico *Apologia da História ou O ofício do historiador*, recorda-nos que “mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém. [...] Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. [...] Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes” (BLOCH, 2001, p. 43). Essa passagem oferece alguma resposta às angústias que enfrentamos como historiadores no século XXI, mas não é suficiente quando consideramos a perspectiva marxiana, expressa pela máxima de que, mais do que interpretar o mundo, é preciso transformá-lo.

Nossa pesquisa emerge de experiências vividas, não apenas por aqueles sobre os quais escrevemos, mas também por nós mesmos. Nas idas e vindas da Zona Sul de João Pessoa ao Centro da cidade, Cruz das Armas sempre esteve em nosso caminho. Observar aquele bairro — suas casas antigas, a paróquia, a danceteria fechada, o batalhão do Exército onde cumprimos o serviço militar obrigatório, o comércio pulsante durante o dia, a Associação Atlética Portuguesa, a farmácia Frei Norberto, o mercado público e sua gente — sempre nos despertou questionamentos sobre a história daquele espaço. Para quem não é de Cruz das Armas, o bairro costuma ser lembrado por sua principal avenida, que liga os transeuntes vindos da Zona Sul e do Recife à área central da cidade, ou pelas ocorrências criminais exploradas de forma sensacionalista pelos programas policiais do horário de almoço. Diante disso, compreendemos que nossa dúvida quanto à “serventia” deste trabalho é legítima: como romper com o senso comum estigmatizante do presente,

senão pelo resgate crítico do passado e pela valorização dessa marcha em constante movimento que é a História, feita por sujeitos concretos?

Essa reflexão levou-nos a perceber que pensar o passado de Cruz das Armas é, na verdade, enfrentar uma problemática do presente. Foi nesse ponto que emergiu o segundo questionamento: o confronto entre as hipóteses iniciais e as evidências empíricas.

Inicialmente, formulamos a hipótese de que havia uma vigilância sistemática sobre possíveis movimentos de resistência à ditadura, sustentada por uma estigmatização do bairro enquanto espaço marcado pela criminalidade. Supúnhamos que tal estigma era reforçado pelo jornal *A União*, veículo por meio do qual os interesses da classe dominante se expressariam, difundindo a ideia de que quaisquer desvios morais ou comportamentais à lógica burguesa deveriam ser reprimidos. Por ser amplamente reconhecido como um bairro de forte presença da classe trabalhadora — e tendo sido palco da dissolução de um comício com lideranças de esquerda, além de abrigar residências de familiares e integrantes do movimento comunista —, acreditávamos que faríamos uma descoberta inédita para a historiografia paraibana. Esse entusiasmo revelou-se, contudo, equivocado. A escrita da História é, muitas vezes, menos sobre o que desejamos encontrar e mais sobre o que as fontes nos permitem dizer. Percebemos, assim, que estávamos nos afastando do nosso norte historiográfico: a leitura da história a *contrapelo*.

No decorrer da análise dos jornais, constatamos que não havia uma repressão explícita ao movimento comunista em João Pessoa, tampouco uma estigmatização exclusiva do bairro de Cruz das Armas, como havíamos inicialmente suposto. As notícias policiais, discutidas no capítulo anterior, relatavam principalmente delitos de ordem moral e comportamental — como embriaguez, uso de palavrões e relações sexuais em via pública — e atos de violência, como brigas, agressões contra mulheres e homicídios. O que unificava tais ocorrências era o fato de envolverem indivíduos pertencentes às classes subalternas. Outro elemento recorrente nas matérias era o caráter disciplinador das ações policiais, seja pelo uso explícito da violência, “dando um corretivo”, seja por meios aparentemente mais brandos, como a detenção dos infratores até que aprendessem a não reincidir nos comportamentos considerados inadequados.

Quanto ao cotidiano retratado nas páginas dos jornais, encontramos referências dispersas ao carnaval, ao futebol e a algumas obras de infraestrutura, mas nada que evidenciasse práticas subversivas ou justificasse uma vigilância específica sobre o bairro. No entanto, a ausência também é uma evidência. Disciplinar, educar, corrigir e vigiar

determinados comportamentos das classes populares, mesmo que não fosse de maneira explícita, evidenciava o caráter coercitivo do regime instaurado no Brasil em 1964. O que queremos dizer é que a ausência de um combate explícito nos jornais não é sinônimo de não-vigilância, e a ênfase nas punições recebidas por aqueles sujeitos que mantinham condutas desviantes era uma forma de adequar a classe subalterna aos ideais de ser brasileiro que a ditadura almejava.

Sendo assim, buscando apresentar uma perspectiva contrária à ideia de um bairro marcado pela criminalidade ou por desvios morais, retrataremos vários elementos que mostram que o bairro de Cruz das Armas possuía um cotidiano diverso, marcado por formas de lazer proporcionadas pelos próprios moradores, relações de solidariedade e compadrio, rivalidades intra-bairros e com bairros vizinhos, a forte presença da Igreja Católica e de religiões de matriz africana, o futebol como um elemento cultural que une os moradores do bairro — ou seja, tudo que reflete a diversidade e a complexidade do cotidiano que ultrapassa as barreiras do senso comum.

3.2 Um bairro de fé: a religiosidade de Cruz das Armas

3.2.1 *A Paróquia São José Operário*

Como já mencionado no primeiro capítulo, a história do bairro de Cruz das Armas está intimamente ligada ao surgimento da Paróquia São José Operário desde a sua fundação como capela dedicada a São José, em 1930. O processo de desenvolvimento da capela, hoje paróquia, é contemporâneo ao processo de modernização urbana pela qual passou a capital paraibana. Assim, para além da devoção e fé da família Novais, que cedeu o terreno para a construção da capela, é preciso observar o contexto político e social no qual se inserem a Igreja Católica na época.

Na década de 1930, a capital do estado experimentava seu processo de modernização, no entanto as atualizações urbanísticas estavam restritas ao centro da capital pelo qual caminhavam, discutiam política e namoravam, os jovens e adultos da elite paraibana. Os bairros mais afastados, como é o caso de Cruz das Armas, não existiam energia elétrica e saneamento básico, e usufruir dos espaços públicos era algo distante da realidade. Podemos dizer que, a partir de 1935, com a criação da linha de bonde que ia até Cruz das Armas, o fluxo de trabalhadores aumentou consideravelmente, ocupando e

trocando informações não somente com os vizinhos de bairro, mas de outros locais. Nesse contexto, ganha força a disseminação dos ideais comunistas por meio do advogado João Santa Cruz, que buscava angariar o máximo de pessoas para a causa socialista. A Igreja Católica, através do jornal *A Imprensa* procurava condenar ao máximo o contato dos trabalhadores com o “sovietismo” (CHAGAS, 1996, p. 28-31).

Diante desse cenário, podemos dizer que a Igreja Católica irá agir em duas frentes: uma de caráter assistencialista, por meio de instituições de caridade voltadas às populações pobres; e outra de natureza sociocultural, com destaque para os Círculos Operários — espaços de lazer, educação e formação moral cujo objetivo principal era afastar os trabalhadores dos ideais socialistas e aproximar-los dos valores cristãos e da ordem vigente, de acordo com os princípios de mediação da relação capital/trabalho estruturantes da Doutrina Social da Igreja:

o principal objetivo da Igreja enquanto instituição seria promover, a partir dessa concepção preconizada na *Rerum Novarum*, uma atuação pastoral que despertasse entre os seus fiéis da classe operária a vontade de se reunir como trabalhadores em círculos operários católicos. A partir desses grupos, agentes pastorais e padres, assumiriam o papel de promover essa formação, na qual, os trabalhadores não estariam interessados em fazer uma Revolução para mudar a sua condição, mas sim, em buscar a concórdia de classes, através da qual obteriam uma melhoria de suas condições de vida a partir de uma perspectiva disciplinada e mangerada (NÓBREGA, 2020, p. 63).

Portanto, desde sua origem, a Paróquia São José Operário fez parte não só do cotidiano dos moradores de Cruz das Armas, mas também se constituiu em um elemento de identidade e união daqueles que vivenciaram missas, jogos de futebol e festas promovidas pela instituição religiosa. Isso fica mais evidente nos relatos dos moradores postados na página do *Facebook* “Cruz das Armas Velha Guarda”. Vejamos alguns dos relatos a seguir:

Eu era adolescente quando esse prédio da IGREJA SÃO JOSÉ OPERÁRIO começou a ser construído, Andei entre as paredes, por dentro da construção, junto com o meu pai, quando a altura ainda não atingia meio metro. O vigário da época era o Frade alemão, conhecido pelo nome de Norberto. Foi em homenagem a ele, que o Sr. Luiz colocou o nome de Frei Norberto em sua farmácia. Meu pai era bem conhecido no bairro de Cruz das Armas, porque consertava máquinas de costura [costura], às pessoas o conhecia por ANTONIO DAS MÁQUINAS. Morávamos na rua Presidente Felex Antonio, conhecida também como RUA DO RIO, fica na esquina com a XAVIER JUNIOR. Na outra esquina, do outro lado da rua, mais à direita, havia uma mercearia onde morava o Sr. João Azevedo, pai do atual

governador. Eu o conheço desde o seu nascimento, mas com certeza ele não me conhece (Cruz das Armas Velha Guarda. *Facebook*. 26 de maio de 2024)¹⁵.

PROMESSA FEITA E CUMPRIDA

Conforme prometi aos meus contemporâneos do antigo e saudoso bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, estou postando esta foto, como prova da minha participação na colocação do sino trazido da Alemanha, com a finalidade de chamar os fiéis para as celebrações religiosas na igreja São José, no nosso bairro. Na foto, estamos eu, Assis Farmacinha, que trabalhava numa farmácia quase em frente a Igreja e outros amigos, cujo nomes não consigo lembrar nem sei se ainda estão entre nós.

Com a promessa feita e cumprida, resta agora e tão somente, aguardar que os demais “operários” de tão grandiosa obra, se identifiquem, para que possamos comemorar tão grandioso feito HISTÓRICO (João Telino. Cruz das Armas Velha Guarda. *Facebook*. 18 de julho de 2024).

Em uma das publicações, é feita a pergunta: “Quem se lembra do conca? Círculo Operário Núcleo de Cruz das Armas. Vizinho a igreja São José”. Abaixo seguem as respostas:

Participante 1: “O organizador era o Sr. Dadá. Os padres Frei Tadeu e Frei Cláudio (alemães), obrigava a molecada a participar das missas pela manhã cantando, decoradas, canções religiosas.”

Participante 2: “Se não assistisse a missa, não jogava.”

Participante 3: “S. Dada q morava no porão da igreja onde era fabricado mosaicos, cobogos etc.”

Participante 4: “Eu também fiz o curso de datilografia lá, com a professora Edite, o qual me ajudou, (primeiramente Deus), a passar no concurso do DNER. Uma benção, fui chamada para o IBDF.” (Cruz das Armas Velha Guarda. *Facebook*. 3 de ago. de 2023)

Podemos perceber, por esses relatos, que a Paróquia São José Operário faz parte da vida dessas pessoas. Nas duas primeiras publicações, é notável o orgulho com que os participantes falam por terem contribuído para a construção do templo religioso. A Igreja é um elemento fundamental para a identidade do bairro, pois quem melhor para representar um bairro operário senão o santo padroeiro dos trabalhadores?

¹⁵ Optamos por manter o anonimato das publicações, exceto no caso de postagens feitas por figuras públicas. Também escolhemos transcrever os textos tal como foram publicados na comunidade virtual, em respeito aos moradores e ex-moradores de Cruz das Armas, que são os verdadeiros sujeitos desta dissertação.

Para além da edificação mais imponente do bairro, a paróquia é local de sociabilidade, caridade, doutrinação, lazer e acalanto em momentos de sofrimento. Ao longo das postagens, os membros da página fazem questão de lembrar que, em algum momento da história do bairro, eles contribuíram de bom grado para o funcionamento da Igreja, seja em sua construção, na atuação como parte da ala caridosa da paróquia, como coroinhas, na secretaria ou na organização das festas religiosas.

Nos comentários seguintes, é possível perceber a dimensão doutrinária dos Círculos Operários, que funcionavam como um espaço recreativo para jovens e trabalhadores, mas sempre conectados ao aspecto religioso, seu objetivo central. Além do Círculo Operário, havia o Grupo Escolar Frei Martinho, anexo à parte de trás da Paróquia. Com base nos inúmeros relatos de pessoas afirmando ter estudado na instituição educacional, conseguimos dizer que o Grupo Escolar Frei Martinho já funcionava por volta da década de 1960. Nesse sentido, gostaríamos de destacar o papel das mulheres que atuavam como professoras do colégio, sendo elas lembradas pelos participantes do grupo. O mais interessante, nesse ponto, é que, fossem as professoras ou o porteiro, todos eram moradores do bairro.

Abaixo, seguem mais alguns comentários que revelam o caráter de identificação de parte dos moradores de Cruz das Armas em relação à Paróquia São José Operário.

Participante 1: “Eu me batizei na minha igreja querida que eu amo tanto, paróquia São José operário, tenho orgulho de fazer parte da mesma, participei de vários grupos e atualmente como catequista de criança, desde 2005 até o presente momento, que para mim é muito gratificante e valoroso.”

Participante 2: “Casei nessa igreja, dia 04/ 10/ 1980 [...] Agora, são batizados meus netos.”

Participante 3: “Meus filhos foram batizados, fizerem a catequese , a primeira comunhão , crisma, e o mais velho casou aí. Muito linda nossa igreja...”

Participante 4: “Fiz o papel de Pilatos, várias vezes, nos anos 70, nas encenações da Paixão de Cristo. Direção de Dadá e do frei Constantino. Tinha que ter gogó para ser ouvido nas apresentações superlotadas.”

Participante 5: “Frei constantino o padre ruim pense kkkk. Frei Flávio era gente boa.”

Participante 6: “Reitores Frei Amadeu Frei Canísio Frei Constantino Frei Cláudio Frei Flávio Não sei se esqueci algum convivi com todos na maior harmonia Saudades desse tempo”

Participante 7: “Eu também fiz minha primeira comunhão com o Frei Flávio . Em 1969.”

Participante 8: “Nesse tempo eu morava com minha avó, então ela mim ensinou a todos os dias ao entardecer ir se benzer na igreja,e onde encontrasse o padre que nós naquela época os via em quase todo o lugar e pedir a benção era assim a nossa educação 1lugar era a religião.”

Participante 9: “Passei 27 anos entrando e saindo nesta Igreja Dava aula no Frei Martinho que pertencia a igreja sendo que os professores pertenciam ao Estado Participava dos eventos e das missas levando os alunos toda primeira sexta feira do mês para receberem a Eucaristia Era uma união perfeita entre pais alunos professores e funcionários Tempo bom pra que não dizer Maravilhoso Amo essa Igreja.”

Participante 10: “E foi nessa igreja que conheci o amor de minha vida no dia 24 de junho de 1973, foi o destino de Deus!”

(Cruz das Armas Velha Guarda. *Facebook*. 16 de jun. de 2023)

Ao analisar esses depoimentos, percebemos que realizar os sacramentos do catolicismo na paróquia do bairro é uma forma de demonstrar não só autoridade para rememorar o passado de Cruz das Armas, mas também de pertencer à comunidade. Sem extrapolar os limites da temporalidade ou cometer anacronismos, podemos atribuir essa forma de pertencimento a uma tradição cultivada pela Igreja Católica desde o período medieval, na qual “a exclusão do seu interior equivalia, para aqueles que a sofriam, à exclusão da vida social”, sendo o batismo a principal forma de inclusão na sociedade, “criando relações de parentesco artificiais entre os batizados e seus padrinhos e, também, entre os batizados e a comunidade, ou seja, a própria Igreja” (SILVA, 2021, p. 83).

Esses laços construídos pela comunidade, por meio da Igreja, demonstram o grau de identificação com o local em que se vive e com as pessoas com quem se compartilha o cotidiano, sendo essa identificação resgatada pela memória, que se “integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertença e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes tamanhos” (POLLAK, 2006, p. 25). Consequentemente, esse convívio não é necessariamente pacífico. Como demonstrado no primeiro capítulo, as opiniões sobre a família dos “amarelos” divergiam entre aqueles que os conheciam. Essa unidade sequer era completa em relação aos franciscanos que administravam a Paróquia, como é o caso dos comentários dos participantes seis e sete, nos quais o primeiro deixa clara sua preferência pelo Frei Flávio e sua antipatia pelo Frei Constantino, a quem considerava um “freu ruim”, enquanto o participante sete, talvez apó

ler o comentário do outro membro, enfatiza a harmonia e boa convivência que teve com todos os franciscanos.

Os relatos dos participantes oito e nove apontam para os fortes vínculos entre a Igreja Católica e a educação, para além da formação intelectual, pois a primeira educação era a religiosa. Mesmo em um país laico, com professores contratados pelo poder público, as crianças da escola Frei Martinho deveriam comparecer às missas e realizar a eucaristia. Além disso, havia uma conexão comunitária, pois os pais estavam nessas cerimônias — o que podemos interpretar como um processo de disciplinarização moral das crianças frente aos pais, às professoras e à religião.

Como demonstrado neste subtópico, a Paróquia São José Operário é um elemento central no processo de construção da identidade dos moradores de Cruz das Armas, bem como um espaço de sociabilidade e educação moral. Vários elementos contribuem para sua forte presença, mas destacamos principalmente o aspecto ideológico, quando sua atuação visa afastar os trabalhadores dos ideais socialistas, e o aspecto assistencialista, presente desde o surgimento do bairro, com a presença dos franciscanos e o combate à mendicância na capital na primeira metade do século XX.

Mais adiante, trataremos do lazer operário, no qual novamente a Igreja se fará presente.

3.2.2 *Por onde andam os terreiros?*

Ao longo da nossa pesquisa, pouco lemos ou ouvimos falar sobre a presença das religiões de matriz africana no bairro de Cruz das Armas. No que tange à comunidade virtual *Cruz das Armas Velha Guarda*, não encontramos nenhuma menção explícita aos terreiros, aos líderes religiosos ou a alguma situação do cotidiano que tivesse relação com tais religiões, mesmo Cruz das Armas sendo um local de importância histórica na luta pela liberdade religiosa na Paraíba.

Nos jornais, encontramos mais atenção ao tema do que esperávamos e atribuímos a recorrência de notícias ao fato de o periódico *A União* ser o porta-voz oficial do Estado, e o governador João Agripino ter sido responsável por sancionar a Lei nº 3.433, de 1966, que permitia “o livre exercício dos cultos africanos na Paraíba”. No entanto, ao passo que se tem atenção às festividades dessas religiões, também se observam várias denúncias acerca das práticas dos rituais religiosos.

Vejamos os casos a seguir:

XANGÔ PERTUBA FAMÍLIAS NA TÔRRE

Compareceram na tarde de ontem, a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, com a finalidade de prestar denúncias contra um pai de santo, de um Xangô existente na rua Caetano Filgueiras, no bairro da Tôrre, o sr. José Tavares e a Sra. Maria Nóbrega, residentes próximos ao referido Xangô.

Na queixa ao delegado Iran Lordão, disse que vivem todos que habitam naquela artéria e adjacências obrigados a passarem a noite em claro em virtude da pancada do bombo, como também das cantigas invocando os espíritos, que se prolongam madrugada a dentro.

Após ouvir a denúncia, o titular da Especializada, mandou registrá-la e hoje possivelmente comparecerá em seu gabinete o pai de santo, para dá as explicações que o caso requer (“Xangô pertuba famílias na Tôrre”. *A União*, 23 de jan. de 1970, p. 5).

DEPOIS DE 15 ANOS ACHOU QUE XANGÔ ERA UMA FARSA

Acusando a Umbanda de “desorganizada, cheia de elementos invejosos e influenciados por Exú e Lucifer”, o ex-babalaorixá Luiz de Almeida, após mais de 15 anos de atividades nos cultos afro-brasileiros de origem Nagô, anunciou esta semana a sua conversão à religião protestante, ficando congregado à Igreja Batista da Renovação, situada no bairro de Cruz das Armas.

Após a sua conversão, um dos primeiros atos do ex-babalaorixá foi procurar os jornais e emissoras da Capital para explicar as suas razões, afirmando que “na certa arranjarei muitos inimigos, porém não me arrependo do meu ato e inclusive já queimei ou enterrei grande parte dos meus pertences utilizados nos rituais”

CURTA HISTÓRIA – Aos sete anos de idade o sr. Luiz de Almeida, que é natalense, entrou para a Umbanda e já aos 14 anos fazia suas obrigações para se tornar babalaorixá, tendo como pai-de-santo o babalaorixá Joãozinho da Goméia, bastante conhecido dos meios umbandísticos do Sul do País. O seu iniciador foi o pai-de-santo Mauro Miranda, do Estado de Pernambuco, onde reside atualmente.

Encontrando dificuldades para explicar dentro da lógica a sua saída da Umbanda, o pai-de-santo prefere alegar “problemas de consciência” ou mesmo de “íntimo”, dizendo inclusive que “estava bastante enganado”. Sem demonstrar nenhum remorso, afirma que “em três meses destruí o que consegue em 15 anos”, querendo dizer com isto que por três meses esteve orando dentro do “peji” trancado, mas não encontrou a verdade.

Não mais acreditando no sincretismo existente entre os santos da religião católica e os “orixás” dos cultos nagôs, o “irmão” Luiz de Almeida prepara-se agora para fazer “profissão de fé” na religião de Lutero, iniciando os estudos que poderá levar 10 anos. Bastante moço, pois está com pouco mais de 20 anos, poderá aos 35 conseguir o segundo título de sua vida. (“Depois

de 15 anos achou que Xangô era uma farsa". *A União*, 1 de fev. de 1970, p. 5)

BABALAORIXÁ TENTOU SUICÍDIO COM ÁGUA SANITÁRIA

A babalaorixá Alice José dos Santos, 21 anos de idade, residente à rua Salvador Albuquerque s/n [Bairro do Baixo Róger], tentou suicídio na manhã de ontem ingerindo uma garrafa de água sanitária, numa tentativa de "lavar a alma".

O motivo que levou Alice a praticar o tresloucado gesto, se prende ao fato da mesma ter sido alertada pelo comissário de polícia do bairro. Com relação aos espancamentos que a mesma vinha aplicando em sua filha menor R. M.

Depois de receber o aviso daquela autoridade, o temor tomou conta da babalaorixá, levando-a ao desespero ao ponto de fazê-la tentar desertar da vida.

A vítima foi socorrida pelos vizinhos e transportado as pressas para o Hospital de Pronto Socorro, onde foi colocada fora de perigo pela equipe médica do horário. (Babalaorixá tentou suicídio com água sanitária. *A União*. 19 de fev. de 1970, p. 5)

PAI DE SANTO TENTA SUICÍDIO NO “CABOCLA JUPIRA”

Uma tentativa de suicídio ocorreu sábado último na Vila Japonesa, Jardim 13 de Maio, quando o babalaorixá João Bôca Rica, pai de santo e chefe do terreiro de umbanda “Cabocla Jupira”, resolveu ingerir grande quantidade de formicida. Em estado agonizante, o pai de santo foi levado às pressas para o Hospital General Edson Ramalho, onde após permanecer quase 10 horas sob os cuidados médicos foi transportado por seus familiares para sua residência.

A causa principal que levou o babalaorixá João Bôca Rica a cometer o tresloucado ato foi o desaparecimento de uma porção de cabelo considerado sagrado pelo pai de santo, que passou a discutir com sua esposa, Tânia, e sua irmã Conceição, culpando-as pelo desaparecimento dos cabelos. (Pai de santo tenta suicídio no “cabocla Jupira”. *A União*. 18 de jan. de 1972, p. 4)

Como mencionamos anteriormente, a temática em torno das religiões de matriz africana no jornal *A União* será algo constante. Acima, trouxemos notícias que envolvem situações que podem sugerir uma interpretação negativa acerca dessas religiões. Assim como nas notícias criminais, as ocorrências que envolvem a umbanda, candomblé ou

jurema são postas em tom anedótico e sensacionalista, a começar pelo termo “Xangô”, utilizado de maneira pejorativa para se referir a essas religiões.

Além disso, nota-se a construção narrativa feita pelo repórter ao inserir seu juízo de valor, afirmando que aquela prática era incômoda e, ainda pior, por incomodar famílias. O jornalista ainda enfatiza que as “pancadas do bombo obrigam as pessoas a passarem a noite em claro”, criminalizando indiretamente o ritual por privar as “famílias ordeiras” do seu descanso, acrescentando ainda um fator sobrenatural, que são “as cantigas que invocam espíritos”. Tal construção estabelece um pré-julgamento antes mesmo do babalorixá ser ouvido pelo delegado, alimentando assim um preconceito naqueles que leem tal notícia.

Na notícia seguinte, é dedicada uma longa matéria sobre um suposto babalorixá que decidiu trocar de religião devido à influência de “Exu e Lúcifer”. O que chama atenção não é somente a associação das religiões de matriz africana ao mal, representado pelas entidades supracitadas, mas também a excepcionalidade da longa matéria sobre algo, em tese, irrelevante para o cotidiano da sociedade.

Podemos dizer que a violência, independentemente da sua abordagem sensacionalista, é algo intrínseco ao cotidiano da população, mas qual seria o interesse de relatar toda a trajetória religiosa de um ex-babalorixá que se converteu ao protestantismo? Ao nosso ver, mesmo em um regime de exceção, existe um certo grau de liberdade do jornalista, o qual é aplicado em notícias de ordem moral, costumeira e religiosa. Dessa forma, destacar os motivos que levaram à mudança de religião por um líder religioso pode atribuir algum tipo de legitimidade aos preconceitos religiosos e à possibilidade de mudança por parte das pessoas comuns. Nas outras duas notícias que seguem esse extenso relato, são informadas duas tentativas de suicídio, algo comum nas páginas do periódico, senão pela ênfase na posição religiosa que os indivíduos mencionados ocupam, corroborando para um pensamento instável, violento e supersticioso dessas pessoas.

Outro caso que chamou nossa atenção é o “Crime do Xangô”, que, pelo título, pode-se imaginar que tenha alguma relação com a religião. O fato, relatado durante meses n’*A União*, corresponde a um assassinato perpetrado por uma mulher chamada Ivonete, que também era filha de santo, contra uma irmã de religião chamada Maria das Graças. O crime ocorreu em oito de maio de 1972 no terreiro de umbanda Caboclo Guaracy, liderado pela Ialorixá Zete Farias, localizado no bairro do Oitizeiro, vizinho a Cruz das Armas. O motivo do crime foi o envolvimento amoroso de Maria das Graças com José

Célio, do qual Ivonete supostamente era amante. Durante meses, o crime narrado pelas páginas policiais misturou-se aos aspectos religiosos. Em uma das notícias, Zete Farias foi entrevistada e negou que estivessem acontecendo reuniões secretas para eliminar os maus espíritos do terreiro, como fora divulgado por um jornal local. Segundo ela, “tem muita gente em João Pessoa e em outras cidades do Estado, tentando desmoralizar a Umbanda jogando o povo contra a religião” (“Juiz diz que Crime do Xangô foi um dos mais bárbaros”. *A União*, 18 de maio de 1972).

Imagen 18 – Ialorixá Zete Farias



Fonte: *A União*, 18 de maio de 1972

No dia 31 de maio de 1972, Ivonete foi ouvida por um juiz e, em seu depoimento, a réu negou que tivesse cometido o crime, atribuindo o conflito com Maria das Graças a uma disputa pelo cargo de diretora do terreiro, assumido pela vítima com apoio da iorixá Zete Farias. Segundo Ivonete, Maria das Graças lhe soltara pilhérias e outros insultos, dos quais sempre se queixava para sua mãe de santo, que nada fazia. Em um determinado momento, tomou vários medicamentos na tentativa de suicidar-se no terreiro; porém, chegando no local, viu Maria das Graças com um punhal na mão, prestes a lhe atacar; para defender-se, retirou uma arma de um vaso, atirou contra lâmpadas e fugiu. Ainda em seu depoimento, Ivonete afirmou ter abandonado a Umbanda e voltado a se dedicar ao catolicismo, “sua verdadeira religião” (“Ivonete nega crime, repudia umbanda e desmente seu romance”. *A União*, 31 de maio de 1972). Um pouco antes do depoimento da acusada,

no dia 19 de maio de 1972, o arquicancelário Carlos Leal, presidente da Federação dos Cultos Africanos da Paraíba, pronunciou-se sobre um suposto aparecimento do espírito de Maria das Graças, afirmando que tal acontecimento seria possível no meio religioso (“Leal anuncia aparição”. *A União*, 19 de maio de 1972). Já em novembro de 1972, uma das testemunhas, que não estava presente no local, afirmou que não sabia do envolvimento de Ivonete com José Célio e que ouvia Maria das Graças desmoralizar sua irmã de santo. O curioso é que Severino Felisbelo, testemunha do caso, “era sócio do Templo de Zete Farias, mas foi expulso quando espalhou que os trabalhos da ialorixá não prestavam. Zete, tomando conhecimento de suas declarações, expulsou-o. Felisbelo chegou a ser ameaçado pelos familiares da mãe de santo, caso tentasse entrar no terreiro” (“Juiz ouviu testemunhas de defesa do Crime do Xangô”. *A União*, 4 de nov. de 1972).

Esse caso deve ser observado em várias camadas. A primeira delas é o fato de o periódico explorar o acontecimento de forma sensacionalista, a começar pela própria nomeação do crime, feita de maneira a chamar a atenção dos leitores que pudessem se interessar por uma possível relação entre o ocorrido e o elemento excêntrico e místico atribuído às religiões de matriz africana por aqueles que não as conhecem. Atribuímos essa intencionalidade porque crimes considerados passionais — inclusive mais violentos do que o aqui relatado — eram comuns nas páginas policiais, mas não recebiam o mesmo empenho em sua cobertura.

Outra questão que merece atenção diz respeito à imagem da religião, que havia sido legalizada poucos anos antes. Ora, para um grupo historicamente associado à feitiçaria, a espíritos malignos e a atribuições racistas de inferioridade racial e religiosa, a ocorrência de um assassinato em um local sagrado seria extremamente prejudicial. Não por acaso, a líder religiosa Zete Farias precisou se pronunciar publicamente para afirmar que os bons espíritos ainda “baixavam” em seu terreiro.

É perceptível o estigma quando Ivonete renega sua crença anterior, escolhe depor com um terço nas mãos e reivindica o catolicismo como sua verdadeira religião. Da mesma forma, torna-se necessário o pronunciamento do presidente Carlos Leal frente aos supostos acontecimentos místicos relacionados ao crime, como forma de amenizar as possíveis leituras pejorativas em torno das religiões de matriz africana.

Buscamos apresentar essas notícias primeiro porque acreditamos que há uma percepção em disputa acerca das religiões afro-brasileiras e, ainda, uma centralidade do bairro de Cruz das Armas como local de forte influência e prática religiosa na cidade de

João Pessoa. Segundo o jornalista Sílvio Osias (2022), é possível que João Agripino tenha tomado partido da umbanda ao legalizá-la, como forma de enfraquecer Dom José Maria Pires e o clero progressista. O que se sabe é que tanto João Agripino quanto Ernani Sátiro mantiveram relações estreitas com a umbanda no estado da Paraíba. Segundo cientista das religiões Valdir Lima,

o contato de Mãe Marinalva com João Agripino fez com que o governador se aproximasse da Umbanda e da Jurema. Ele passou a ser um cliente e frequentador do terreiro de Umbanda Ogum Beira-Mar. Comumente, o governador enviava pessoas que se diziam acometidas problemas espirituais para serem cuidadas por Mãe Marinalva. [...] As primeiras festas de Yemanjá, realizadas em 08 de dezembro por questão do sincretismo com Nossa Senhora da Conceição, aconteceram em frente à casa do governador João Agripino, na Avenida Cabo Branco. [...] João Agripino, que governou a Paraíba de 1966 a 1971, era chamado pelas Mães e Pais-de-Santo da Umbanda de “Libertador”, além de receber o título de Presidente de Honra dos Umbandistas da Paraíba. No dia 6 de novembro de 1966, o governador foi homenageado em cortejo que foi finalizado na Rua Presidente Félix Antônio, a popular Rua do Rio, em Cruz das Armas. Foi nesse local, no terreiro de Mãe Cleonice, que o chefe do Estado foi abençoado por Mãe Marinalva em exaltação a sua atitude de promulgar a lei 3.443, que liberou os cultos africanos na Paraíba (LIMA, 2011, p. 141-144).

Imagen 19 – Festa comemoração ao dia de Iemanjá



Fonte: *A União*, 3 de dez. de 1971

Além de ser marco de libertação, Cruz das Armas também é ponto de partida da principal manifestação religiosa das religiões de matriz africana e indígena na Paraíba: o cortejo em homenagem a Yemanjá. O bairro também foi palco de disputas internas acerca dos rumos da Umbanda, pois:

O excesso de autoridade do presidente da federação, fez com que algumas mães e pais de santo se indignassem, iniciando-se assim o processo de dissidências. Em 1972, seis anos após a fundação da Federação de Cultos Africanos do Estado da Paraíba, numa reunião ordinária, Pai Meira levantou e gritou: “Quem não estiver satisfeito com a situação desta federação, levante-se para fundar uma nova federação”. De acordo com relatos no depoimento de Mãe Renilda, levantaram-se Pai Meira (In memorian), Pai Valdevino (In memorian), Mãe Elvira (In memorian), Pai Edinaldo, Mãe Marinalva e Mãe Renilda e, caminharam para a casa de Pai Ednaldo na rua Des. Novaes em Cruz das Armas. Nesta noite chovia muito e havia muita lama nas ruas. Nasce a Cruzada Federativa de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros no dia 01 de janeiro de 1972 (LIMA, 2011, p. 149-150).

Ao analisar as notícias, é possível perceber o prestígio que Carlos Leal possuía junto ao Estado e ao jornal *A União*, seja para defender a religião, seja para atacar aqueles que representavam alguma oposição à federação da qual era presidente. Vejamos a notícia abaixo:

PRESIDENTE DA UMBANDA VAI DENUNCIAR FALSAS ENTIDADES

O arquicancelário e babalorixá Carlos Leal Rodrigues, presidente da Federação dos Cultos Africanos do Estado denunciará amanhã, no Tribunal de Justiça, uma outra entidade clandestina, fundada em Campina Grande e dirigida pelo falso umbandista Cícero Tomé, guarda de Polícia daquela cidade.

A entidade que recebe a denominação de Federação Espírita de Umbanda da Paraíba tem sua sede na rua Clementino Siqueira, no Bairro Alto. Segundo o babalorixá Carlos Leal, sua criação veio ferir a lei 3.443, criada pelo Governo do Estado em 1966, por se achar completamente irregular.

PROCESSADO

O presidente da Federação dos Cultos Africanos já manteve contato com seus advogados e Cícero Tomé deverá ser processado, segundo determinação da lei. Carlos Leal acha que é vigarismo o que o falso umbandista está fazendo – Pedindo, através da imprensa campinense, que os associados se reúnam na suposta Federação, para tratar de assuntos do seu interesse – por isso o denunciará à Policia.

Disse o Arquicancelário, que esta é a segunda entidade clandestina que procura se organizar na Paraíba. A primeira localizou-se em Cruz das Armas, denominada Cruzada Espírita Umbandista da Paraíba, cujos

estatutos também feriam os estatutos da Federação dos Cultos Africanos. “Esta foi denunciada e fechada por ordem judicial e o mesmo ocorrerá com esta de Campina Grande”, diz Carlos Leal. (“Presidente da Umbanda vai denunciar falsas entidades”. *A União*, 15 de out. de 1972)

O fato mencionado acima é curioso, pois Cícero Tomé, junto com Carlos Leal e Mãe Rita Preta, foi um dos principais responsáveis pela criação da Federação de Cultos Africanos da Paraíba. É possível que Leal temesse que essas dissidências pudessem prejudicar a imagem da religião caso não estivessem sob sua autoridade — ou talvez temesse perder o poder que havia conquistado. O que podemos afirmar é que, apesar de termos poucas rememorações desses aspectos religiosos na página *Cruz das Armas Velha Guarda*, foi possível, por meio das fontes, perceber que Cruz das Armas era um bairro de forte presença de religiões de matriz africana e de suas respectivas lideranças

Imagen 20 – Presidente da Federação de Cultos Africanos da Paraíba, Carlos Leal



Fonte: *A União*, 15 de out. de 1972

Sobre a ausência em relatos na comunidade virtual, nossa hipótese é que essa omissão das religiões afro-brasileiras pode estar relacionada aos estigmas e à perseguição construídos pelo racismo ao longo da história. Mesmo com sua forte presença no bairro e a boa aceitação por parte do poder público, tais aspectos permanecem enraizados,

sustentados por um preconceito que ainda domina nossa sociedade. Assim, é possível que a não menção à caminhada para Yemanjá ou aos terreiros represente uma forma de autoproteção diante de possíveis manifestações de intolerância nas redes sociais. Ou seja, essa ausência pode ser explicada não como uma não-existência, mas a partir de configurações do presente, impossibilitando uma reconstrução do passado como tal, visto que os momentos atuais em que os indivíduos se encontram não almejam tais recordações.

Sobre isso, concordamos com Halbwachs ao dizer que

se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontremos no meio deles, não conseguimos reconstruir com eles o grupo antigo. E, como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encontrássemos de um ponto de vista que nunca o vimos. Recolocamos os diversos detalhes dentro de um outro conjunto, constituídos por nossas representações do momento (HALBWACHS, 1990, p. 27).

Com isso, concluímos que muitos indivíduos já não pertencem ao mesmo ciclo de experiências do qual um dia fizeram parte, pois atualmente vivem em contextos distintos, com anseios muitas vezes opostos. Assim, além das questões de preconceito, as representações sociais e coletivas já não correspondem mais àqueles desejos de outros tempos. Dessa forma, torna-se mais confortável rememorar apenas os aspectos considerados positivos ou menos conflitivos, tanto para si quanto para a sociedade, do que trazer à tona elementos que poderiam gerar debates mais desconfortáveis, sobretudo em redes sociais.

3.2.3 *A Primeira Igreja Congregacional de João Pessoa*

Como mostrado até aqui, a religiosidade presente no bairro de Cruz das Armas desempenhou papel relevante não apenas no cotidiano das classes populares, mas também nos processos de luta e institucionalização das religiões de matriz africana e do protestantismo. Segundo Firino e Cavalcanti (2023, p. 155), na década de 1930, oriundo da cidade de Itabaiana, um grupo de protestantes, membros da Igreja Evangélica Congregacional, se instalou no bairro de Cruz das Armas. Fundaram ali a igreja em 16 de junho de 1932 e, em 1934, já mantinham um Grêmio Eclesiástico chamado Auxiliadora Feminina.

Em publicação feita na comunidade virtual *Cruz das Armas Velha Guarda*, o administrador da página, Danilo Felipe, compartilhou o seguinte traçado histórico:

A HISTÓRIA DA PRIMEIRA IGREJA CONGREGACIONAL DE JOÃO PESSOA-PB EM CRUZ DAS ARMAS

No início da década de 1930, começou o trabalho congregacional em João Pessoa, sob a direção do Ver. Júlio Leitão de Melo, com a vinda de algumas famílias da IEC de Serra Verde, na época município de Itabaiana, hoje pertencente a Mogeiro, as quais, em busca de sobrevivência, se instalaram em Cruz das Armas, na época um bairro humilde e distante do centro da cidade.

A congregação prosperou grandemente, sendo organizada a igreja pelos Revs. Harry Briault e João Clímaco Ximenes, em 16 de junho de 1932.

Exerceram o seu pastorado os Revs. Arthur Pereira Barros, Pedro Bezerra da Silva e Jônatas Ferreira Catão, contando com a cooperação das missionárias, professoras e alunas do antigo Instituto Bíblico Betel, mantido pela União Evangélica Sul Americana [...] (FELIPE, Danilo. “A História da primeira igreja Congregacional de João Pessoa-PB em Cruz das Armas”. *Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 17 de jul. de 2023).

A postagem é acompanhada de comentários em que participantes relatam morar ao lado ou próximo à igreja. O que chama atenção é que a instituição aparece em segundo plano: ao relatarem suas famílias e parentes, os comentários evoluem em direção às lembranças afetivas em torno dos moradores. É interessante perceber que, mesmo com a igreja fazendo parte da vida do bairro, alguns adultos daquela época que foram frequentadores da congregação religiosa provavelmente não fazem parte espaço virtual que busca rememorar o passado do bairro. Dessa forma, os anseios de memória dos participantes da página não estão necessariamente ligados àquela instituição específica, mas à vida social que acontecia ao seu redor — nos vínculos afetivos e nas relações cotidianas. Sobre a importância de uma comunidade afetiva,

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles reciprocamente, o que é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e construída (HALBWACHS, 1990, p. 30)

Décadas depois, a Primeira Igreja Congregacional de Cruz das Armas assume novo protagonismo ao se tornar referência no cenário nacional de avivamento espiritual. Segundo o site oficial da Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil,

Tudo começou no início de 1959. A *Primeira Igreja Evangélica Congregacional em João Pessoa/PB* estava em festa por ocasião de uma comemoração das senhoras, e o pastor Metodista Dorival Rodrigues Beulke foi o preletor. As pregações causaram um grande despertar

espiritual, muitas decisões aconteceram e a experiência do batismo com o Espírito Santo (entendida também como um evento após a conversão) foi vivenciada por muitos. A partir daí, uma nova atmosfera espiritual tomou conta da igreja.

Com a realização do 1º Encontro Nacional de Renovação Espiritual, em Belo Horizonte/MG, que teve a participação do pastor da igreja, Jônatas Ferreira Catão, a Primeira Igreja Congregacional em João Pessoa passou a ser destaque no cenário de avivamento espiritual nacional.

[...] O Pr. Jônatas Ferreira Catão trabalhou para que todas estas Congregacionais que agora acreditavam nos dons espirituais vigentes formassem uma denominação Congregacional para lutarem juntas pela causa do evangelho. Assim, no dia 13 de agosto de 1967, um domingo, as delegações das igrejas contatadas e que aceitaram a proposta foram recebidas na *Igreja Congregacional Central em Campina Grande/PB*, muitos líderes acorreram ao evento. Houve um grande culto e foi instalada na ocasião a ALIANÇA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS CONGREGACIONAIS DO BRASIL (ALIANÇA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS CONGREGACIONAIS DO BRASIL, 2025).

Abaixo podemos observar imagens captadas do perfil da Primeira Igreja Congregacional João Pessoa na rede social *Instagram*, que remontam ao período de construção da Igreja Congregacional em Cruz das Armas:

Imagen 21 – Construção da Primeira Igreja Congregacional em Cruz das Armas



Fonte: Perfil no Instagram da Primeira IEC JP

Imagen 22 – Crianças em frente a Primeira Igreja Congregacional em Cruz das Armas



Fonte: Perfil no Instagram da Primeira IEC JP¹⁶

Ao observar as imagens acima, podemos concluir que a comunidade estava integrada à igreja, seja contribuindo com a construção, seja frequentando seus cultos. Nesse sentido, compreendemos a religiosidade do bairro de Cruz das Armas como integrada a diversas formas de identidade, dentre as quais se destaca, principalmente, o caráter operário dos moradores. Defendemos essa ideia não apenas pela formação social do bairro — com trabalhadores urbanos afastados do centro da cidade e trabalhadores rurais que migraram do interior do estado em busca de melhores condições de vida —, mas também pelo caráter disciplinador das religiões presentes na localidade.

No caso do catolicismo, esse disciplinamento se dá por meio de uma atuação pastoral assistencialista e ideológica junto aos trabalhadores; na umbanda, através de ações de caridade e também pela rigidez moral promovida pelo líder Carlos Leal; e, por

¹⁶ Disponível em:

https://www.instagram.com/primeiraiecp?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDc0MzIxNw== Acesso em: 25 de jun. de 2025.

fim, no protestantismo, cujas raízes dialogam fortemente com a disciplina moral característica do processo de industrialização.

Respeitando os respectivos contextos, épocas e abordagens teológicas, é possível traçar um paralelo com a análise de E. P. Thompson sobre a relação entre o metodismo e os operários ingleses — sobretudo ao considerarmos que o congregacionalismo constitui uma dissidência da Igreja Anglicana. Segundo o historiador inglês,

se a graça era universal, o pecado também o era. Qualquer homem que confessasse seus pecados poderia receber a graça e ser redimido pelo sangue de Cristo. Nesse sentido trata-se de uma doutrina de igualitarismo espiritual que ao menos oferece iguais oportunidades de acesso à graça e ao pecado para ricos e pobres. Enquanto “religião do coração”, e não do intelecto, dava aos mais humildes e incultos a esperança de atingir a graça. A esse respeito, o metodismo derrubou todas as barreiras doutrinárias e abriu suas portas à classe operária. [...] Como conservar a graça? [...] Havia três meios óbvios para conservar a graça. Em primeiro lugar, como líder de classe, pregador local ou no desempenho de tarefas mais humildes. Em segundo lugar, mediante o cultivo da própria alma, através de exercícios religiosos [...], esforços em reproduzir as perturbações emocionais da conversão, a convicção do pecado, a penitência e o recebimento pela graça. Em terceiro lugar, mediante uma disciplina metódica em todos os aspectos da vida. E, acima de tudo, pelo próprio trabalho (THOMPSON, 2012, p. 302-305).

Dessa forma, por se tratar de um bairro operário, tais aspectos levantados por Thompson com base na tradição metodista podem, em alguma medida, ser aplicados ao contexto social dos moradores de Cruz das Armas.

Sem o objetivo de realizar uma análise teológica, pois não é a proposta deste trabalho, é possível atribuir o pouco sucesso, em termos de crescimento estrutural, da Igreja Congregacional no bairro de Cruz das Armas a seu forte alinhamento com o calvinismo clássico. Consideramos que o protestantismo, independentemente da vertente teológica, busca disciplinar moralmente os fiéis. Contudo, sendo a Igreja Congregacional de Cruz das Armas parte da Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, ela segue uma confissão de fé baseada na predestinação, segundo a qual somente os eleitos previamente por Deus serão salvos. Tal concepção pode ter contribuído para limitar a popularidade da congregação na região, especialmente em um espaço onde já havia uma Igreja Católica bem estabelecida, com estrutura econômica e influência social consolidadas, além de uma tradição umbandista pouco reguladora, sincrética e promotora de festas populares.

De todo modo, de acordo com a doutrina congregacional, mesmo os eleitos devem manter obediência e disciplina moral, pois esses elementos são considerados sinais de um verdadeiro chamado divino. Assim, concluímos este tópico destacando como os elementos da religiosidade dos moradores de Cruz das Armas — expressos no protestantismo, catolicismo e umbandismo — integram o cotidiano da comunidade, sendo fundamentais à sua identidade religiosa e operária, moldada pela dedicação e atuação nesses espaços de fé e sociabilidade.

3.3 Lazer e sociabilidade em Cruz das Armas

Em seu livro *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo* (2002), originalmente publicado em 1992, o jornalista Wellington Aguiar descreve vários aspectos relacionados à história da capital do estado da Paraíba. A obra é um compilado de crônicas escritas pelo autor para o jornal *Correio da Paraíba*, entre os anos de 1987 e 1992, intituladas de *Cidade do Meu Amor*. Apesar de não constituir uma obra de cunho historiográfico, trata-se de uma produção relevante dentro do campo da Cultura Histórica, área que nos é especialmente cara. Por esse motivo, optamos por utilizar tal produção com o objetivo de estabelecer um comparativo entre a importância atribuída a determinados locais, festas e práticas culturais, em detrimento de outras.

Antes de adentrarmos propriamente no conteúdo que será abordado, cabe ressaltar que os apontamentos feitos neste tópico não têm a intenção de condenar as escolhas do autor ao tratar da história da cidade, mas sim observar que, para além do que é rememorado em seu livro, havia elementos significativos fora do eixo central da cidade que igualmente merecem destaque.

Buscando manter a fidelidade ao tema discutido neste tópico, focaremos apenas nas crônicas relacionadas aos espaços e formas de lazer da cidade mencionados por Aguiar. A primeira manifestação analisada está dividida em três crônicas intituladas “Festa das Neves”. Como o próprio nome sugere, trata-se da celebração em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves. O autor aborda sua relação com o surgimento da cidade no período colonial, critica a obra do pastor protestante Daniel Kidder, que, ao se referir aos fogos durante sua visita em 1947, desmerece a festa com uma afirmação racista: “se se tratasse de divertimento para africanos ignorantes, seriam

mais compreensíveis essas funções". Por fim, narra sua experiência na celebração durante os anos 1950, mencionando a elegância dos rapazes e moças, a mensagem do padre, o cheiro do incenso e a expectativa pela continuidade da festividade (AGUIAR, 2002, p. 81-86).

Sobre o carnaval, Wellington Aguiar faz referência a um texto de Francisco Coutinho de Lima e Moura que menciona os costumes africanos com máscaras e músicas praticados nos festejos de fins do século XIX. O jornalista também destaca os clubes Astréa e Cabo Branco, frequentados pela elite paraibana no início do século XX, entre eles o futuro presidente do Estado, João Pessoa. Por fim, aborda brevemente os bailes que, além de ocorrerem nesses dois clubes, também aconteciam em outros espaços, como o Internacional, e nos blocos Esquadrilha V, Boêmios Brasileiros e Vasco da Gama (AGUIAR, 2002, p. 107-108).

Quanto ao futebol e ao cinema, as informações são mais sucintas. O cronista menciona o Clube de Foot Ball Parahyba, fundado em 1908, como o primeiro time da capital. No campo do entretenimento cinematográfico, cita os cinemas existentes desde o Pathé (1897), como o Morse, Popular, Cine Theatro Edison e Rio Branco, ainda na era do cinema mudo. Com o cinema falado, surgiram salas como Plaza (1937), Rex (antigo Rio Branco), Municipal (anos 1960), Filipéia, Brasil, Astória, São Pedro, Jaguaribe, São José, Santo Antônio, Ideal e República — sendo o Plaza e o Rex descritos como "os mais chiques" (AGUIAR, 2002, p. 115-116).

Em outras crônicas voltadas ao lazer, Aguiar retoma os Clubes Astréa e Cabo Branco, ressaltando que foram, inicialmente, espaços exclusivos da elite paraibana, e que o Astréa passou a ser frequentado por setores populares na segunda metade do século XX. Em seu percurso pela memória da cidade, o autor também fala das praias como espaços de veraneio antes de se tornarem áreas nobres — quando ainda eram habitadas por pescadores e palco das tradicionais *lapinhas*. Por fim, menciona os bares que serviam como reduto da boemia intelectual paraibana, em especial a Churrascaria Bambu, localizada no Parque Solon de Lucena (Lagoa), no centro da cidade.

Por se tratar de crônicas memorialísticas, entendemos que os espaços de lazer abordados por Wellington Aguiar dizem respeito à sua experiência individual e coletiva, marcadas pelo meio social ao qual pertenceu. No entanto, entre as décadas de 1980 e 1990, quando o autor escreveu seus textos para o *Correio da Paraíba*, a cidade de João Pessoa já havia extrapolado os limites do centro. Ademais, o processo de afastamento das

classes populares — aquelas que organizavam festas e danças típicas do que hoje chamamos de “carnaval tradição” — havia ocorrido desde a década de 1930.

Dessa forma, argumentamos que, para além da escrita saudosista de um suposto passado que já não existia para o autor, a cidade de João Pessoa seguia efervescente em manifestações de lazer promovidas nos bairros populares, como é o caso de Cruz das Armas. É sobre esse cotidiano pulsante que nos debruçaremos nos subtópicos a seguir.

3.3.1 A Festa das Hortênsias¹⁷

A Festa das Hortênsias foi o principal evento ligado ao lazer da população do bairro de Cruz das Armas durante a segunda metade do século XX. A partir das publicações e comentários feitos na comunidade virtual do *Facebook Cruz das Armas Velha Guarda*, pudemos observar que, mais do que uma festa promovida pela paróquia do bairro, tratava-se de um momento de integração social, no qual os próprios moradores eram os principais responsáveis pela realização do evento.

Em sua dissertação de mestrado em Sociologia, intitulada *Por onde andam as festas?: um estudo sobre a (re) organização social dos moradores de Cruz das Armas* (2006), Alessa Cristina de Souza elaborou um estudo quantitativo e qualitativo acerca do lazer das classes populares do bairro entre a década de 1960 e o início dos anos 2000. Por meio de entrevistas, a autora procurou compreender as percepções dos moradores sobre as festividades locais, com destaque para a Festa das Hortênsias, o São João e o carnaval. Sobre a primeira, ela afirma:

[...] tinha como principal organizador o poder público, ou seja, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, como também a paróquia local, a Paróquia São José Operário. Ela acontecia todo mês de Novembro e durava cerca de 10 dias. [...] ela também possuía uma parte religiosa e outra profana. Essas partes interagiam e co-participavam. A igreja celebrava missas e orações específicas, como novenas durante esse período, e a comunidade católica local participava ativamente. Mas, a paróquia também era responsável pelo maior pavilhão da festa onde aconteciam a grandiosidade da parte profana, com danças, shows, bebidas e muita animação. Fora o pavilhão central, havia outras tantas barracas de lanches

¹⁷ Sobre o nome da festa, o jornalista Sérgio Botelho atribui à influência de padres alemães que gerenciavam a Paróquia São José Operário, tendo em vista que na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, também há uma festa de mesmo nome ligada a uma também paróquia dedicada ao santo padroeiro dos trabalhadores, inclusive compartilhando do mesmo “ponto alto” da celebração que era a escolha da rainha das hortênsias e suas princesas. Disponível em: <https://bigpb.com.br/parahyba-e-suas-historias-festa-das-hortensias/> Acesso em: 27 de jun. de 2025.

e brincadeiras, bebidas e comidas específicas, e mais um grande parque de diversão que era montado no local. [...] Fora a festa das Neves, que ainda hoje existe em comemoração à padroeira da cidade, a festa das hortênsias era a maior grandiosidade na cidade (SOUZA, 2006, p. 103-104).

Em sua pesquisa de campo, a socióloga constata, com base nos depoimentos dos moradores, que a festa perdeu sua força e chegou ao fim em meados da década de 1990, devido ao crescimento da violência no bairro.

Mencionado esse breve histórico da Festa das Hortênsias, demonstraremos, ao longo deste tópico, que sua importância não se restringe aos dez dias de celebração, mas também às representações simbólicas que ela proporciona para os moradores, como expressão de identidade, sociabilidade e solidariedade — aspectos que ultrapassam os estigmas de violência e pobreza frequentemente associados ao bairro.

Durante nossa pesquisa, observamos que um dos objetivos da Festa das Hortênsias era angariar recursos para a Paróquia São José Operário. No entanto, não conseguimos identificar o destino exato da verba arrecadada. Acreditamos que a festividade funcionava também como um mecanismo de captação de recursos para a manutenção da Igreja e para ações de assistência aos mais pobres do bairro. Tal hipótese é fortalecida quando consideramos a tradição de “organização de festas, quermesses e outras ações para financiamento” de obras de caridade, praticada por frades franciscanos de origem alemã no bairro vizinho, Jaguaribe, desde os anos 1930 (NÓBREGA, 2020, p. 82-83).

Em uma publicação feita por uma integrante da comunidade virtual *Cruz das Armas Velha Guarda*, percebemos um dos maiores engajamentos em termos de comentários: mais de 200 respostas, entre lembranças e conversas entre moradores e ex-moradores. Ao analisar essas respostas, identificamos diferentes percepções: alguns destacam aspectos da infância, os atrativos da festa e sua participação ativa na realização do evento; outros expressam saudosismo e tristeza pelo seu fim. Vale ressaltar que essa tristeza também se revela como indignação diante da criminalidade, além de conter sugestões e desejos pela retomada da festa — o que indica que a violência não é, necessariamente, um obstáculo intransponível para a realização da celebração popular.

Para melhor compreensão, dividimos os comentários em dois grupos: (1) saudosismo e lembranças; (2) indignação e propostas. A seguir, algumas respostas representativas do primeiro grupo:

Participante 1: “Tempos maravilhosos, vivi essa festa, tempos em q andávamos sem medo nas ruas, íamos e voltávamos a pé em turmas, a única preocupação era o pai brigar ao chegar tarde em casa, kkkk”

Participante 2: “A festa iniciava geralmente, no final de novembro e ficava até a primeira semana de dezembro, salvo engano. Tive a alegria de na minha adolescência e juventude, ir quase todas as noites e depois de casada, levar meus filhos. Eram tempos bons, íamos sem medo, com a única preocupação de aproveitar e curtir a festa.”

Participante 3: “Levei muito bilhetinho e fiz muito namoro. Fui garçonete e florista por uns 5 anos seguidos. Frei Urbano era o pároco da época e Sr. Aragão coordenava a festa. Eita saudade imensa dessa época.”

Participante 4: “D. Noemia que preparava os frangos recheados para o leilão no lado da Igreja S. José.”

Participante 5: “Eu desde criança frequentava a festa com a minha mãe e tias, depois adolescente e adulta, conheci o meu esposo, tinha ido só comprar uma maçã do amor e no caminho voltando para casa, pois morava perto vi um galeguinho lindo e perguntou onde era o ponto de ônibus pois morava no Centro... daí por diante a conversa dura até hoje 41 anos de casados com dois filhos e duas noras lindas maravilhosas e vivemos felizes para sempre.”

Participante 6: “Eu também brinquei, passeei e adorava essa festa das Hortênsias, amo o bairro que nasci, também faço parte desse povo!”

Participante 7: Era muito bom, lugar para nós encontrar com verdadeiros amigos, paquerar, sorrir, passear, momento que não volta mais, pois hoje perdeu aquela palavra boa, amigos e diversão.”

Participante 8: “Passeei muito nessa festa era maravilhosa tinha o concurso da parece que era Rainha das Hortências e escolhiam as moças mais bonitas Eu tinha 15 anos na época Mas esse tempo bom não volta mais era muita animada essa festa Saudades.”

Participante 9: “Minha tia Maria Bandeira e sua amiga Dolores eram as ‘chefes de partido’ no pavilhão. Tinha o lado azul e o vermelho, onde haviam leilões e as famílias tradicionais e os políticos e autoridades da época, eram aguardados com muita ansiedade e recebidos com festa. Infelizmente, a violência do bairro, acabou com tudo.”

Participante 10: “Um dos melhores momentos era o leilão do pavilhão da Igreja. Sempre ofereciam um frango assado para o ganhador. Não me sai da lembrança um senhor cantando a canção ‘Chuá, Chuá...’, no pavilhão, em pleno meio dia de um domingo, público repleto de muita gente.” (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 23 de ago. de 2023)

Através desses comentários, é possível identificar um padrão de rememoração que, como já mencionado, diz respeito mais aos anseios e percepções do presente do que

a uma reconstrução fiel do passado. Diante disso, enquanto historiadores, podemos compreender tais lembranças dentro de um repertório que abrange as formas de lazer da classe trabalhadora — formas essas que, mesmo com o apoio do poder público, do setor privado e dos recursos da Igreja, dependiam do engajamento dos próprios moradores. Eram essas pessoas, afinal, que faziam, de fato, a festa acontecer.

Já comentamos como a própria população do bairro contribuía, por meio de trabalho voluntário, para a realização da Festa das Hortênsias — o que revela não apenas um sentimento de pertencimento diante de seus pares, mas também o impacto dessa celebração na vida das pessoas. Afinal, foi nesse evento que uma das participantes encontrou seu futuro marido. Era durante a Festa das Hortênsias que os laços de amizade se fortaleciam, os valores eram transmitidos entre gerações e se consolidava uma identidade local, como percebemos na fala da participante 6: “Eu faço parte desse povo!”. Isso evidencia que o “povo” não se restringia aos frequentadores da festa — muitos vindos de outros bairros —, mas àqueles que efetivamente contribuíam para fazê-la acontecer.

Analisemos agora os comentários de indignação e propostas:

Participante 11: “não sei se posso fazer esse comentário com vc amigo mais se essa festa voltasse traria recurso pra igreja sendo assim ficaria mais fácil de realizar as melhorias da paróquia, mim perdoi se estou falando algo errado, eu mim lembro bem dos bingos e dos pavilhões que fazia uns lances com prêmios que era revertido a paróquia.”

Participante 12: “Seria maravilhoso mas infelizmente, já não existe a tranquilidade de época passada Enquanto a memória vai prestigiar a maioria vai pra fazer confusão.

Que saudades...”

Participante 13: “Minha tia Maria Bandeira e sua amiga Dolores eram as “chefes de partido” no pavilhão. Tinha o lado azul e o vermelho, onde haviam leilões e as famílias tradicionais e os políticos e autoridades da época, eram aguardados com muita ansiedade e recebidos com festa. Infelizmente, a violência do bairro, acabou com tudo.”

Participante 14: “Alguém poderia fazer uma campanha para voltar a festa das Hortênsia no nosso bairro, ela trazia lucro para igreja e gerava empregos a muito comerciante do nosso bairro, lembro bem que era no mês de novembro para o começo de dezembro.”

Participante 15: “fui muito essa festa mais acredito que não volta mais por motivo das bandidagem no nosso bairro por isso que o padre marcelio

acabou na época dele.” (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 23 de agosto de 2023)

Diante desses comentários, percebemos que o sentimento positivo em relação à festa e às experiências vividas entre as décadas de 1960 a 1980 é também acompanhado de indignação quanto às causas que levaram à extinção da Festa das Hortênsias a partir de 1994 — período correspondente à administração paroquial do padre José Marcílio Cavalcanti. A violência é apontada como o principal fator tanto pelos antigos frequentadores entrevistados em nossa pesquisa quanto nos dados levantados no trabalho sociológico de Alessa Cristina de Souza (2006, p. 107-109).

Dado o peso que a violência assume nesses relatos para justificar o fim da celebração mais importante do bairro, torna-se necessário interpretar por que esse fator social específico gera tamanha revolta e frustração entre os moradores.

Segundo Barbosa (2015), a década de 1970 marca uma “mudança forçada das relações sociais reformulada por padrões de conduta e comportamento no sentido de configurar uma sociedade mais individualista”, ocasionada pelas dinâmicas de produção do sistema capitalista. Nesse contexto, a individualização dos sujeitos impacta não apenas a vida social, mas também a vida coletiva, provocando o esvaziamento do espaço público e representando, assim, “a privatização da subjetividade e a perda de sentidos e de fé na religião e na família, com uma consequente intensificação da desestruturação destes espaços interacionais primários extremamente importantes para a formação do indivíduo” (BARBOSA, 2015, p. 260-261).

Outro ponto a ser considerado é a contradição entre o sentimento de pertença e a repulsa à criminalidade que assolou o bairro de Cruz das Armas a ponto de extinguir sua principal festividade. Para Raoni Barbosa (2015), essa ambiguidade, recorrente em bairros populares, está relacionada ao “medo de ser percebido, pela cidade, como parte de uma comunidade bastante estigmatizada e violenta”. No estudo do antropólogo, o grupo de moradores que se considera ordeiro busca dissociar-se daqueles identificados com o uso de drogas, a criminalidade e o desrespeito a uma “etiqueta cortês”, localizados na região periférica do bairro do Rangel, o Varjão¹⁸.

¹⁸ É preciso salientar que o processo de formação dos bairros Cristo Redentor, Rangel e Varjão é um tanto complexo. No geral, Rangel e Varjão é um mesmo bairro, onde o segundo seria a parte periférica do primeiro. Porém, devido a processos de formação de uma identidade local, hoje o Varjão é um bairro separado do Rangel do ponto de vista público, apesar de não ser algo consolidado. Para um melhor entendimento sobre esse processo ver BARBOSA, 2015.

Coincidemente, o Varjão se formou às margens do rio Jaguaribe – da mesma forma que a região de Cruz das Armas, onde se localiza o início da Rua Presidente Félix Antônio (conhecida como Rua do Rio) e, nas proximidades, a Rua 4 de Outubro, áreas identificadas como periféricas no bairro analisado.

Embora a publicação sobre a Festa das Hortênsias não traga menções explícitas a esse processo, é possível perceber, de forma implícita, uma responsabilização de certos grupos que também integram o bairro. Para esclarecer melhor, vale retomar o que foi discutido no primeiro capítulo a respeito da família dos “amarelos”. Com base nos comentários dos moradores em postagens voltadas à memória dessa família, nota-se uma divergência de opiniões quanto ao seu comportamento moral e social. Esse é, inclusive, o único grupo identificado como “deturpador da ordem” do bairro em todas as publicações da comunidade virtual — ou seja, essa leitura é construída pelos próprios moradores de maneira subjacente.

Cabe reforçar que, com essa reflexão, não pretendemos imputar aos moradores de Cruz das Armas qualquer forma de preconceito ou acusação deliberada contra a família dos “amarelos”. Nossa objetivo é demonstrar que esses conflitos internos são parte das transformações capitalistas vivenciadas pelas populações de bairros populares. A ocupação das margens do rio Jaguaribe está diretamente ligada ao processo migratório de pessoas vindas do interior do estado, em um contexto de modernização do campo. Junto a essas pessoas, chegam também costumes e valores morais em que a honra, muitas vezes, é defendida por meio do confronto direto. Sendo assim, é possível que os conflitos ocorridos durante as festas — muitas vezes lidos apenas como “brigas” — fossem expressões de defesa da honra. Isso revela transformações que extrapolam a dimensão puramente econômica, refletindo dinâmicas do cotidiano e da cultura moral das classes populares.

3.3.2 *Blocos, troças e escolas de samba*

Diferentemente do que ocorre com a Festa das Hortênsias — em que os moradores relembram e problematizam o evento e seu fim —, o São João e o carnaval não despertam o mesmo nível de mobilização afetiva ou crítica. Atribuímos essa diferença a alguns fatores, como as transformações capitalistas que promovem a individualização dos sujeitos e as dinâmicas mercadológicas nas quais as festas populares se inserem. O

carnaval, antes comemorado no bairro com mela-mela, batuques e apresentações de grupos tradicionais da cultura popular, ganhou uma nova roupagem em termos de estrutura e atratividade turística. Atualmente, os maiores blocos carnavalescos da cidade de João Pessoa concentram-se na Avenida Epitácio Pessoa — como é o caso das “Muriçocas do Miramar”, “Bloco dos Atletas” e “Virgens de Tambaú”. Ao longo da avenida, nota-se uma forte presença de camarotes e patrocínios, elementos ausentes nas celebrações tradicionais dos bairros populares.

O São João passou por um processo semelhante, com a construção de grandes estruturas de palco e espaços que comportam multidões, bem como com a crescente institucionalização das quadrilhas juninas. Hoje, essas manifestações participam de campeonatos com etapas municipais, estaduais e regionais. Assim, a cultura popular não apenas se tornou um produto mercadológico, mas também se consolidou como atrativo turístico e espaço profissionalizado. Ao longo das análises do jornal *A União*, percebemos algumas ações do poder público em prol da promoção cultural, seja nos bairros, seja no centro da cidade, ainda que com certo compromisso com a tradição local. A seguir, demonstraremos, a partir de reportagens e comentários no *Facebook*, como os moradores de Cruz das Armas vivenciaram essas transformações.

Em matéria de capa publicada pelo jornal *A União*, em 21 de fevereiro de 1970, o carnaval recebeu destaque em diferentes aspectos: organização e infraestrutura, policiamento, história da festividade e reflexões sobre o “ser folião”. Inicialmente, a reportagem informa que a Secretaria de Turismo, em conjunto com a Federação Carnavalesca de João Pessoa, já havia ornamentado o local destinado ao “Carnaval Antigo”, no centro histórico da capital paraibana, onde as agremiações fariam seus desfiles. Também é mencionada a proibição do uso de objetos barulhentos em locais inapropriados, o reforço do policiamento e a determinação de que camisas com os dizeres “Jesus Cristo, eu estou aqui”, bem como a reprodução da canção “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, lançada no mesmo ano, estariam vetadas em clubes carnavalescos, por serem consideradas desrespeitosas à religião.

Na seção que trata da história do carnaval, a matéria recorda que suas origens remontam à Antiguidade, nas festividades em homenagem ao deus Baco, passando pela Idade Média e Moderna, períodos em que o uso de máscaras ganhou destaque. No Brasil, a festa incorporou elementos de origem africana, dando origem às escolas de samba. Ao refletir sobre a figura do folião, o jornal defende sua liberdade de “reproduzir um

“personagem” durante os dias de festa e reconhece a seriedade com que tal papel é assumido.

É importante salientar que a divisão atualmente existente no carnaval de João Pessoa não estava presente até a década de 1980. Como mencionado, os blocos “Muriçocas do Miramar”, “Virgens de Tambaú” e “Bloco dos Atletas” são os que recebem mais destaque no período carnavalesco. Eles integram a chamada *Folia de Rua*, que ocorre nas semanas anteriores ao carnaval propriamente dito. Já escolas de samba, ala ursas, tribos indígenas e orquestras de frevo se apresentam durante o Carnaval Tradição, nos dias oficiais da festa.

Os blocos citados surgem em um contexto no qual as celebrações carnavalescas na cidade se limitavam aos bairros, sem grandes eventos. Boa parte da população buscava passar o feriado em cidades como Recife, Olinda e Salvador, ou em locais de veraneio. Insatisfeitos com essa realidade, “no bairro do Miramar, uma quantidade expressiva de intelectuais, professores universitários, artistas, etc., resolveram montar um bloco de Carnaval denominado ‘Muriçocas do Miramar’” (SANTOS, 2025).

Diante disso, constatamos que, no período anterior ao *Folia de Rua*, o carnaval dos clubes, escolas de samba, ala ursas e tribos indígenas — oriundos dos bairros populares — recebia ampla atenção da população e do poder público. Um exemplo disso pode ser visto na edição de 13 de fevereiro de 1972 do jornal *A União*, cuja capa é inteiramente dedicada à cobertura das apresentações das escolas de samba: Noel Rosa, Malandros do Morro, Catedráticos do Ritmo, Última Hora, Bandeirantes da Torre, Garotas em Folia e Ritmo do Salgueiro. A matéria também divulga a programação dos clubes mais importantes da cidade, entre eles o Late Clube, Astréa, Cabo Branco e o Internacional de Cruz das Armas.

Apesar de todo o destaque, o carnaval nas páginas dos jornais é também visto a partir da ótica moral e comportamental de certos indivíduos, sobretudo aqueles oriundos das classes populares. Vejamos a notícia a seguir:

CARNAVAL NA PARAÍBA: CHUVA, CALOR E CHORO

Organização e animação no programa oficial, mas mais de mil acidentados, 58 foliões presos, 15 ladrões recolhidos, três grandes crimes, um suicídio dramático, drogas, um corso pornográfico e três acidentes violentos [...]

No Cabo Branco, onde se registrou o melhor carnaval do Estado, concentraram-se 45 mil pessoas. A organização nos clubes foi total e somente nas ruas foram verificadas desordens graves. No centro, a polícia

prende 58 pessoas, além de 15 ladrões. Nos bairros, o maior número de prisões verificou-se na Torre, em Mandacaru e Cruz das Armas (“Carnaval na Paraíba: chuva, calor e choro”. *A União*, 17 de fev. de 1972).

Nas páginas seguintes, fica claro que o que o jornal entende por “desfile pornográfico” se refere, principalmente, ao uso de palavrões. O objetivo da matéria parece ser mostrar que o folião “gozou da liberdade” — expressão utilizada pelo próprio veículo. Outro ponto que chama atenção é o elogio direcionado ao carnaval dos clubes, em especial ao do Cabo Branco, frequentado pelas camadas mais abastadas da cidade.

Apesar de os desfiles acontecerem no centro da capital, a maioria das prisões ocorria nos bairros periféricos, de onde eram originárias muitas das escolas de samba, tribos indígenas e ala ursas. Isso nos parece ser revelador: embora o ponto alto da festa — a competição oficial — se desse no centro, a verdadeira diversão acontecia nos bairros. Já os crimes relatados pelos jornais estavam, majoritariamente, relacionados ao uso de maconha, assaltos e arrombamentos.

Em nosso levantamento, a partir dos comentários publicados na comunidade virtual *Cruz das Armas Velha Guarda*, observamos uma forte presença de grupos carnavalescos responsáveis por animar o bairro. Entre eles estão: a Troça Cuca Legal, a Troça Carinhoso e a Troça Carga Pesada; a Escola de Samba Noel Rosa; a Escola de Samba Beija-Flor; a Tribo Indígena Papo Amarelo; o Bloco Bando Azul e o Bloco da Burrinha.

Atualmente, o único grupo remanescente é a Tribo Indígena Papo Amarelo, fundada em 1936. Em relação aos demais, a Escola de Samba Noel Rosa é a que reúne mais informações disponíveis, seja em registros jornalísticos, seja nos comentários dos participantes da página. Com exceção das Troças Cuca Legal e Carga Pesada — das quais os participantes compartilharam fotos —, todos os outros grupos aparecem apenas como menções esparsas.

Concordamos com Marins e Tella (2020, p. 120), ao dizer que,

No geral, as manifestações culturais afro-brasileiras, como os blocos carnavalescos, coco de roda, escolas de samba, capoeira, encontrados no bairro de Mandacaru fazem parte das inúmeras batalhas/resistências ocorridas, no decorrer do século XX, contra à invisibilização social, da memória e da história da população negra, em várias dimensões da experiência social. A busca por reconhecimento articula memória do grupo e direitos culturais, implicando a defesa da diversidade, cidadania e respeito pelas pessoas e, no caso específico deste artigo, dos membros da

Tribo Índio Guanabara e, de forma mais geral, respeito ao bairro em que moram.

Dessa forma, entendemos que esses grupos carnavalescos representam não apenas uma forma de lazer, mas também uma maneira de lutar pelo direito à cidade, ao uso dos espaços e recursos públicos, além de expressarem o potencial do bairro que, em tempos passados, pelas mãos de seus próprios moradores, fazia o carnaval acontecer. Isso fica evidente nos comentários a seguir:

Participante 1: “Lembro sim meu pai Paulo matos empurrou o carro alegórico da Noel rosa na avenida Cruz das armas.”

Participante 2: “A minha vizinha fazia as fantasias da Noel Rosa.”

Participante 3: “Estão esquecendo do grande Zé Catemba(mestre sala) que tinha como profiçao pintor de parede.”

Participante 4: “Com certeza não perdia um ensaio, mestre ala do carro alegórico era Gilberto pai de santo da Rua do Rio quem lembra dele desfilando?”

Participante 5: “não perdia os ensaios da escola um encontro de amigos, bom demais”

(*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 28 de julho de 2023)

[Na legenda de uma foto compartilhada um participante diz:] “Esse é meu pai que ja partiu, conhecido como Zé venancio, Zé do índio, Zé do elu ou Zé do papo amarelo, ele gostava de brincar em tribos indígenas carnavalescos. Foi morador da quatro de outubro em cruz das armas

Alguém mas conhece ele?”

[Participante responde:] “LEMBRO dele quando passava na rua com os adereços da tribo sai a pé para a Duarte da Silveira. Deus de muita luz pra sua alma. Se não me falha a memória e primo de bazo e beta. Sobrinho da minha madrinha Antônia.” (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 28 de agosto de 2024)

Observando os comentários acima, percebemos uma forte integração entre os moradores: alguns colaboravam com a confecção das fantasias, outros desfilavam, e muitos participavam como público. Assim, os grupos carnavalescos não existiam apenas com o objetivo de se apresentarem no carnaval, mas constituíam verdadeiros projetos comunitários de união e preparação ao longo de todo o ano. Os ensaios, por exemplo, eram realizados nas ruas, com ampla adesão da vizinhança.

Dito isso, é possível afirmar que as lembranças em torno desses elementos culturais do bairro não se limitam a um ato nostálgico de rememoração. Elas expressam um desejo coletivo de valorização, um apelo simbólico por visibilidade e reconhecimento — uma tentativa de mostrar que existe um Cruz das Armas para além das páginas policiais.

3.3.3 *O São João em Cruz das Armas*

Assim como o carnaval, o São João nos bairros — longe dos grandes palcos que atualmente recebem artistas de renome nacional — também teve seu destaque. No dia 24 de junho de 1971, o jornal estampava a manchete: “*São João começa animado e com muita animação*”. Ao longo da matéria, é apresentada a programação de quadrilhas juninas que se apresentariam nos bairros, com destaque para a quadrilha “Fazenda Bela Vista do coroné Passo Fundo”, composta por 40 participantes com idade média de 16 anos, na Rua do Rio, bairro de Cruz das Armas. Além das quadrilhas, são mencionadas outras formas de expressão da cultura popular, como o coco de roda, a nau catarineta, a ciranda e o teatro de marionetes.

Segundo os moradores, também existiram no bairro as quadrilhas Carrossel, Sonho Meu, Saramandaia, Rainha da Sucata e Mangue Seco. Não encontramos registros sobre as duas primeiras. Sobre as quadrilhas Saramandaia e Rainha da Sucata, é possível associar seus nomes às novelas homônimas da época, como aponta um internauta da comunidade virtual analisada:

“Precisamente, nos anos 90, pois a estreia da telenovela, que emprestaria o nome à Quadrilha, teve seu 1º episódio no dia 2 de abril de 1990, desse modo a pouco mais de dois meses antes do São João daquele ano.” (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 13 de agosto de 2023)

Em relação à quadrilha Mangue Seco, o site da Prefeitura Municipal de João Pessoa informa que ela foi fundada em 1982, no bairro de Mandacaru, e que hoje está associada ao bairro de Nova Mangabeira. No entanto, diversos comentários dos moradores fazem menção a uma quadrilha de mesmo nome em Cruz das Armas. Considerando esse choque de informações, é possível que, entre as décadas de 1970 e 1990, grupos de outros bairros se apresentassem em Cruz das Armas, ou ainda que existam duas quadrilhas com a mesma denominação.

Sobre o São João e as quadrilhas os moradores dizem:

Participante 1: “Eu era marcador da quadrilha bela vista na silvino monte negro o proprietareio era Nal ja in memória nós sempre ia se apresentar lá época boas que as quadrilhas eram quadrilhas de verdade hj transformaram em carnaval é muito triste isso para quem ja comandou uma quadrilha tradicional.”

Participante 2: “Não só à rainha da sucata como as demais do bairro de cruz das armas; tempo em que tínhamos à opção de assistir as apresentações nas ruas. Era bem melhor que agora.”

Participante 3: “Graças a Deus eu dancei nela por muitos anos. Hoje em dia a gente não tem mais nenhuma quadrilha para olhar nas ruas.”

Participante 4: “Eu era a sucatinha kkkk tempo bom demais” (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 13 de agosto de 2023)

As expressões da cultura popular analisadas aqui — as quadrilhas juninas e os grupos carnavalescos — demonstram o forte senso de pertencimento, identidade e coletividade dos moradores de Cruz das Armas. Quadrilhas, troças, blocos e escolas de samba exigiam envolvimento contínuo e recursos para acontecerem. Por isso, os próprios moradores se uniam, muitas vezes conciliando a rotina de trabalho com as atividades culturais, para garantir o sucesso das festividades.

Assim, fica evidente que o bairro de Cruz das Armas ultrapassa os limites da estigmatização. Através da colaboração entre seus pares, mesmo em condições adversas, a comunidade conseguiu promover o lazer e manter viva sua tradição cultural — sendo o lazer, aliás, uma das marcas mais representativas da identidade desse bairro.

3.3.4 *Hoje tem jogo na Graça!*

Ao analisar o futebol paraibano no primeiro quartel do século XX, Diogo Leite (2017) evidencia o processo de organização de um futebol suburbano em uma época em que o esporte era dominado pelas elites. Em 1933, surge a Liga Suburbana de Desportos, que promove a prática do futebol entre o operariado, possibilitando a construção de laços de solidariedade, ao mesmo tempo em que exercia um certo “controle” sobre o tempo livre dos trabalhadores. Já em 1940, é fundada a Associação Suburbana de Desportos, com o objetivo de incentivar a prática esportiva nos bairros populares de João Pessoa, como Torre, Cruz do Peixe, Roger, Índio Piragibe, Trincheiras e Mandacaru (LEITE, 2017, p. 119-127).

Feita essa breve apresentação sobre as iniciativas voltadas ao acesso esportivo das classes populares, cabe destacar que, até 1975 — ano da inauguração do Estádio José Américo de Almeida (o Almeidão) —, o principal palco do futebol paraibano era, desde 1944, o Estádio Leonardo da Silveira, conhecido como campo da Graça, localizado na antiga Fazenda da Graça, no bairro de Cruz das Armas.

Durante nossa pesquisa, observamos que o campo da Graça está sempre presente no periódico *A União*, principalmente por sediar jogos dos principais clubes da capital, como o Auto Esporte e o Botafogo da Paraíba. No entanto, é no futebol amador que desponta uma presença marcante da comunidade local: a Associação Atlética Portuguesa de Cruz das Armas, que ganhou grande projeção, chegando a ser cotada para integrar a elite do futebol estadual.

A Lusa de Cruz das Armas, alcunha pela qual ficou conhecido o clube amador, foi fundada em 27 de fevereiro de 1955 e conquistou, nos anos de 1957 e 1958, o bicampeonato juvenil do estado. Nos anos seguintes, 1958, 1959 e 1960, alcançou o tricampeonato do Campeonato Amador, organizado pela Federação Paraibana de Futebol. Entre seus personagens de destaque estão Waldemar Dornelas, Antônio Carlos A. Medeiros (Basa da FPF), o artilheiro Chico Matemático e o zagueiro já mencionado anteriormente, Telino (DI LORENZO, 2022).

Imagen 23 – Sede da Associação Portuguesa de Cruz das Armas



Fonte: Google Maps, jun. 2024.

Em 2008, foi realizado o primeiro Campeonato Paraibano de Futebol Feminino, do qual a Associação Atlética Portuguesa de Cruz das Armas sagrou-se campeã. No

entanto, é possível destacar a tradição futebolística de Cruz das Armas no futebol feminino desde a década de 1970, quando foram publicadas matérias sobre amistosos entre as alunas do Colégio Estadual de Cruz das Armas — integrantes do time Onze de Outubro — e uma seleção de jogadoras do Recife.

Abaixo, segue uma foto da equipe:

Imagen 24 – Time de futebol feminino Onze de Outubro



Fonte: *A União*, 21 de novembro de 1971.

A título de informação, o jogo terminou 0 x 0, com a marcação de uma partida de volta na capital pernambucana. Embora não tenhamos encontrado outras notícias nos jornais sobre o futebol feminino, é possível que essas alunas da 4^a série tenham plantado as sementes dessa modalidade esportiva na Paraíba — e na memória dos moradores do bairro.

A respeito da percepção da comunidade em relação ao futebol, reunimos algumas postagens que revelam como essa prática gerava integração entre os moradores, seja na torcida, seja em campo. Abaixo, alguns exemplos:

Participante 1: “eita tempo bom q não volta mais, joguei na portuguesa fui campeão de junior se não me falha a memória em 84 ou 85 joguei com galinha manguzá Bira na época a portuguesa tinha um preparador físico chamado Martins”

Participante 2: “Boa noite a todos, Paulo Leite, nascido em Cruz das Armas, participava da festa das Hortências, participava das missas aos domingos onde o saudoso José Cruz de Andrade o popularmente conhecido por (DADÁ), jogava como goleiro do Alvorada e não lembro a data o saudoso Valdemar Dornelas, presidente da Portuguesa, falou com meu falecido pai João Leite que pediu autorização para que fosse jogar naquela Associação como goleiro onde tinha e hoje ainda tenho vários amigos daquela época, alguns já se foram e outros por causa dos trabalhos fica difícil encontrar, talvez agora poderemos nos encontrar para recordarmos memórias passadas.” (Cruz das Armas Velha Guarda. *Facebook*. 23 de jul. de 2023)

Participante 3: “Grande Equipe da Associação Atlética Portuguesa, a lusa de Cruz das Armas, Rainha do Campo da Graça!”

Participante 4: “Fui goleiro da Portuguesa na década de 70 e 80. Jogaram comigo: Danda(zagueiro), Marquinhos(lateral esquerdo)que jogou tbm no Botafogo) Dudé(atacante) e muitos outros!!! Meu apelido era Salvino, colocado por Pessoa do Grêmio(primeiro time que joguei). O nosso treinador era JACY(tbm era médico)na época morava vizinho ao Colégio Castro Pinto!!! E o outro goleiro(Ronaldo) tbm residia próximo a ele!!! Bons tempos aquele!!!”

Participante 5: “Joguei na portuguesa até 1977 desde do dente de leite até o amador! Eu sou o Naldinho irmão do nil.” (Cruz das Armas Velha Guarda – *Facebook*, 5 de nov. de 2023).

João Telino:

“LEMBRANÇA
 ‘Eu daria tudo o que tivesse
 Pra voltar ao tempo de criança
 Eu não sei por que a gente cresce
 Se não sai da gente essa lembrança’

ATAULFO ALVES

Foi ao ver a comemoração pelo aniversário de 70 anos da Inesquecível Portuguesa, que me veio a lembrança de quando lá eu atuava.

Dois fatos marcantes vividos por mim e pelos companheiros da época, nunca me saíram da lembrança. Um, já contei. Foi quando recebi de Geovani, o treinador na época, o material para jogar pela primeira vez na segunda divisão. A outra lembrança, foi quando no juvenil, em um torneio no campo da Graça, fiz um belo gol de cabeça numa cobrança de escanteio. O gol nos faria campeões, se nosso adversário não fosse o Fluminense, time de Seu Mário, Administrador do campo da Graça e amigo do Juiz que anulou meu Gol. (João Telino. *Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 3 de março de 2025).

A partir do que foi exposto acima, percebemos que o futebol constitui mais um elemento estruturante da identidade, do pertencimento, da solidariedade e da

sociabilidade dos moradores de Cruz das Armas. A identidade se manifesta na paixão pelo clube que representa o bairro em disputas locais, com jogadores oriundos da própria comunidade. O sentimento de pertencimento fortalece os laços entre amigos, vizinhos e familiares que se unem em torno dessa prática coletiva. A solidariedade se expressa no esforço para manter os clubes amadores funcionando, muitas vezes sem patrocínio, o que exige colaboração comunitária. Por fim, a sociabilidade se concretiza nos espaços compartilhados, como a sede e o campo de futebol, onde vínculos são forjados, diálogos são travados e novas amizades nascem.

3.3.5 Bares, danceterias e outros

Até aqui, demonstramos práticas de lazer das classes populares mais institucionalizadas e organizadas, como é o caso da festa paroquial, dos blocos de carnaval, das escolas de samba, tribos indígenas, troças e times de futebol. Neste último tópico, trataremos de outros espaços de sociabilidade, onde se realiza a produção e reprodução cotidiana desses grupos.

No que se refere aos bares e aos conflitos que neles eventualmente ocorriam, não é possível afirmar com precisão suas motivações e consequências, dada a ausência de informações nos jornais e a falta de explicações detalhadas por parte dos moradores nas publicações da comunidade virtual voltada à rememoração do bairro. Segundo Chalhoub (2012), o papel do botequim ou da venda funcionava como:

centro aglutinador e difusor de informações entre os populares. E, mais do que isso, a referência à venda como um “observatório popular” sugere que este é um ponto privilegiado, uma espécie de janela aberta, para o estudo de padrões de comportamento dos homens pobres em questão. Com efeito, a venda ou botequim é cenário para o surgimento e desenrolar de rixas e conflitos pelos mais variados motivos, desde os problemas ligados ao trabalho e habitação, passando pelas questões de amor e de relações entre vizinhos, até as contendas por motivos mais especificamente ligados ao lazer, como os jogos, o carnaval ou a bebida (CHALHOUB, 2012, p. 312).

Nesse sentido, os conflitos que surgem nesses ambientes estão ligados a signos sociais construídos ao longo do tempo, especialmente aqueles relacionados à honra e à masculinidade. No contexto do bairro de Cruz das Armas – ao menos sob a perspectiva dos próprios moradores – os bares e demais espaços de encontro são percebidos majoritariamente como ambientes de diversão, e não exclusivamente de violência, ainda que por vezes ocorresse. Destacamos esse ponto por ele romper com o estigma social que

associa o consumo de álcool entre trabalhadores à desordem, como discutido no capítulo anterior. Para seus frequentadores, o bar é espaço de lazer e sociabilidade com seus pares, não de conflito.

A seguir, apresentamos as impressões dos moradores acerca de diversos bares do bairro, seus proprietários e o convívio nesses locais.

Sobre o Bar de Seu Bão, um participante relata:

“Trabalhei na empresa viação Boa Vista na parte da noite , e eu e meus amigos que trabalhavam comigo íamos em seu Bão comer a carne de sol que ele fazia. Muito gostosa. (*Cruz das Armas Velha Guarda – Facebook*, 16 de jan. de 2024).

Em uma publicação, um participante pergunta sobre um bar dos anos 1980/90: “Quem lembra quando Luzinete cantava seresta no Bar do Evandro, na Av. Centenário?”

As respostas seguem abaixo:

Participante 1: “Eita! Muitas vezes, acabava em brigas.”

Participante 2: “Boas lembranças, morei próximo ao bar de Evandro , era legal e bem animado.”

Participante 3: “Lá no Evandro também teve duas vidas tirada dois militar do exército.”

Participante 4: “Tinha algumas brigas mais era bom.” (*Cruz das Armas Velha Guarda. Facebook*. 3 de ago. de 2023.

A partir dos excertos acima podemos perceber que de fato ocorriam conflitos, inclusive resultando em morte, mas mesmo assim, eram espaços considerados bons. Ao nosso ver, com base nos diálogos dos participantes da página, as brigas e crimes eram acontecimentos excepcionais em relação ao divertimento pacífico. Não à toa que menções desse tipo são menos comuns em comparação aos que veem os bares como espaços de sociabilidade e diversão. É possível que esses conflitos envolvessem questões de honra e disputas entre homens em um contexto no qual a demonstração de virilidade é atributo essencial para o valor de um indivíduo.

Outros bares mencionados incluem: Sonera’s Bar, Bar de Choula, Gil Bar, Bar do Arrastão e Caetano’s Bar e Restaurante. Os comentários a respeito desses locais giram em torno das boas lembranças da frequência dos moradores e da figura respeitável dos proprietários. São recorrentes expressões como “tempo bom que não volta mais” e “éramos felizes e não sabíamos”.

Com base nisso, compreendemos que a ideia de comportamento desviante associado ao consumo de álcool em momentos de lazer não se apresenta, necessariamente, como uma prática internalizada pelas classes populares de Cruz das Armas. De modo geral, a indignação que aparece em certos depoimentos se refere ao fato de que alguns comportamentos contribuíram — na visão de alguns membros da comunidade — para a perda de eventos e da importância social que o bairro um dia teve.

Como já abordado anteriormente, essas percepções dizem mais sobre anseios do presente do que propriamente sobre um passado homogêneo e harmônico. Historicamente, a diminuição da efervescência cultural no bairro está relacionada a dinâmicas sociais, econômicas e urbanas que também afetaram outras capitais brasileiras e seus respectivos bairros populares.

Além dos bares, havia outros espaços de sociabilidade. Podemos citar a já mencionada danceteria do Sargento Neves, que, além de militar do Exército, atuava como professor de Educação Física em escolas do bairro. Havia também as serestas que ocorriam em espaços como a chamada “Galetolândia Neide” — algo entre bar e boate segundo os moradores —, o tradicional Clube Internacional, palco de carnavais e bailes; a lapinha da Rua do Rio, o jogo do bicho, e as inúmeras mercearias espalhadas pelas ruas.

Assim, finalizamos este capítulo com o intuito de apresentar aspectos do cotidiano do quase centenário bairro de Cruz das Armas, marcado por uma forte presença da classe trabalhadora e por extensos laços de solidariedade. Essa rede de relações, identidade e pertencimento são construídos por meio de uma busca incessante por valorização do bairro. Representar Cruz das Armas, mostrar seu valor e seu potencial é, portanto, um grito de existência/resistência diante das transformações impostas pelas sociedades capitalistas contemporâneas.

Considerações finais

Nas trilhas que percorremos ao longo desta dissertação, buscamos compreender como o cotidiano do bairro de Cruz das Armas pode revelar aspectos profundos e complexos da experiência histórica das classes populares. Inspirados por uma abordagem materialista histórico-dialética, sustentamos que essas experiências não são estáticas, tampouco homogêneas, mas se movimentam em meio às contradições que caracterizam as sociedades capitalistas modernas. Assim, as vozes que ecoam nas ruas, nos bares, nas igrejas e nos campos de futebol de Cruz das Armas são expressões vivas de uma história que se constrói de baixo, articulando memória, identidade e resistência.

Nosso ponto de partida foi a investigação teórico-metodológica da cultura histórica, a partir da qual entendemos que a produção da história não se restringe ao campo acadêmico, mas se estende aos diversos sujeitos sociais que, em seus contextos específicos, produzem interpretações sobre o passado e sobre si mesmos. Reconhecemos nessas interpretações um potencial crítico, pois desafiam a narrativa hegemônica, muitas vezes excludente, que domina os discursos oficiais. A cultura histórica, nesse sentido, revela-se como campo fértil para a emergência de múltiplas vozes, inclusive aquelas silenciadas ou marginalizadas pela historiografia tradicional.

No segundo capítulo, examinamos como a imprensa paraibana, por meio do jornal *A União*, atuou como veículo de reprodução da ideologia dominante, criminalizando e estigmatizando os moradores de bairros populares, incluindo o de Cruz das Armas. Demonstramos como essas narrativas midiáticas, ao construírem uma imagem depreciativa e perigosa dos bairros populares, contribuíram para a produção de uma memória social marcada pela exclusão e pela deslegitimação das experiências cotidianas das classes trabalhadoras. Ao revelar esse mecanismo, buscamos evidenciar os interesses de classe presentes na produção da notícia e na formação da opinião pública.

Já no terceiro capítulo, deslocamos o foco para as vozes dos próprios moradores de Cruz das Armas. Ao recolher e analisar suas memórias, percebemos como o cotidiano se torna lugar de resistência e construção de pertencimento. As práticas de lazer, as atividades religiosas, os vínculos com o futebol e com os bares funcionam como elementos que reforçam os laços de solidariedade e reafirmam identidades locais. Essas

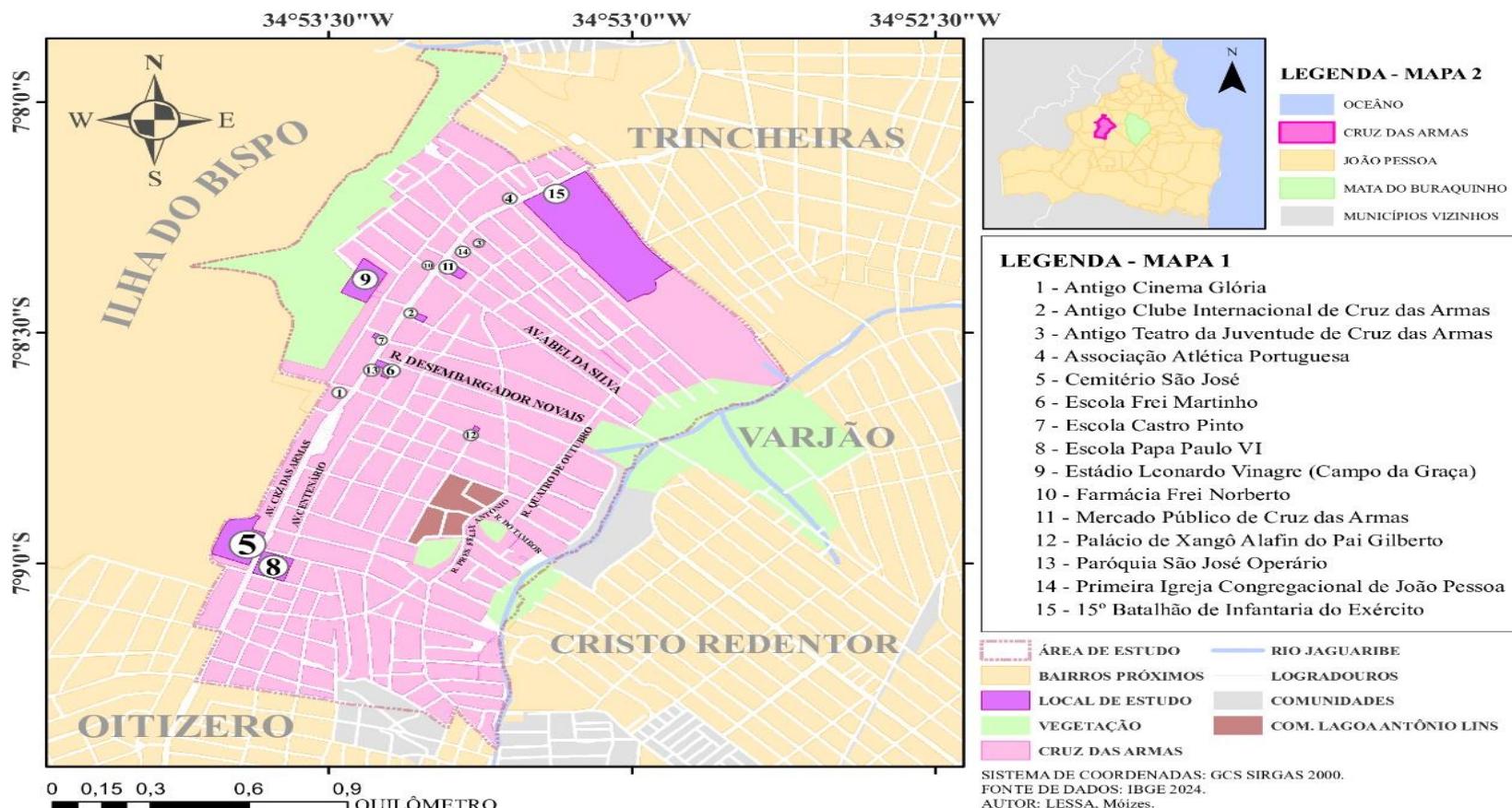
vivências, ainda que muitas vezes invisibilizadas pelos discursos dominantes, revelam a riqueza e a complexidade da experiência histórica vivida nas bordas do poder.

Essas considerações finais não encerram uma trajetória, mas indicam a continuidade necessária de uma proposta de escrita histórica comprometida com a transformação social e com a valorização das memórias populares. Ao fazer emergir as vozes de Cruz das Armas, afirmamos a legitimidade de seus saberes e de suas interpretações sobre o passado. Ao mesmo tempo, reiteramos que a história deve servir como instrumento de crítica e de emancipação, iluminando os conflitos do presente e abrindo caminhos para o futuro.

Por fim, reafirmamos que a história local, quando tratada criticamente, contribui para ampliar o repertório da historiografia brasileira e para fortalecer processos de conscientização histórica. Cruz das Armas, longe de ser apenas um cenário estigmatizado, é também espaço de luta, memória e criação coletiva. Que este trabalho possa contribuir para que outras histórias vistas de baixo ganhem visibilidade e reconhecimento, enriquecendo a escrita da história com a pluralidade de experiências que compõem o tecido social brasileiro.

ANEXO 1 – MAPA DO BAIRRO CRUZ DAS ARMAS

BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS - 2025



Fonte: LESSA, Moízés. Mapa do bairro de Cruz das Armas, 2025.

Referências

Fontes e Acervos

Jornal *A União*

Blog do Rubão

Canal no *Youtube* – Tv Câmara

Cruz das Armas Velha Guarda – Página no *Facebook*

Site oficial da Paróquia São José Operário

Bibliografia

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa**: a memória do tempo. 3.ed. João Pessoa: Idéia, 2012.

ALMEIDA, Marlene Costa de. **Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa**: relatório. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo sobre o sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Sumus, 1995.

BĀDĀRĀU, Maryellen Ingrid; GERONIMO, Aderlon dos Santos; SĀ, José Felipe Ramos de; SILVA, Paula Yasmin Pessoa da. Feira de Oitirzeiro: sua história e seus personagens. **Feiras de João Pessoa (Site Eletrônico)**, 2016. Disponível em: <https://feirasdejp.wordpress.com/2016/05/28/feira-de-oitizeiro-sua-historia-e-seus-personagens/> Acesso em: 28 de jan. de 2025.

BARBOSA, Raoni Borges. **Medos corriqueiros e vergonha cotidiana**: um estudo em antropologia das emoções. João Pessoa: Edições do GREM, 2015.

BARROS, J. D. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 22 jan. 2018.

BARROS, J. D. O uso de jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História (Online)**. Coimbra, Portugal, vol. 52, p. 397-419, 2021.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de História**. Lavra Palavra, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BROPP, Camille; FEDACZ, Thiago. O estigma das drogas durante a ditadura nas páginas de jornal. **Ciência UFPR**, 2024. Disponível em: <<https://ciencia.ufpr.br/portal/o-estigma-das-drogas-durante-a-ditadura-nas-paginas-de-jornal/>> Acesso em: 28 de jan. de 2025.

CASADO, José. Poder, negócios e sexo: como a ditadura financiou as redes de motéis. **Veja**, 2021. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/poder-negocios-e-sexo-como-a-ditadura-financiou-as-redes-de-moteis>> Acesso em: 28 de jan. 2025.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 320-338, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

CITTADINO, Monique. Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de.; QUEIROZ, José Luciano de.; SILVA, Vânia Cristina da (orgs.). **Poder, Memória e Resistência**: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 49-69.

DI LORENZO, Serpa. **Causos & Lendas do Nosso Futebol**: A Lusa de Cruz das Armas: 67 Anos de História. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://soesporte.com.br/causos-lendas-do-nosso-futebol-a-lusa-de-cruz-das-armas-67-anos-de-historia/> Acesso em: 1 de jul. de 2025.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA CHAGAS, Waldeci. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FERREIRA CHAGAS, Waldeci. **Práticas política e transformações no cotidiano dos trabalhadores em João Pessoa, na década de 1930**. 1996. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

FIRINO, Daniel da silva; MACEDO CAVALCANTI, Carlos André. A implantação e o desenvolvimento do protestantismo na Paraíba no final do século XIX e início do XX. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 145–171, 2023.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, ano 13, n. 16, jan./jun. 2007, p. 203-212.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVEZ, Elizabeth Moraes.; SILVA, Marcelo da. A amplitude dos diálogos nas redes sociais digitais: sentidos em construção. In: GOULART, Elias E. **Mídias sociais**: uma contribuição de análise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 85-105

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Disenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: fofocas, bochichos e outras formas cotidianas de controle e administração de tensões em um bairro popular. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.15, n. 45, p. 21-37, dez. 2016.

LEITE, Diogo Pimenta Pereira. **Quem manda no futebol da Paraíba?**: elites políticas e estado novo (1941-1947). 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LIMA, João Batista de. **Oitizeiro**: sua história e sua gente. João Pessoa: Gráfica Atual, 2008.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-brasileiros na Paraíba**: uma história em construção (1940-2010). 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência das Religiões, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MARINS, Jessyca Barbosa; TELLA, Marco Aurélio Paz. Tribos de Índio de carnaval: reconhecimento e ocupação do espaço público na cidade de João Pessoa. In: TELLA, Marco Aurélio Paz; SOUZA, Alexandre Santos Arantes de; SEVERO, George Glauber Félix; SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da; ALBANO, Maria Luiza Caxias (orgs.). **Coletânea ObservaCult: Cultura, Políticas Culturais e Transversalidades em Tempos de Incerteza** - Vol. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, p. 113-126.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro, 2008, p. 13-32.

NASCIMENTO, Ana Caroline Aires Vieira do. **A construção do informal**: uma análise morfológica da cidade de João Pessoa. 2012. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓBREGA, Lucas Gomes. **O novo patrimônio católico**: a atuação de uma atuação pastoral para uma cidade em mudanças (1894-1953). 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, jul.-dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(ligião)**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OSIAS, Silvio. Janja é macumbeira, Lula vai fechar as igrejas evangélicas, e o bolsonarismo sabe jogar sujo. **Jornal da Paraíba**. 18 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/silvio-osias/janja-e-macumbeira-lula-vai-fechar-as-igrejas-evangelicas-e-o-bolsonarismo-sabe-jogar-sujo>> Acesso em: 31 de jul. de 2025.

PEREIRA, Verônica Sales. Os rastros do trapeiro: memória, vulnerabilidade social e a cidade na experiência de moradores de rua no bairro do Brás em São Paulo. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, Brasil, n. 6, p. 65–83, 2007. Acesso em: 4 ago. 2025.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Rotina, alienação, resistência, criação: algumas reflexões sobre a teoria da vida cotidiana. **III Semana Acadêmica de História/FURG**. Rio Grande do Sul, 1995.

POLLAK, Michel. **Memoria, olvido, silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límite. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço**: o caso da grande João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

RODRIGUEZ, Janete Lins; DROULERS, Martine. **João Pessoa**: o crescimento de uma capital. João Pessoa: Fundação Casa José Américo, 1981.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-137.

SÁNCHEZ, Fernando Costa. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva Pasado y Memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, n. 8, p. 267-286, 2009.

SANTOS, Walter. **Conheça a história do projeto Folia de Rua a partir da capital paraibana**. João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://revistane.com.br/2025/02/20/conheca-a-historia-do-projeto-folia-de-rua-a-partir-da-capital-paraibana/> Acesso em: 1 de jul. de 2025.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62.

SOUZA, Alessa Cristina Pereira de. **Por onde andam as festas? Um estudo sobre a (re) organização social dos moradores de Cruz das Armas, João Pessoa - PB**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 2: a maldição de Adão. 2^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 10^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Luiz Fernando. O dicionário “esquecido” da ditadura militar que associava maconha a conspirações comunistas. **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq62qq31yy7o>> Acesso em: 28 de jan. de 2025.